

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD DO INSTITUTO FEDERAL DE
SANTA CATARINA (CERFEAD/IFSC)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL (PROFEPT)**

**A ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E A PROXIMIDADE COM
A FUNÇÃO DO PEDAGOGO: POSSIBILIDADES DE UMA INTEGRAÇÃO**

**Dissertação de Mestrado
JULIETE ALVES DOS SANTOS LINKOWSKI**

**Florianópolis/SC
2019**

JULIETE ALVES DOS SANTOS LINKOWSKI

**A ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E A PROXIMIDADE
COM A FUNÇÃO DO PEDAGOGO: POSSIBILIDADES DE UMA INTEGRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Centro de Referência em Formação
e EaD (CERFEAD) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
como requisito parcial para Diploma do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional.

Orientadora: Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo

Florianópolis/SC

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Linkowski, Juliete Alves dos Santos

A atuação do Técnico em Assuntos Educacionais e a proximidade com a função do Pedagogo: possibilidades de uma integração / Juliete Alves dos Santos Linkowski ; orientação de Gislene Miotto Catolino Raymundo. - Florianópolis, SC, 2019.

124 p.

Dissertação (Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado)

- Instituto Federal de Santa Catarina, Centro de Referência em Formação e Educação à Distância - CERFEAD. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Departamento de Formação de Formadores. Inclui Referências.

1. Técnico em Assuntos Educacionais. 2. Pedagogo.
3. Trabalho Integrado. 4. Educação Profissional e Tecnológica.
I. Raymundo, Gislene Miotto Catolino. II. Instituto Federal de Santa Catarina. Departamento de Formação de Formadores. III. Título.

JULIETE ALVES DOS SANTOS LINKOWSKI

**A ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E A PROXIMIDADE COM
A FUNÇÃO DO PEDAGOGO: POSSIBILIDADES DE UMA INTEGRAÇÃO**

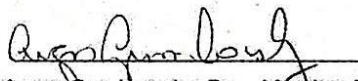
Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (CERFEAD/IFSC).

Florianópolis, 30 de abril de 2019.

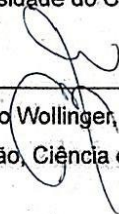
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Gislene Miotto Catolino Raymundo, Dra. – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina



Prof. Argos Gumbowsky, Dr. – Membro Externo
Universidade do Contestado



Prof. Paulo Roberto Wollinger, Dr. – Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

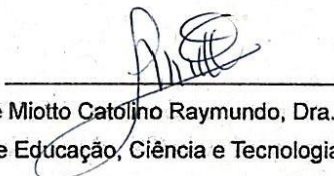
JULIETE ALVES DOS SANTOS LINKOWSKI

**A ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E A PROXIMIDADE COM
A FUNÇÃO DO PEDAGOGO: POSSIBILIDADES DE UMA INTEGRAÇÃO**

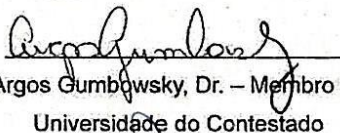
Este Produto Educacional foi julgado, validado e aprovado para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (CERFEAD/IFSC).

Florianópolis, 30 de abril de 2019.

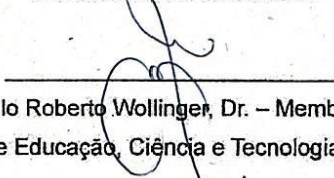
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Gislene Miotto Catolino Raymundo, Dra. – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina



Prof. Argos Gumbowsky, Dr. – Membro Externo
Universidade do Contestado



Prof. Paulo Roberto Wollinger, Dr. – Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado ao meu pai João Alves dos Santos, à minha mãe Elvira Licéria Boska dos Santos (in memoriam) e a todos os Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos da rede IFSC.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por que para Ele e por Ele são todas as coisas.

Ao meu esposo Elton Carlos Linkowski pelo amor incondicional, pela parceria e por todo cuidado que recebi nesta etapa de muitos desafios.

Ao meu filho Miguel Andrei Linkowski pela compreensão, por todo seu carinho e alegria.

À minha orientadora Dra. Gislene Miotto Catolino Raymundo por compartilhar seus conhecimentos e por aceitar o desafio de me conduzir na jornada do Mestrado.

Aos meus irmãos Vanessa Alves dos Santos, Fabiana Alves dos Santos Schrodi e Maicon Alves dos Santos por todo incentivo.

Ao meu sogro Antônio Linkowski e a minha sogra Ana Lúcia Gogola Linkowski por todo apoio e zelo pela minha família, principalmente nos momentos da minha ausência.

Às meninas 'Valerim', Alessandra Bernardes Bender, Ana Cláudia Burmester e Luciane da Costa Campolim, pela amizade, por todas as experiências vivenciadas e por todas as alegrias que o tempo do mestrado nos proporcionou.

Aos diretores e amigos do câmpus Canoinhas, Maria Bertília Oss Giacomelli, William Sadao Hasegawa e Andreia Hoepers, por todo incentivo e compreensão.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, Juliane Bubniak Ortiz da Boa Ventura e Cleber Roberto Stange pelo auxílio, companheirismo e generosidade.

Precisamos ser mais criativos ao unir biblioteca e oficina para ajudar os alunos a
construírem uma vida melhor.

(Mike Rose)

RESUMO

LINKOWSKI, Juliete Alves dos Santos. **A ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E A PROXIMIDADE COM A FUNÇÃO DO PEDAGOGO: POSSIBILIDADES DE UMA INTEGRAÇÃO**. Ano 2019. 121 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, ano 2019.

Esta pesquisa de natureza aplicada, realizada com Gestores, Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos de 8 câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) tem como objetivo principal pesquisar as possibilidades de integração entre o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) e de Pedagogo, considerando que há uma proximidade na descrição das atribuições de ambos. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sua especificidade e portanto exige-se assim que os agentes, sobretudo que ajudam a conduzir os processos de gestão do ensino atuem nesse contexto, compreendendo toda a importância das relações com o trabalho, considerado central na EPT. O TAE e o Pedagogo podem atuar de forma mais integrada, visto que suas atividades são semelhantes. Constatou-se nesta pesquisa, a partir dos dados analisados, que uma integração é possível e necessária, e o caminho para essa realidade está centrado no diálogo, na atitude de cumplicidade e no planejamento coletivo. A partir dos estudos, principalmente de Fazenda (2011), Luck (2013), sobre integração, de Libâneo (2010) sobre a necessidade dos especialistas, bem como das discussões de Barato (2015), Allain; Wollinger e Moraes (2017) sobre as concepções de Educação profissional, esta pesquisa foi desenvolvida até a elaboração do produto educacional que resultou num Guia de sugestões de atividades para um trabalho integrado entre TAE e Pedagogo. Os resultados apontam para uma confirmação da proximidade dos cargos, sobretudo nos setores pedagógicos. Verificou-se ainda que as principais atividades possíveis de uma integração podem ser elencadas em 4 principais temas abrangentes: acompanhamento discente, acompanhamento docente, conselhos de classe e reunião de pais. Estes temas, resultantes da investigação realizada, são sugestões de atividades para se pensar os planejamentos coletivos e assim possibilitar o início de um trabalho integrado, mas também direcionam as atividades dos TAEs e Pedagogos para aperfeiçoamento de trabalhos futuros, a partir do Guia elaborado como Produto educacional, o que poderá ser experimentado e avaliado pelos demais câmpus da rede e assim despertar o interesse pela exploração da pesquisa nesta área.

Palavras-chave: Técnico em Assuntos Educacionais. Pedagogo. Trabalho Integrado. Educação Profissional e Tecnológica.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

LINKOWSKI, Juliete Alves dos Santos. **THE TECHNICAL ACTIVITIES IN EDUCATIONAL AFFAIRS AND THE PROXIMITY WITH THE FUNCTION OF THE PEDAGOGUE: POSSIBILITIES OF AN INTEGRATION**. Year. 2019. Dissertation (Postgraduate Course stricto sensu Professional Master's Degree in Professional and Technological Education in National Network) - Federal Institute of Santa Catarina, Florianópolis / SC, year 2019.

This applied research carried out with Managers, Technicians in Educational Affairs and Pedagogues of 8 campuses of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina (IFSC) has as main objective to search the possibilities of integration between the position of Technical in Subjects (TAE) and Pedagogue, considering that there is a proximity in the description of the attributions of both. Professional and Technological Education (EPT) has its specificity and therefore it is necessary that agents, especially those who help to managing the teaching management processes, act in this context, understanding the importance of relations with work, considered central in EPT. TAE and Pedagogue can act in a more integrated way, since their activities are similar. It was verified in this research, from the data analyzed, that an integration is possible and necessary, and the way to this reality is centered in the dialogue, the attitude of complicity and the collective planning. From the studies, mainly from Fazenda (2011), Luck (2013), on integration, from Libâneo (2010) on the need of the specialists, as well as the discussions of Cheap (2015), Allain; Wollinger and Moraes (2017) on the conceptions of Professional Education, this research was developed until the elaboration of the educational product that resulted in a Guide of suggestions of activities for an integrated work between TAE and Pedagogo. The results point to a confirmation of the proximity of positions, especially in the pedagogical sectors. It was also verified that the main possible activities of an integration can be listed in 4 main themes: student follow-up, teacher supervision, class councils and parents' meeting. These themes, resulting from the present research carried out, are suggestions of activities to think about collective planning and thus enable the beginning of an integrated work, but also direct the activities of TAEs and Pedagogues for future work improvement, based on the Guide developed as Educational Product, which can be tried and evaluated by the other campuses of the network and thus arouse interest in the exploration of research in this area.

Palavras-chave: Technician in Educational Affairs. Pedagogue. Integrated Work. Professional and Technological Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formalização do problema apresentado por Jarbas Novelino Barato ...	23
Quadro 2 – Consequências do problema apresentado por Jarbas Novelino Barato	24
Quadro 3 – Descrição de atividades do cargo de TAE	30
Quadro 4 – Descrição de atividades do cargo de Pedagogo	31
Quadro 5 – Notícias sobre eventos entre Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos em Instituições Federais	32
Quadro 6 – Programa para prova concurso público IFSC.....	39
Quadro 7 – Tipos de graduação dos gestores.....	49
Quadro 8 – Função que desempenha como gestor	50
Quadro 9 – Tempo de lotação no câmpus	50
Quadro 10 – Tempo de gestor na função atual.....	50
Quadro 11 – Setores de atuação dos TAEs e Pedagogos.....	52
Quadro 12 – Como a gestão discute a qualificação do TAE e do Pedagogo	60
Quadro 13 – Qualificação para as atribuições do cargo	62
Quadro 14 – Perfil do grupo de TAEs e de Pedagogos	65
Quadro 15 – Área de Formação dos TAEs e Pedagogos.....	65
Quadro 16 – Setores de Lotação dos TAEs e dos Pedagogos.....	67
Quadro 17 – Número de servidores que compõem os setores onde estão lotados os TAEs e Pedagogos.....	70
Quadro 18 – Comparativo entre as atribuições do TAE e do Pedagogo	72
Quadro 19 – Principais atividades comuns desenvolvidas pelos TAEs e pelos Pedagogos	74
Quadro 20 – Compreensão do trabalho de TAE pelo Pedagogo e vice-versa	79
Quadro 21 – Sugestões de Atividades integradas.....	82
Quadro 22 – motivação para escolha do cargo	84
Quadro 23 – Principais Temas das atividades cotidianas dos TAEs e Pedagogos no IFSC.....	88
Quadro 24 – Oficina de Planejamento de ações integradas entre TAE e Pedagogo	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relação número de câmpus e número deTAES	51
Gráfico 2 – Relação número de câmpus e número de Pedagogos	52
Gráfico 3 – Conhecimento das atribuições de TAEs	53
Gráfico 4 – Conhecimento das atribuições do Pedagogo	54
Gráfico 5 – relação de trabalho entre TAEs e Pedagogos no câmpus	56
Gráfico 6 – opinião dos TAEs sobre a relação entre TAEs e Pedagogos	57
Gráfico 7 – opinião dos Pedagogos sobre a relação entre TAEs e Pedagogos	57
Gráfico 8 – Capacitações específicas para o cargo	63
Gráfico 9 – Conhecimento do cargo de TAE e Pedagogo antes de ingressar na Instituição	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Requisitos para o cargo de TAE no IFSC	66
Figura 2 – Requisito para o cargo de Pedagogo no IFSC	66
Figura 3 – Fase de elaboração do Produto Educacional.....	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Tema e Problema de Pesquisa	14
1. 2 Objetivos	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 Procedimentos metodológicos	17
1.3.1 Caracterização da Pesquisa.....	17
1.3.2 Descrição dos sujeitos envolvidos e dos instrumentos para coleta de dados ..	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 Abordagens sobre a Educação Profissional e Tecnológica	19
2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: breve apresentação.....	27
2.3 A atuação do Técnico em Assuntos Educacionais e a atuação do Pedagogo	28
2.4 Possibilidades de um trabalho integrado entre TAE e Pedagogo no IFSC ..	37
2.4.1 A formação continuada para integração de TAEs e Pedagogos na especificidade da EPT.....	44
3 RESULTADOS DA PESQUISA.....	48
3.1 Apresentação e análise dos dados	48
3.1.1 Grupo de Gestores	48
3.1.2 Grupo dos Técnicos em Assuntos Educacionais e dos Pedagogos	64
3.1.2.1 <i>Questionários</i>	<i>65</i>
3.1.2.1.1: <i>Parte 1 – Perfil dos participantes Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos</i>	<i>65</i>
3.1.2.1.2: <i>Parte 2-Lotação e cargo dos servidores TAEs e Pedagogos</i>	<i>67</i>
3.1.2.1.3 <i>Parte 3 – Informações sobre as atribuições desenvolvidas pelos TAEs e Pedagogos</i>	<i>74</i>
3.1.2.1.4 <i>Parte 4 – Informações sobre a relação de trabalho entre Pedagogo e TAE</i>	<i>77</i>
3.1.2.2 <i>Entrevistas com TAEs e com Pedagogos.....</i>	<i>83</i>

3.2 Elaboração e Aplicação do Produto Educacional	88
3.2.1 Primeira etapa: classificação das categorias (Temas Gerais)	88
3.2.2 Segunda etapa: elaboração do Produto Educacional	89
3.2.3 Terceira etapa: aplicação e avaliação do Produto Educacional.....	90
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	102
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS.....	105
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PEDAGOGOS	107
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES.....	109
APÊNDICE E– QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS.....	113
APÊNDICE F– QUESTIONÁRIO PARA OS PEDAGOGOS.....	116
ANEXO A – ROTEIRO – ORIENTAÇÕES E CONSIDERAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO COLETIVO DE CURSO.....	119

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

Na educação profissional muito se tem discutido sobre as concepções pedagógicas que norteiam a atuação dos seus agentes, especialmente no campo do ensino. Compreendendo a importância dessas discussões e também entendendo que uma mudança ou transformação precisa ocorrer nas relações de trabalho dos próprios servidores dentro da instituição, e que não se separa o trabalho do trabalhador, pois daí decorre também a sua valorização, é que esta pesquisa, situada na linha de Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), propõe-se a investigar, como temática, a atuação do Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e a proximidade do seu cargo com o cargo de Pedagogo, verificando ainda se já existe alguma integração na atuação de ambos, o que se observa na descrição dos documentos.

Para realizar um estudo mais detalhado será necessário também dedicar-se a algumas abordagens sobre a atuação do Pedagogo, já que ambas funções estão prescritas de forma muito próximas nos documentos que tratam da descrição dos cargos administrativos. Por essa razão também, já que os próprios documentos apontam indícios de algumas atividades integradas entre esses dois cargos, é que esta pesquisa tem o intuito de verificar a possibilidade de uma integração entre a atuação do TAE e a atuação do Pedagogo.

De maneira mais simplificada, nesta pesquisa, o termo integração é entendido como “atividade interdisciplinar, planejada de forma compartilhada e pensada a partir de conceitos comuns às diferentes áreas de conhecimento” (PROJETO AMORA-UFRGS, 2011). No entanto, cabe destacar que a interdisciplinaridade não será abordada na sua complexidade e profundidade, como, assim exigem, estudos específicos sobre o termo.

Para este estudo preferiu-se o termo integração, já que se trata de uma proposta inicial para um trabalho entre dois cargos do mesmo eixo (Ensino) e com atribuições similares, e não de um trabalho específico de sala de aula, cujo intuito

seria a organização das disciplinas considerando toda a importância de um trabalho interdisciplinar.

Para Fazenda (2011, p. 13) a integração refere-se a um aspecto formal da interdisciplinaridade. É uma etapa necessária para a interdisciplinaridade. E é com esse entendimento que esta pesquisa se propõe a construir uma proposta que discuta a possibilidade de um trabalho integrado entre TAE e Pedagogo, e que futuramente possa até mesmo corroborar para um trabalho interdisciplinar, no sentido mais aprofundado do termo.

Acredita-se que a questão da atividade integrada pode contribuir significativamente para a superação de trabalhos fragmentados. De acordo com Lück (2013, p.29) “À simples observação do processo educativo, tal como se verifica atualmente entre nós, nota-se o seu fracionamento”. O que a autora ressalta é que está posto no contexto educacional a divisão por áreas, cada um preocupando-se apenas em assumir seu papel, sem perceber que fazem parte de um todo.

É preciso considerar a relevância de que a escola é um todo, logo, os segmentos que dela fazem parte são igualmente importantes, independentemente de seu papel. Entretanto, como um “todo”, a escola deve se organizar articuladamente entre seus agentes e respectivamente entre seus setores. Daí a importância de uma ação integradora, que no caso dessa pesquisa pode ser realizada entre dois cargos fundamentais para a organização das atividades de ensino.

Assim como outros agentes da Educação, o Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) e o Pedagogo exercem um papel importante para que o ensino aconteça. Em muitas instituições, o TAE, principalmente, desempenha funções diversas relacionadas direta ou indiretamente ao ensino. Essa diversidade de atribuições, revela o potencial desse servidor frente a um universo dinâmico, que nem sempre contribui para sua valorização, ao contrário, muitas vezes essa generalização do cargo provoca desvio de função e desqualificação do trabalho desse profissional, como já apontado em pesquisas anteriores (BRASIL, 1979, p.105). O que se verifica e que está posto no contexto de muitas instituições é uma relação de trabalho que desconsidera a relevância do TAE, isso se observa em diversas situações de organização ou planejamento e também de execução das atividades.

O ofício nº 015/2005, Ministério da Educação – MEC (2015), agora tornado sem efeito pelo ofício nº 01/2017, MEC (2017), trazia a descrição do cargo, destacando,

por exemplo, o papel do TAE também como coordenador das atividades de ensino, planejamento e orientação, mas raramente essa função é desempenhada pelos TAEs nos câmpus. O problema está centrado basicamente na falta de reconhecimento do trabalho do Técnico em Assuntos Educacionais, resultante da falta de compreensão da natureza de seu cargo, considerado genérico, e devido principalmente às atribuições muito semelhantes ao Pedagogo, cargo considerado mais específico. Diante disso, busca-se saber: Quais as possibilidades de integração entre o trabalho do Técnico em Assuntos Educacionais e do Pedagogo nos campus do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)?

1. 2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Pesquisar as possibilidades de integração entre o trabalho do Técnico em Assuntos Educacionais e do Pedagogo nos campus do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

1.2.2 Objetivos específicos

- a. Listar as atribuições desempenhadas pelos Técnicos em Assuntos Educacionais e pelos Pedagogos no IFSC;
- b. Identificar como acontecem as relações de trabalho entre TAEs e Pedagogos no IFSC;
- c. Verificar se existem atividades integradas entre TAEs e Pedagogos nos câmpus do IFSC;
- d. Demonstrar a importância da formação continuada dos Técnicos em Assuntos Educacionais e dos Pedagogos para integração de suas ações;
- e. Elaborar um produto educacional que viabilize a integração das ações desenvolvidas pelo TAE e pelo Pedagogo.

1.3 Procedimentos metodológicos

1.3.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa, considerada de natureza aplicada, tem um caráter descritivo e exploratório, classifica-se como pesquisa estudo de caso, pois propõe a descoberta de novos elementos que podem surgir durante o estudo, além de contemplar uma análise mais profunda e completa da realidade e do problema a ser estudado. Quanto à fonte de informação, trata-se de uma pesquisa de campo, pois consistirá na observação dos fatos, tal como ocorrem espontaneamente, considerando as diversas atividades dos servidores no seu ambiente de trabalho.

É o que Ludke e André (2014) chamam de pesquisa qualitativa. Para Bodgan e Bilklen (1982 apud Ludke e André, 2014, p.12) “A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, pelo trabalho intensivo de campo”.

Nesse tipo de estudo é importante a organização de algumas etapas para, de acordo com Chizzotti (2006, p. 138), prevenir equívocos subjetivos. Segundo o autor, um plano de estudo de caso pode estar contido em quatro fases: 1. Seleção dos casos, 2. O trabalho de campo, 3. A organização dos registros e 4. A redação dos relatórios. Já Nibest e Watt (1978 apud Ludke e André, 2014):

caracterizam o desenvolvimento do estudo de caso em três fases, sendo uma primeira aberta ou exploratória, a segunda mais sistemática em termos de coleta de dados e a terceira consistindo na análise e interpretação sistemática de dados e na elaboração do relatório. Como eles mesmos enfatizam, essas três fases se superpõem em diversos momentos, sendo difícil precisar as linhas que as separam.

Verifica-se que, embora em diferentes etapas, esses autores compreendem a importância da organização de um estudo de caso, então, independentemente do número, o que se pretende fazer nesta pesquisa é organizar o estudo em etapas, as quais serão definidas considerando inicialmente os objetivos para elaboração das questões a serem investigadas, depois as literaturas existentes sobre o caso a ser estudado, aqui já definido como população: o grupo de Técnico em Assuntos

Educacionais, os Pedagogos e alguns gestores, todos servidores do IFSC, e também como fator importante será necessário, como cita Chizzotti (2006), realizar as negociações com todos os envolvidos para se ter o acesso aos espaços, aos dados e às pessoas, evitando assim distorções nas informações, recusas ou rejeição ao estudo.

1.3.2 Descrição dos sujeitos envolvidos e dos instrumentos para coleta de dados

No caso desta pesquisa, o estudo foi realizado com Técnicos em Assuntos Educacionais, com os Pedagogos e alguns servidores que estão em cargos de gestão, do IFSC. Todos os câmpus da rede IFSC foram convidados pelo processo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós – Graduação (PROPPi), a participar desta pesquisa. Dos 22 câmpus da rede, 8 câmpus responderam ao convite realizado pela PROPPi, primeiramente via processo no Sistema Integrado de Patrimônio, Gestão e Contratos (SIPAC) e depois via memorando, autorizando a pesquisa no seu referido câmpus, os demais não responderam a solicitação de autorização. Ao todo, participaram da pesquisa 11 TAES, 16 Pedagogos e 7 gestores da rede IFSC.

O questionário foi o principal instrumento utilizado, elaborado por meio da ferramenta Lime Survey e enviado via e-mail para todos os servidores TAES, Pedagogos e Gestores da rede IFSC, dos 8 câmpus participantes da pesquisa. O segundo instrumento foi a entrevista, realizada com 5 TAES e 5 Pedagogos.

A escolha dos câmpus para a atividade de campo da pesquisadora, quando se realizou a entrevista, foi feita por região, o que já é uma organização da Instituição para outros grupos de trabalho. Sendo assim, a pesquisa contemplou 1 TAE e 1 Pedagogo de cada uma das seguintes regiões: região central; região norte, região sul, região oeste e região da grande Florianópolis,

Para fazer o contato com esses servidores, a pesquisadora utilizou os dados do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas do IFSC. Obtendo resposta positiva, a pesquisadora organizou um planejamento e cronograma para dar início à coleta de dados, cuja escolha instrumental contemplou questionários e entrevistas. Após coleta e tratamento, os dados foram descritos e analisados quantitativamente e qualitativamente, os quais serão apresentados no capítulo dos resultados da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Abordagens sobre a Educação Profissional e Tecnológica

A história da Educação no Brasil é marcada por muitas conquistas, avanços e também retrocessos. O resultado que se tem hoje são de algumas heranças, que sobretudo marcam de forma negativa, principalmente a Educação Profissional.

De acordo com Cordão e Moraes (2017) o escravismo, o patrimonialismo e o cartorialismo são as principais heranças negativas que reforçam os preconceitos com relação à qualificação para o trabalho.

Essa herança escravocrata que historicamente registra a soberania portuguesa no período colonial, reflete ainda hoje na relação que se tem de trabalho. É uma ideia que parece estar impregnada de que trabalho é coisa de escravo. Também, da mesma forma, outra herança, o patrimonialismo, reflete até hoje, nos latifúndios brasileiros. Historicamente o conflito de terras permanece desde a libertação dos escravos, como relataram Cordão e Moraes (2017).

Ainda para completar esse trio de heranças negativas, surge o cartorialismo, apresentado como uma vantagem trazida pela Coroa Portuguesa. O que só reforçou ainda mais essa ideia de que o que vale é o que está escrito, ou registrado.

Com relação ao cartorialismo, Cordão e Moraes (2017, p. 63) citam exemplos:

“O certificado ou diploma vale mais do que o conhecimento que deveria representar; a ata registrada é muito mais importante do que o resultado real da reunião; o discurso vale muito mais do que a ação, e assim por diante”. Tudo isso contribuiu para compor o retrato que se tem hoje do Brasil, um país desigual e injusto, como declararam Cordão e Moraes (2017).

Essa reflexão inicial é necessária para então situar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) diante desse contexto que está marcado por essas heranças, que estão tão impregnadas na cultura brasileira, e por isso ainda influenciam a educação neste país, apesar das heranças boas como o sincretismo, a criatividade e alegria de viver desse povo, como também citaram Cordão e Moraes (2017).

A principal questão está relacionada ao trabalho. Por isso é tão importante considerar essas heranças para pensar as problemáticas da EPT no Brasil.

Na Educação Profissional e Tecnológica, caracterizada por diversos conceitos, o trabalho é central no processo educativo. Porém antes de abordar a questão dessa centralidade, discussão indispensável quando se trata da EPT, convém mencionar como a principal lei situa a EPT no contexto educacional. O Art.39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394 de 1996 estabelece que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Por isso é tão importante pensar a EPT em um contexto específico, o que exige dos profissionais, dessa modalidade, muitas vezes uma ruptura com algumas concepções abrangentes da Educação.

Para Allain, Wollinger e Moraes (2017, p.6) “o que identifica a EP e a distingue de outras modalidades educacionais é a formação para o trabalho”. Cabe então dedicar-se um pouco mais a essa questão do trabalho, já dito anteriormente, que é central no processo educativo na EPT. “O trabalho constitui um existencial do homem, um aspecto definidor do seu ser” (PINTO, 2005, p. 414). Há necessidade então de se compreender que o trabalho é a essência humana, é o que define o homem. Saviani (2007, p.154) diz que “o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele necessita aprender a produzir sua própria existência”. Para, Allain, Wollinger e Moraes (2017) “Trabalho, por sua vez, pode ser entendido, em primeira análise, como a atividade social humana de produção de bens materiais e imateriais e de serviços que mantêm nossa existência”. Embora em termos diferentes é possível perceber que essas definições sobre trabalho corroboram para a ideia de que o homem produz a sua existência, e que é essa capacidade que o distingue dos animais.

No caso das teorias estudadas por Allain, Wollinger e Moraes (2017), esse conceito é ampliado entendendo que a condição para esse resultado de produção de métodos e ferramentas é a técnica. Numa definição mais completa “A técnica pode ser definida como capacidade de intervir qualificadamente no mundo para a produção da existência” (ALLAIN; WOLLINGER; MORAES, 2017, p. 6). Há que se considerar então que a técnica é uma propriedade humana e que não é algo mecânico. Por isso, de acordo com esses autores, é preciso romper com alguns mitos, por exemplo, de que a técnica não é formação humana, que saber é saber falar sobre. Nesse sentido, Barato (2003, p.41) expressa algo muito interessante: “Em geral peritos são incapazes de descrever com precisão seu saber-fazer”. Nessa citação o autor refere-se à

supervalorização da linguagem nas tramas de comunicação, como se o domínio do discurso garantisse o domínio da técnica correspondente (BARATO, 2003).

O profissional precisa incorporar o saber para desenvolver outros saberes, e isso não é mecânico, ele pensa. No caso da atuação do Técnico em Assuntos Educacionais, como objeto de estudo desta pesquisa, mas sem desconsiderar outros trabalhadores, esse “saber” que há no “fazer” do técnico, não pode ser ignorado. Sabe-se que há em instituições com superior formação acadêmica uma postura comum que reforça uma dualidade entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento técnico, e essa realidade já é antiga, como pode se conferir no texto abaixo MEC (1979, p. 11):

Observando-se a evolução histórica da educação no Brasil, constata-se a persistência de uma herança cultural que demonstra que os cursos superiores foram encarados como escolas de formação acadêmica, na qual o indivíduo deveria preparar-se para exercer qualquer tipo de atividade intelectual e nenhuma atividade específica, ao mesmo tempo.

Com relação aos servidores administrativos, Silva (2014, p.39) lembra que “Historicamente, o servidor tinha a função de fazer, e não de refletir”, a autora considera que o papel atribuído ao técnico-administrativo é um problema histórico.

Essa herança traz uma concepção, que parece ser equivocada, como se não houvesse ciência também na técnica. No entanto, assim diz Pinto (2005, p.220): “Há sem dúvida uma ciência da técnica, enquanto fato concreto e por isso objeto de indagação epistemológica. Tal ciência admite ser chamada de tecnologia”. Essa afirmação ajuda desmitificar a ideia equivocada de que tecnologia se reduz a objetos tecnológicos.

Compreendido então que Educação profissional se refere a uma formação para o trabalho, e que trabalho é o exercício social da técnica, como assim define Pinto (2005), e que técnica é um modo qualificado de intervenção no mundo para produção da existência humana, e que tecnologia é a ciência da técnica e não o nome que comumente se dá aos produtos tecnológicos, então, já é possível apresentar a definição do conceito de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Para Allain, Wollinger e Moraes (2017, p. 15):

A educação profissional e tecnológica é a articulação de ambas as práticas educativas: a formação para um trabalho específico, incluindo os saberes da ciência da técnica, isto é, a tecnologia com seus conceitos e definições para compreender também o trabalho ontologicamente, a técnica como atributo

humanizador, incluindo os efeitos sociais, ambientais e políticos do trabalho e seus desdobramentos.

Essa explicação revela a concepção de trabalho como valor, e como valor do próprio trabalhador, isso permite refutar a ideia de que técnica é uma atividade mecânica; ao contrário, formação técnica é formação humana.

É comum observar nas escolas de educação profissional o desprezo pela questão dos valores, é uma concepção equivocada de que trabalho está relacionado a uma técnica oposta ao humanismo, sendo assim, para estas escolas, parece não fazer sentido trabalhar a questão de valores (BARATO, 2015). De forma mais aprofundada, Barato (2015, p.14) assim explica:

No caso da Educação profissional e tecnológica, o tratamento dos valores ignora, muitas vezes, as práticas sociais significativas presentes em atividades de trabalho. Assim como ocorre no campo cognitivo, marcado por dicotomias como teoria X prática, habilidade X conhecimento, no campo dos valores é comum encontrar a divisão técnica X humanismo. Essa divisão sugere que os conteúdos das técnicas são neutros, desprovidos de significação, vazios, e que, para ganharem sentido, precisam ser iluminados por princípios que deem sentido à ação. Contudo tal modo de ver o ensino não considera os valores intrínsecos ao trabalho.

As atividades do trabalho não são meramente execuções de uma teoria, entendida equivocadamente como conhecimento, existe uma integralidade do ser desse trabalhador, como definiu Barato (2015), que pode ser entendido em uma dimensão ontológica. Já foi dito que o homem precisa produzir sua existência, que sua relação com o trabalho é o que o torna humano. Sobre essa questão ontológica, Saviani (2007, p. 154) assim diz: “O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano”. Portanto, seria cruel simplificar o trabalho como mera execução, sem considerar toda relação que há na própria construção do homem. Por isso Barato (2015) considera importante compreender esses valores intrínsecos ao trabalho.

O autor mergulha ainda em outras discussões importantes para entender uma abordagem da educação profissional e tecnológica que efetivamente considere a técnica como formação humana. Para Barato (2015) é necessário romper com alguns pares dicotômicos, como teoria X prática, uso tão comum nos planejamentos docentes na EPT.

O problema, segundo esse autor, é que a forma como acontece essa divisão, entende a teoria como conhecimento e a prática como técnica aplicada, nesse sentido, a prática (técnica) estaria sempre subordinada à teoria, e isso traz algumas implicações.

Essa declaração não é tão simples de compreender sem uma abordagem mais explicativa, por isso, cabe neste momento debruçar-se um pouco mais nas abordagens de Barato (2015), especialmente no que se refere a alguns pares dicotômicos, apresentados por ele. O quadro abaixo, contribui para melhor entendimento dessa problemática.

Quadro 1 – Formalização do problema apresentado por Jarbas Novelino Barato

<ul style="list-style-type: none"> ● A organização do ensino fundada na escola acadêmica é incapaz de gerar uma didática adequada à elaboração do saber técnico.
<ul style="list-style-type: none"> ● Eleger, consciente ou inconscientemente, a teoria como senhora da prática é uma solução que desvaloriza o saber técnico.
<ul style="list-style-type: none"> ● O uso de pares antitéticos como teoria & prática ou conhecimentos & habilidades, para classificar conteúdos de ensino, está fundado em epistemologias que desconsideram a dinâmica das atividades humanas.
<ul style="list-style-type: none"> ● Técnicas e habilidades exigem tratamento metodológico que garanta bons resultados do aprender a trabalhar. Essa circunstância coloca o desafio de construir uma pedagogia para o saber técnico.
<ul style="list-style-type: none"> ● Os modos hegemônicos de ver conhecimento estão marcados por ideias transmissivistas e reificadoras do saber. Essa tendência consagra uma educação palavrista e bancária. É preciso superar tal visão com uma pedagogia voltada para construção compartilhada do saber.
<ul style="list-style-type: none"> ● Insistir na teoria pode ser uma forma ideológica de “demonstrar” a inferioridade da técnica. Insistir na prática pode ser uma forma de instrumentar o trabalhador em sua luta por condições mais dignas de trabalho.

Fonte: adaptado de Barato (2015, p. 81-82).

Essas questões que definem a problemática necessária de investigação na EPT revelam o “peso” que está oculto no uso de termos como teoria e prática. Para

esse autor, isso tem um caráter epistemológico, há uma negação muito firme da prática como status de conhecimento. E isso traz consequências para o processo de ensino-aprendizagem (BARATO, 2015, p. 82), como se pode observar no próximo quadro.

Quadro 2 – Consequências do problema apresentado por Jarbas Novelino Barato

<ul style="list-style-type: none"> • Cobra-se dos alunos aplicação de “teoria” a contextos “práticos”, sem que as situações de ensino ofereçam oportunidade de exercício desse tipo de competência.
<ul style="list-style-type: none"> • Leciona-se “teoria” e, a partir dos resultados obtidos, infere-se a aprendizagem da “prática”, sem verificação de domínio desse último conteúdo por meio de execução.
<ul style="list-style-type: none"> • Aborda-se o conteúdo “prático” apenas como um fazer explicado pela “teoria”, mas desprovido de inteligência (“teoria” é equiparada a conhecimento e, “prática”, a habilidade).
<ul style="list-style-type: none"> • Cobram-se dos formandos competências na execução de determinado rol de técnicas, sem propiciar nas escolas condições de exercício concreto de todas as técnicas desse rol, apelando-se para uma indefinível criatividade que deveria decorrer de uma boa assimilação da teoria.
<ul style="list-style-type: none"> • Entende-se qualquer ênfase em conteúdos práticos como tendência pedagógica adestradora.
<ul style="list-style-type: none"> • Entende-se o ensino da “prática” como uma rendição da escola à divisão técnica e social do trabalho.

Fonte: adaptado de Barato (2015, p. 82-83).

Nas problemáticas e consequências apresentadas, percebe-se como se faz necessário tratar dessas questões nas discussões e análises da Educação Profissional e Tecnológica. Sabe-se que essas dicotomias têm razões históricas, e que embora não sejam abordadas nessa pesquisa, precisam ser consideradas nos estudos de organização curricular, na elaboração dos planos de ensino e em todas as questões didáticas e metodológicas que envolvem os processos de ensino e aprendizagem, pois esses discursos não são neutros, ao contrário, estão arraigados de outros interesses que muitas vezes pretendem acentuar a ideia de divisão dos trabalhadores em duas categorias centrais: aqueles do cérebro e aqueles da mão, termos usados por Rose (2007), ou daqueles trabalhadores que pensam e daqueles que executam, ou ainda, do intelectual e do prático.

Para Rose (2007, p.272) uma das mais influentes dicotomias, em relação a vida

dos jovens é:

... a distinção entre o acadêmico e o profissionalizante. Essa distinção caracterizou o currículo do segundo grau em grande parte do século passado, definindo, portanto, programas inteiros de estudo, e tudo que se segue: o tipo de instrução que a pessoa recebe, os grupos com quem anda, o status que percebe ter nos pátios e corredores. Embora tenha sido alvo de reformas significativas durante as últimas duas décadas, o ensino profissionalizante – e, mais amplamente, a linha de divisão entre o currículo acadêmico e o profissionalizante – tem sido uma das manifestações mais duradouras e visíveis das condições de nossa cultura a respeito de mão e cérebro, mente e trabalho.

Esse é o ponto em que se aproveita para tratar tanto como exemplificação, como também para situar o foco dessa pesquisa, questões específicas do Técnico em Assuntos Educacionais. Como mencionaram Barato (2015) e Rose (2007) há uma divisão visível que separa o trabalhador intelectual do trabalhador prático, e isso é reforçado no currículo da Educação, então é preciso que se avance no sentido de superação dessas dicotomias, sobretudo na EPT, cuja finalidade é justamente a formação do trabalhador. Porém, esse movimento não acontece ou acontecerá partindo apenas do professor, isso envolve todo um grupo de interesse pedagógico que atua direta ou indiretamente no âmbito educacional, e isso inclui o trabalho do TAE, como um especialista da educação. No entanto, esse profissional, também, parece ser alvo dessa separação, que o coloca na condição do servidor “prático” que muitas vezes apenas executa o que outros educadores “pensam”.

Como se verifica é um imenso desafio, que exige dos educadores, que também são os TAEs e os Pedagogos, um esforço de pensar estratégias para romper com as dicotomias, das quais alguns são vítimas, mas também agentes, pois continuam a reforçar essas divisões por meio das suas ações e dos seus próprios discursos.

As instituições de ensino precisam ter suas concepções baseadas em teorias que sustentam ou que deveriam sustentar suas ações. Geralmente são documentos criados coletivamente com o objetivo de nortear o trabalho que se desenvolve, considerando todos os seus agentes.

Na educação profissional, entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é, em primeiro lugar, educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador (IFSC, 2017, p.21).

Essa concepção de Educação Profissional direciona o trabalho dos educadores

(técnicos e docentes) para uma atuação que considere o homem na sua formação cidadã e para o trabalho. Então parece pertinente afirmar que antes de os educadores vivenciarem essa compreensão de homem, no que diz respeito a sua atuação frente aos estudantes, faz-se necessário verificar como acontecem as relações de trabalho entre os próprios servidores, no contexto em que estão inseridos.

Ainda nesta compreensão de Educação Profissional, também se exige que o trabalho dos educadores seja orientado pelo aprimoramento de valores. Sobre isso Barato (2015, p.11) faz a seguinte declaração:

Espera-se que a educação promova convivência harmoniosa, respeito mútuo, democracia, respeito pelas diferenças, uso responsável dos recursos naturais, admiração pela beleza de criações da arte e muitas outras virtudes que podem tornar a vida mais feliz.

A questão é que nem sempre se consegue atuar nesse sentido, por isso é necessário que a educação se volte para a questão dos valores. Não se consegue uma mudança externa quando internamente ainda há tantas lacunas a se resolver. A questão da identidade do Técnico em Assuntos Educacionais, pelo menos no que tange à sua valorização como especialista da educação, é uma dessas lacunas, e que ao longo da história, desde a criação do cargo, parece difícil de se resolver, seja por conta da generalização da sua atuação nas instituições, seja pela falta de compreensão da natureza do cargo.

Essa complexidade do cargo compromete a atuação deste servidor, cujo potencial espera-se ser mais valorizado no processo, principalmente, de Ensino. Leoni, Araújo e Kanzaki (2012, p.338) afirmam que “quanto mais a organização promove o reconhecimento profissional de seus trabalhadores, maior é o comprometimento afetivo em relação a ela”.

Um pouco diferente do Pedagogo, o Técnico em Assuntos Educacionais, apresenta uma natureza mais genérica nas Instituições, talvez, por isso, essa relação do vínculo afetivo pode ficar um pouco mais comprometida, já que não há ainda uma identidade desse profissional na Instituição.

A questão que envolve o trabalho, considera que “só o trabalho em si, não basta, é necessário que o trabalhador tenha consciência de si e de suas habilidades”. (CASTRO, 2017, p. 11), e talvez seja justamente essa dificuldade de compreender as suas habilidades para o desenvolvimento das atribuições do cargo que provoca no

TAE o sentimento de desvalorização, ainda que tenha vínculo afetivo com seu trabalho. Porém, essa é uma reflexão que ainda se pretende verificar no desenvolvimento da pesquisa, por meio da coleta de dados.

2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: breve apresentação

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada pela Lei 11.892/2008. O IFSC, que faz parte dessa rede, atua em 20 cidades do estado de Santa Catarina, com 22 câmpus implantados, segundo informações do portal IFSC (2018).

De acordo com o documento Projeto de Desenvolvimento Institucional (2017, p.2):

“O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal de ensino. Atua na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, oferecendo cursos nos mais diversos níveis: qualificação profissional, educação de jovens e adultos, cursos técnicos, superiores e de pós-graduação”.

Verifica-se, portanto, que se trata de uma instituição diferenciada pela sua atuação com variados tipos de oferta, que se consolidam em oportunidades para diversos públicos.

Além dos cursos, o IFSC proporciona também a oportunidade de desenvolvimento de muitos projetos de pesquisa e de extensão, considerando as demandas de cada região onde estão implantados os câmpus da rede. De modo mais completo, pode –se dizer que a rede IFSC “realiza pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense (PDI,2017, p.2).

Considerando a diversidade de setores produtivos do estado de Santa Catarina, pode-se inferir que são grandes as oportunidades de proporcionar para a população as mais diversas opções de cursos.

Segundo informações do Portal IFSC (2018), os câmpus estão distribuídos nas seguintes regiões:

- **Região Norte:** Câmpus Canoinhas, Câmpus Joinville, Câmpus Jaraguá do Sul–centro e Câmpus Jaraguá do Sul Rau;
- **Região Vale do Itajaí:** Câmpus Gaspar e Câmpus Itajaí;

- **Região da Grande Florianópolis:** Câmpus Florianópolis, Câmpus Florianópolis-Continente, Câmpus São José e Câmpus Palhoça Bilíngue;
- **Região Oeste:** Câmpus Chapecó, Câmpus São Miguel do Oeste, Câmpus São Carlos, Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste, Câmpus Xanxerê e Câmpus Caçador;
- **Região Planalto Serrano:** Câmpus Lages, Câmpus Urupema;
- **Região Sul:** Câmpus Garopaba, Câmpus Tubarão, Câmpus Criciúma e Câmpus Araranguá.

Além dos câmpus, o IFSC ainda conta com uma Reitoria com sede na cidade de Florianópolis e também com o Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), que segundo PDI (2017, p. 2) é:

responsável pelos programas de formação de professores e demais educadores, e de gestores para o serviço público. É papel do centro dar apoio às ofertas educativas próprias e dos câmpus do IFSC. Esse centro oferece cursos a distância e presenciais para a comunidade interna e externa, utilizando-se de metodologias inovadoras e sempre articuladas aos objetivos e metas do Instituto.

Com o CERFEAD verifica-se que o IFSC amplia a sua atuação, possibilitando alcançar um público maior ainda com as mais diversas oportunidades de formação.

Esse Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem como missão atual: “Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (PDI, 2017, p.7).

Essa missão fundamenta todas as ações da instituição e confere à rede uma unidade, a qual norteia-se pelos mesmos valores, que segundo o PDI (2017) são: ética, compromisso social, equidade, democracia, sustentabilidade e qualidade.

Diante desta breve apresentação do IFSC, pode-se perceber que o exposto retrata uma instituição amplamente atuante no estado e que portanto se consolida nas seis regiões por meio das mais diversas ações criando oportunidades para uma grande população.

2.3 A atuação do Técnico em Assuntos Educacionais e a atuação do Pedagogo

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, o Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) é o profissional, nível E, que geralmente

atua em diversos setores da instituição, desenvolvendo várias funções, sendo que algumas dessas estão descritas no ofício circular nº 015/2005, MEC (2005), outras porém são absorvidas pelo próprio servidor, especialmente funções administrativas, em razão muitas vezes da falta de clareza da Instituição em compreender a natureza do cargo, considerando que o ofício traz atribuições muito semelhantes e algumas até mesmos iguais às atribuições do profissional pedagogo.

A falta de clareza do cargo, também contribui para uma atuação mais diversificada, causando muitas vezes um descontentamento do servidor, especialmente quando o servidor tem uma formação na área pedagógica, como é o caso de Pedagogos que atuam como TAEs na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em pesquisa realizada com esses TAEs da UFRJ, Silva (2014, p.73) observou que “36% desenvolvem atividades de natureza administrativa”. A autora ainda complementou:

Podemos exemplificar com algumas respostas da pesquisa referentes às atividades do cotidiano dos TAEs.

Organizo arquivos, pastas e documentos (TAE)

Cadastro discente em sistemas SIGA, CAPES, CNPq (TAE)

Recebimento e despacho de processos (TAE)

Elaboração de documentos para alunos (TAE)

Muitos técnicos em assuntos educacionais desenvolvem no seu dia a dia somente essas atividades administrativas, o que gera insatisfações. (SILVA, 2014, p. 73).

Essa realidade, diferente, de atuação dos TAEs compõe o quadro que caracteriza essa natureza do cargo. Por isso, pode se entender o TAE como um servidor mais generalista. No entanto, é preciso considerar também a questão do sentimento de insatisfação, como se verificou na citação acima, já que por ter formação pedagógica e por compreender a atribuição do cargo numa perspectiva também mais pedagógica, supõe-se que esses servidores ficariam mais contentes atuando nos setores de sua área de formação e não em setores administrativos.

No Colégio Pedro II (CPII), no Rio de Janeiro, o Técnico em Assuntos Educacionais exerce o papel de Pedagogo/Orientador Educacional, sendo que para essa atuação precisa ter, desde 2010, graduação em Pedagogia, diferente dos Institutos Federais, cuja exigência para o cargo, abrange também outras Licenciaturas.

Historicamente nesse Colégio, pode se observar mudanças significativas que apontam para essa proximidade do TAE e do Pedagogo, devido às suas atribuições.

Assim destaca Pio (2012, p.74) na sua pesquisa:

Desde 2004, quando se deu o primeiro concurso para agentes técnico-administrativos da escola, o CPEI foi aproximando o TAE do pedagogo através de seus editais. Essa afirmação parte de uma análise breve, mas significativa: neste ano, de 2004, foi exigida a “graduação na área de Educação” sem nenhuma outra exigência; em 2007, o Curso de Pedagogia ou Licenciaturas; já em 2010, solicitam pedagogos ou, no caso dos egressos das Licenciaturas, a Especialização em “Orientação Educacional, Supervisão Educacional ou Pedagógica e/ou Psicopedagogia”. Ao que indicam as mudanças quanto à exigência na formação do TAE, o Colégio demonstrou a necessidade de, primeiro, passar a incluir os pedagogos, depois exigir somente pedagogos ou especialistas.

O que se observa no Colégio Pedro II, é uma realidade que registra muitos anos de atuação e que ao longo do tempo foi se adequando a uma necessidade mais específica de atuação do TAE, passando a exigir portanto somente Pedagogos ou especialistas na área pedagógica.

Já no IFSC, o Pedagogo é o profissional de nível E, que também geralmente atua diretamente no Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, e que embora se caracterize com uma função mais específica, devido à sua formação, apresenta também uma natureza complexa, assim como o TAE, isso por atuar com questões relacionadas à educação, à aprendizagem e aos processos de ensino, o que já se sabe, trata-se de uma área muito complexa, ainda mais na EPT, o que também para o Pedagogo ainda é um espaço de descobertas.

Para melhor compreensão da complexidade do cargo de TAE e também do cargo de Pedagogo, seguem quadros com a descrição de atividades típicas dos referidos cargos.

Embora o ofício nº 015/2005, MEC (2005) tenha sido tornado sem efeito pelo ofício nº 01/2017, MEC (2017), e enquanto não há nova regulamentação, são essas mesmas atribuições que permanecem descritas nos editais de concursos para o cargo de Pedagogo e de Técnico em Assuntos Educacionais.

Quadro 3 – Descrição de atividades do cargo de TAE

<p>•Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou</p>
--

modificando processos educativos de estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional para proporcionar educação integral dos alunos.

- Elaborar projetos de extensão.
- Realizar trabalhos estatísticos específicos.
- Elaborar apostilas.
- Orientar pesquisas acadêmicas.
- Utilizar recursos de Informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Adaptado de: MEC (2005)

Quadro 4 – Descrição de atividades do cargo de Pedagogo

- Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos.
- Elaborar e desenvolver projetos educacionais.
- Elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas: participar de estudos de revisão de currículo e programas de ensino.
- Implementar programas de tecnologia educacional.
- Elaborar e desenvolver projetos de Ensino-pesquisa-extensão.
- Utilizar recursos de Informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Adaptado de: MEC (2005)

É necessário, portanto, partir do que está prescrito, mas sem desconsiderar o contexto real da atuação desses profissionais nos diversos câmpus do IFSC, pois acredita-se que dessa forma será possível repensar a atividade do TAE principalmente, compreendendo a sua importância e a necessidade de qualificar o seu trabalho, e

também pensar possibilidades de algumas atividades integradas ao trabalho do Pedagogo.

A preocupação em discutir questões relacionadas às atividades dos Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos está ganhando espaço nos planejamentos institucionais, isso mostra o quanto é importante buscar oportunidades para discussão e criação de propostas que tratem da atuação desses profissionais, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica.

A relevância desse tema pode ser observada na relação de notícias compiladas no quadro 5.

Quadro 5 – Notícias sobre eventos entre Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos em Instituições Federais

Título da Notícia	Síntese da notícia	Data de publicação	Instituição	Local de publicação
Encontro reúne Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IFMA	os técnicos e pedagogos debatem os projetos pedagógicos e suas orientações técnicas e legais; a Sistemática de Avaliação do IFMA (Resolução n.º 86/2011) e as Diretrizes Curriculares.	03/05/2012	IFMA	https://pinheiro.ifma.edu.br/2012/05/03/encontro-reune-pedagogos-e-tecnicos-em-assuntos-educacionais-do-ifma/
Câmpus Florianópolis realiza encontro de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais	o encontro é a continuação do movimento de articulação dos pedagogos e pedagogas, em reuniões que já ocorreram em São José, Joinville e Criciúma e que, desde 2013, integra também Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs), pela proximidade dos trabalhos.	11/11/2014	IFSC	http://florianopolis.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=934:campus-florianopolis-realiza-encontro-de-pedagogos-e-tecnicos-em-assuntos-educacionais&catid=44:noticias&Itemid=134
Tem início capacitação de Pedagogos e Técnicos	Voltada para pedagogos e técnicos em assuntos educacionais de todos os campi do	16/08/2016	IFPB	http://www.ifpb.edu.br/noticias/2016/08/tem-inicio-capacitacao-de-pedagogos-e-tecnicos

	IFPB, a capacitação – realizada anualmente – teve inicialmente uma apresentação da política de assistência estudantil e discussão sobre a relação dos pedagogos e TAEs com a assistência estudantil no IFPB, conduzida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.			
Encontro discute a atuação de Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos	O evento tem como objetivo desenvolver o alinhamento das ações dos profissionais ligados ao Ensino.	08/06/2017	IFS	http://www.ifs.edu.br/2013-10-27-13-26-35/item/14-encontro-discute-atuacao-de-pedagogos-e-tecnicos-em-assuntos-educacionais
Encontro de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IFRR se inicia nesta segunda-feira, dia 23	O encontro visa à formação continuada da equipe técnico-pedagógica do IFRR, bem como o seu fortalecimento para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na instituição.	20/10/2017	IFRR	http://reitoria.ifrr.edu.br/encontro-de-pedagogos-e-tecnicos-em-assuntos-educacionais-do-ifrr-se-inicia-nesta-segunda-feira-dia-23-1
Encontro de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais realiza primeira edição	o IFRO priorizou a participação de representantes de todos os <i>campi</i> , “pedagogos e TAES, com o propósito de empoderar esses servidores para que eles atuem junto aos professores, junto aos alunos.	17/11/2017	IFRO	http://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/3987-encontro-de-pedagogos-e-tecnicos-em-assuntos-educacionais-realiza-primeira-edicao
Fórum Permanente de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IFF	fórum permanente de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IFFluminense para discussões e reflexões que apontem para proposituras de ações e compreensão do nosso papel nesse contexto.	-	IFF- CREF	http://escoladeformacao.iff.edu.br/course/index.php?categoryid=2
Encontro entre Técnicos em	A reunião foi a primeira de uma série	28/11/2017	28/11/2017	http://www.atensufsm.org.br/encontro-entre-tecnicos-em-

Assuntos Educacionais buscou conhecer realidades para melhor aproveitamento dos profissionais	na qual serão debatidos o papel do Técnico em Assuntos Educacionais, os locais onde atuam e onde deveriam atuar		UFSM	assuntos-educacionais-buscou-conhecer-realidades-para-melhorar-o-aproveitamento-dos-profissionais/
---	---	--	------	--

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Essas notícias respaldam as afirmações realizadas aqui referentes aos problemas, que, principalmente, o Técnico em Assuntos Educacionais enfrenta, em razão, da complexidade do cargo e da proximidade com a atuação do Pedagogo.

O que se verifica nas discussões é o que já está posto na descrição dos cargos para TAE e Pedagogo, trata-se da proximidade desses cargos com relação ao trabalho que perpassa todo o processo educativo. Por isso, pode-se dizer que a atuação desses profissionais remete a uma identidade de especialistas em Educação. Para Gonçalves, Abensur e Queirós (2009, p. 12):

o especialista em educação é assumido como um mediador da educação e aprendizagem de todos que compõem o processo educativo. É considerado um educador, cuja formação tem como pré-requisito a formação do educador. Sua função, seja ela coordenação, supervisão, administração ou orientação, é fundamentada, portanto, na ação educativa.

Entende-se que essas atividades, centradas na ação educativa, caracterizam o trabalho pedagógico, o qual pode ser realizado por docente, quando se refere a sua peculiaridade de 'sala de aula', como também por profissionais da área pedagógica, quando abrange um amplo leque de práticas educativas (LIBÂNEO, 2010).

Libâneo (2010) trata dessa questão, no sentido de diferenciar a atuação pedagógica docente da atuação do pedagogo, aqui também pode-se incluir o TAE, embora sua atuação como especialista não esteja descrita em documento próprio, assim como se tem da Pedagogia, na Resolução do Conselho Nacional de Educação-CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. O TAE é um profissional da educação e pela descrição do seu cargo, seu espaço de atuação está centrado no mesmo eixo do Pedagogo, ou seja, o Ensino. Portanto, apesar de não ser um profissional com formação específica para Técnico em Assuntos Educacionais, mesmo por que não existe essa formação, ele é um profissional da Licenciatura, cuja exigência do cargo concentra-se na área pedagógica. De qualquer forma, é importante ressaltar que para o Pedagogo também é uma atuação diferenciada, pois sua área de formação

(Pedagogia) não é uma área específica para o campo da Educação Profissional. O que se quer deixar claro, é que para ambos (TAE e Pedagogo) trata-se de uma atuação diferenciada, e portanto, desafiadora, considerando o contexto da EPT.

Esse desafio não é restrito aos técnicos da Educação, pois atuar na EPT, considerando a sua especificidade exige de todos os profissionais desse campo formação específica. Todos precisam aprender como se faz a Educação Profissional. Sobre formação, assim destacam Wollinger, Allain e Souza (2016, p. 10):

Na realidade, em Educação Profissional, quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo.

Entende-se que esse também deve ser um dos compromissos dos TAEs e dos Pedagogos, pois como articuladores, condutores dos processos de organização do Ensino, o que inclui formação de formadores, precisam considerar todas as questões intrínsecas à EPT.

Retomando a questão da diferenciação, para os TAEs e Pedagogos, essa dimensão pedagógica, diferente da dimensão docente, é um trabalho que vai além da sala de aula, ou dos espaços onde acontece diretamente o processo de ensino e aprendizagem na relação entre aluno e professor. Refere-se, portanto, a todos os processos educativos, pois como diz Libâneo (2010), o campo da Pedagogia não se restringe ao modo de ensinar, nem ao uso de técnicas de ensino. Assim melhor definido, Libâneo (2010, p. 29-30) explica:

A pedagogia ocupa-se de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa.

Essa definição de Pedagogia ajuda a compreender a importância da atuação de outros profissionais, além do professor, na ação educativa, considerando que o trabalho pedagógico é um campo muito amplo.

Compreende-se então que estes outros profissionais da educação, seriam os especialistas ou Pedagogos e Técnicos educacionais. No IFSC, esses profissionais correspondem aos cargos de Psicólogo, Assistente Social, Técnico em Assuntos

Educacionais e Pedagogos.

Essa área pedagógica, no Instituto Federal de Santa Catarina, constitui-se, portanto, de uma equipe de vários profissionais com especificidades distintas que atuam no campo pedagógico, onde as ações educativas se constroem. Infere-se essa tipologia organizacional do setor pedagógico, considerando as atribuições de grande parte dos regimentos de cada câmpus, os quais descrevem como funções dos setores pedagógicos, muitas atividades, inerentes ao cargo de Pedagogo, Psicólogo Educacional, TAE e Assistente Social. Há ainda, em alguns regimentos, atribuições do Assistente de aluno, também descritas na coordenadoria pedagógica, ou setor afim.

Sobre a importância dos especialistas, assim diz Vasconcellos (2013, p. 71):

... a simples presença dos especialistas na escola é (ou deveria ser) uma denúncia, um anúncio, um testemunho de que o trabalho escolar:

1. Vai além do trabalho de cada professor, individualmente considerado; tem uma dimensão coletiva;
2. Vai além da sala de aula; não basta cada professor ter seu projeto de trabalho; há um projeto maior, que inclui o didático-pedagógico, mas o ultrapassa (visão de pessoa, sociedade, educação);
3. Vai além da mera administração; deve estar voltado para a mudança, para a reflexão crítica sobre a prática, tendo em vista seu aperfeiçoamento, a superação das contradições.

Quando se entende a amplitude da Educação, torna-se mais compreensível a questão de se considerar a relevância de profissionais que embora não atuem em sala de aula, são necessários e importantes para ajudar a pensar todo o processo educativo, seja com a formação dos alunos, dos professores, ou ainda de familiares e comunidade.

Dessa forma, portanto, foram necessárias tais abordagens sobre o campo da pedagogia, bem como a atuação desses profissionais, para que na EPT, cuja modalidade difere da Educação Básica, esses profissionais possam atuar considerando que a Pedagogia, seja no campo profissional ou não, quando se trata de ação educativa, é fundamental. Pois, como já apontado, é um universo que vai além da aula, e por ser complexa, exige profissionais qualificados para tal atuação.

Ainda sobre a importância desse trabalho, que não se resume à docência, assim diz Muribeca (2002, p.164): “Sem dúvida, existe na escola um espaço concreto de trabalho que não é a sala de aula, mas que nele interfere, concorrendo ou não para a melhoria do processo ensino-aprendizagem”.

Essa afirmação traz elementos que permitem uma reflexão mais profunda da realidade escolar, é uma constatação de que a materialização de tudo que acontece no espaço da escola, não se constrói apenas na sala de aula, nem tampouco apenas na relação professor-aluno, mesmo por que o sujeito da aprendizagem faz parte de um processo maior de ensino, em que outros agentes estão envolvidos, como no caso do IFSC, por exemplo, alguns desses agentes são os especialistas em educação (TAEs e Pedagogos), os técnico-administrativos, bibliotecários e assistentes de alunos. Todos considerados profissionais da Educação.

Vale a pena insistir ainda em mais algumas reflexões acerca dessa questão. De acordo com Garcia (1986 apud Muribeca, 2002, p. 165):

Tudo que acontece na escola tem a ver com o processo pedagógico. Nada é meramente administrativo, nada é meramente pedagógico, nada tem razão em si. Cada ação desde as mais simples até as mais complexas, tem a ver com a totalidade da escola e traz consigo consequências pedagógicas e sociais.

A escola tem uma organização que contempla inúmeras atividades, algumas são rotineiras, outras são eventuais, mas todas cooperam para uma razão maior que extrapola o limite de sala de aula, por isso é necessária uma gestão de organização das atividades de ensino, pensando inclusive nas consequências pedagógicas e sociais. E é nesse contexto de planejamento, de organização mais ampla que se verifica a atuação de especialistas da educação.

Para tanto, na próxima seção, o texto tratará de algumas discussões e reflexões sobre a possibilidade de integrar atividades entre Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais, pensando justamente nas questões mais gerais de organização de algumas atividades que são rotineiras e indispensáveis na escola.

2.4 Possibilidades de um trabalho integrado entre TAE e Pedagogo no IFSC

Como já descrito em outro momento deste trabalho, o cargo de TAE e de Pedagogo são semelhantes quanto às atribuições, no entanto diferem quanto às áreas de formação. Para o cargo de Pedagogo, exige-se Pedagogia, para o cargo de TAE, exige-se Pedagogia ou outra Licenciatura, o que se acredita também dificultar ainda mais uma distinção específica das atribuições desses dois cargos, já que o TAE também pode ser um Pedagogo de formação.

Desde o surgimento do cargo de TAE na década de 70, as descrições das

atividades se confundem com as do Pedagogo, sobretudo atribuições de supervisão e coordenação.

O estudo realizado que trata das considerações sobre a atuação dos TAEs no MEC, naquela época, traz o seguinte trecho:

A categoria Funcional do Técnico em Assuntos Educacionais foi criada pelo PCC instituído pela Lei nº 5.645/70, com a finalidade de dotar os órgãos educacionais de profissionais qualificados para a realização das atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução de trabalhos de pesquisa e estudos pedagógicos visando à solução dos problemas de educação (Portaria nº 21 de 22 de julho de 1976), (BRASIL, 1979, p.10).

O que se verifica é a criação de um cargo (TAE) que desde o início foi pensado para uma demanda de atividades, mais abrangentes, que se esperava dar conta de solucionar ou propor estudos para soluções de problemas na Educação. Vale ressaltar que o estudo de 1979 sobre os TAEs, refere-se ao espaço de atuação desses profissionais no MEC. Porém, sabe-se que desde aquela época as atribuições dos TAEs sempre foram confusas.

De acordo com Silva (2011 apud Silva, 2014, p.39):

Há grandes confusões entre as atribuições de cargos no setor federal. Nós ainda temos as atribuições da Lei nº 5.645/70. Quarenta e um anos depois os servidores fazem o que está na caixinha de 1970! E quando se propõe alteração dessa, sempre restam algumas restrições, que dizem ser de ordem jurídica.

A citação anterior é uma declaração sobre a atuação geral dos cargos, mas contribui para refletir sobre o que se propunha para a categoria de TAEs, observando a Lei nº 5.645/70 e o que, pelos estudos realizados na época, já aparecia como problemas, verifica-se que ainda hoje permanece, como revelou o autor acima.

Com relação específica ao cargo de TAE, Silva (2014, p. 41) destaca que “o fazer desse profissional e sua identidade dentro da instituição de ensino estão permeados de dúvidas”.

O que está posto nos Institutos Federais de Educação tanto para o cargo de TAE quanto para o de Pedagogo é uma atuação capaz de pensar a gestão e organização do ensino na sua totalidade. Essa é uma inferência que ganha mais sustentação ainda, quando se observa o programa recente de estudos para a prova de ambos os cargos, no concurso público do IFSC.

No quadro a seguir é possível verificar em dois momentos distintos fragmentos do mesmo programa para o cargo de TAE e o cargo de Pedagogo.

Quadro 6 – Programa para prova concurso público IFSC

Cargo Pedagogo – Edital nº32/2015	Cargo TAE – Edital nº 33 /2017
<p>-concepções de currículo e a organização do currículo escolar da Educação Básica (Ensino Médio) e da Educação Profissional;</p> <p>- planejamento e planos educativos;</p> <p>- projeto político-pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação);</p> <p>- teoria e prática de acompanhamento, intervenções e avaliação individual e de grupo (gerenciamento de conflitos, composição de lideranças, integração, processos de avaliação) com alunos e ou professores;</p> <p>- desenvolvimento de estratégias de trabalhos em equipe interdisciplinar e multidisciplinar;</p> <p>- concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa; leitura e interpretação de indicadores sócio educacionais e econômicos;</p> <p>- organização administrativa, pedagógica e curricular do sistema de ensino;</p> <p>- as escolas pedagógicas e a organização escolar (currículo, avaliação, planejamento, Projeto Político Pedagógico e/ou Institucional);</p>	<p>-concepções de currículo e a organização do currículo escolar da Educação Básica (Ensino Médio) e da Educação Profissional;</p> <p>- planejamento e planos educativos;</p> <p>- projeto político-pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação);</p> <p>- teoria e prática de acompanhamento, intervenções e avaliação individual e de grupo (gerenciamento de conflitos, composição de lideranças, integração, processos de avaliação) com alunos e ou professores;</p> <p>- desenvolvimento de estratégias de trabalhos em equipe interdisciplinar e multidisciplinar;</p> <p>- concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa; leitura e interpretação de indicadores sócio educacionais e econômicos;</p> <p>- organização administrativa, pedagógica e curricular do sistema de ensino;</p> <p>- as escolas pedagógicas e a organização escolar (currículo, avaliação, planejamento, Projeto Político Pedagógico e/ou Institucional);</p>

Adaptado de: IFSC (2015, 2017)

Na seção que tratou da atuação do TAE e do Pedagogo, apresentou-se a descrição de ambos os cargos, com o intuito de apontar a semelhança entre eles, agora nesta seção pretende-se realizar algumas reflexões sobre a possibilidade de uma atuação integrada entre estes dois cargos, considerando o que já se apresentou como atribuições e também o que está posto no quadro 6, como assuntos para a prova

dos referidos cargos.

É importante destacar aqui que não se trata de uma organização integradora de todas as atividades do TAE e do Pedagogo, pois sabe-se que o TAE com uma natureza mais generalista atua em espaços de organização do ensino, que não necessariamente se limita ao espaço pedagógico. De acordo com pesquisa realizada por Sanseverino e Júnior (2014), na Universidade Federal Fluminense-RJ, 50% dos TAEs lotados nas Unidades de Ensino, onde se realizou a pesquisa, exercem atividades de natureza mais administrativas do que pedagógicas. Diferente do que acontece com o Pedagogo, cuja lotação geralmente, no IFSC, está na Coordenadoria Pedagógica ou Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando o que se verifica nas atribuições descritas nos regimentos, para esse setor ou para esse departamento.

Uma outra pesquisa, realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre os processos identitários dos TAEs, revelou que: “Em relação ao espaço que esses profissionais ocupam na universidade, observamos que eles estão em todos os lugares nas mais variadas possibilidades de trabalho” (SILVA, 2014, p.72).

A mesma pesquisa também apontou que há uma relação muito próxima do trabalho de TAE, considerando o Pedagogo de formação com a atuação pedagógica. Em outras palavras, pode se dizer que há uma natureza pedagógica no cargo de TAE e que seja como Pedagogo de formação ou não, ele pode e talvez deva atuar nas questões de organização do ensino.

Com essas apresentações, é possível arriscar-se a uma afirmação de que não há por que insistir em uma divisão de todas as tarefas entre TAEs e Pedagogos, como forma de garantir suas individualidades, ou como forma de afirmação das suas identidades na instituição, pois no caminho que se percebe avançar a educação, o trabalho interdisciplinar tem ganhado espaço, sendo assim, parece mais coerente pensar um trabalho integrado, como etapa de uma organização mais interdisciplinar.

Essa percepção da interdisciplinaridade já havia sido mencionada no estudo sobre os TAEs, de 1979. Vale a pena citar: “o modelo ideal de TAE, do ponto de vista da formação profissional, deve englobar elementos que caracterizam uma formação geral (a interdisciplinaridade) aliada a uma formação específica (a especialização)”. (BRASIL, 1979, p.105).

Nesse estudo, realizado no MEC, a discussão em torno da natureza do cargo

de TAE, centrava-se na definição de um perfil mais generalista ou de um perfil mais especialista, no entendimento de que ambos os termos se opunham. A partir de entrevistas e discussões, a reflexão final ponderou que há possibilidade de englobar esses dois perfis, como se verificou na citação anterior.

Ao trazer essas reflexões para a realidade atual dos TAEs, pode-se perceber que ainda é comum essa indefinição do perfil e natureza desse cargo. No entanto, como já apresentado em seção anterior, o TAE assim como o Pedagogo podem ser considerados especialistas da educação, embora o TAE tenha uma descrição mais genérica do seu cargo, e é justamente isso que o diferencia do Pedagogo, cujo cargo exige uma formação mais específica. Ainda assim, destaca-se que ambos precisam de formação específica para atuar na EPT, cujo campo educacional difere da Educação Básica. Na Educação Profissional por exemplo, como citam Wollinger, Allain e Souza (2016, p.13) “É necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão, e não apenas na fundamentação teórica das tarefas de sala de aula.”

Trata-se de pensar a EPT, considerando seus pressupostos, os quais compreendem outras dimensões, dimensões essas que perpassam caminhos diferentes, ou trajetória formativa diferente da Educação Básica, e isso precisa ser considerado, na atuação de todos os agentes desse campo profissional.

Ainda sobre a finalidade da EPT, Wollinger, Allain e Souza (2016, p.15) ressaltam que:

A Educação Profissional tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Essa reflexão também é necessária para a atuação do TAE e do Pedagogo, é importante que esses agentes não só se reconheçam no seu papel, cujos cargos apresentam natureza semelhante, mas que também se reconheçam na EPT, como atuação diferenciada da Educação Básica. E mais, atuem no sentido de fazer valer esse duplo compromisso da Educação Profissional, contribuindo para a construção de um processo educativo transformador nas várias dimensões da vida, como citam ainda Wollinger, Allain e Souza (2016, p.16):

...construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao

egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional, no plano comunitário pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica e no plano social com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Essas concepções que abrangem o plano pessoal, comunitário e também social, econômico e cultural da existência humana podem ser considerados a base para a atuação do TAE e do Pedagogo na EPT. Para tanto se exigirá desses profissionais um direcionamento comum para construir uma gestão do ensino, que se efetive nessa especificidade da EPT.

Sendo assim, é nessa especialidade do TAE e do Pedagogo, que supostamente encontra-se o fio condutor de um caminho para atividades mais integradas, já que ambos atuam com questões complexas do campo educacional, o que se pode constatar, analisando o próprio programa de estudos para a prova dos referidos cargos (quadro 6). São questões que tratam de concepções de currículos, avaliação, metodologia, planejamento, projeto pedagógico, organização do sistema de ensino, entre outras.

Como se observa há um trabalho comum a ser feito na escola, e que pela sua própria natureza exige já uma integração entre a equipe pedagógica, da qual TAE e Pedagogo fazem parte, senão como coordenadores, ao menos como condutores dos principais processos ligados ao ensino ou à gestão. De acordo com Boller (2005, p.8): “O trabalho integrado entre os elementos da equipe técnico- pedagógica de uma instituição de ensino facilita a gestão participativa, o planejamento pedagógico integrado, assim como a integração família – escola-comunidade”.

Essa integração, portanto, constitui-se em um trabalho coletivo, neste caso aqui estudado, entre Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos, que juntos podem organizar atividades centradas em uma gestão mais participativa, em um planejamento de ensino, que se efetive realmente na coletividade, entre outras ações que permeiam o saber e o fazer pedagógico.

Sobre a atuação desses profissionais, Farfus (2011, p.73) destaca:

Os pedagogos e profissionais que atuam em educação atualmente devem ter competências [...] pautadas em conceitos atuais que permitam olhar a realidade e recriá-la com a certeza da promoção do desenvolvimento local e da sua ação para a geração de diversos espaços educacionais.

A autora refere-se a uma necessidade atual que os trabalhadores da educação precisam estar atentos, é preciso buscar o novo, desafiar o cotidiano da escola, e também reestruturar o fazer pedagógico, considerando inclusive outros espaços educativos, que não somente os formais de educação.

Para tanto, é preciso romper com certos paradigmas, por exemplo, a atuação fragmentada, seja como docente na especificidade da sua disciplina, ou até mesmo como Pedagogo, na sua centralidade pedagógica, ou TAE, na sua generalização.

O fato é que não se pode mais, nesse contexto atual da educação, sobretudo da educação profissional, pensar um trabalho fragmentado. São necessários outros olhares, ou olhares diversos para a mesma atividade.

É importante destacar que a integração de que se trata aqui, não é uma mera junção de saberes de diferentes áreas do conhecimento. De acordo com Fazenda (2011) a integração é uma etapa para a interação, e só pode ocorrer na reciprocidade, na mutualidade e de forma co-participativa. De acordo com Fazenda (2011, p. 8) “todo conhecimento é igualmente importante”.

Para autora que discute questões mais aprofundadas da interdisciplinaridade, não se trata de integrar métodos, nem de se criar uma outra ciência, mas sim de uma questão de atitude, de estar aberto para o novo, estar disposto a uma nova Pedagogia, a da comunicação.

O diálogo é fundamental para que uma integração aconteça, é preciso posicionar-se no sentido de ir além da mera justaposição de saberes ou conhecimentos, é uma ruptura com a fragmentação, e isso implica pensar o trabalho na sua totalidade, em uma estrutura macro, considerando a forma de organização da escola ou mesmo dos espaços não- formais de aprendizagem.

E isso pode acontecer sem se perder a individualidade do papel ou função que cada um assume. Para Lück (2011, p.32): “A compreensão de como cada um pode servir para a realização de propósitos comuns, de suas inter-relações, é imprescindível a fim de se evitar conflitos, paralelismos e duplicações”.

No caso do TAE e do Pedagogo, é importante ter isso claro, pois como há uma proximidade das atribuições, considerando a descrição dos cargos, é possível ocorrerem esses conflitos e duplicações das atividades. Para evitar isso, ressalta-se que o diálogo é fundamental no processo de organização de um trabalho integrado.

Dessa forma, acredita-se que nesse caminho do diálogo e da interação e

considerando os diferentes saberes, é que se dará início a construção de um trabalho efetivamente integrado.

Uma boa oportunidade para se construir esse diálogo é por meio da formação continuada de TAEs e Pedagogos. Por isso, considerando a importância dessa organização é que faz necessário discorrer um pouco sobre a qualificação profissional.

2.4.1 A formação continuada para integração de TAEs e Pedagogos na especificidade da EPT

A formação continuada é uma exigência dos profissionais em todas as áreas de atuação. Na Educação Profissional e Tecnológica, como um campo diferenciado é fundamental promover a capacitação de servidores para garantir que as discussões e reflexões acerca do trabalho no contexto atual estejam sendo contempladas como necessidades para organização dos espaços educativos e para uma melhor atuação dos seus agentes, considerando a especificidade da EPT.

Para tanto, torna-se fundamental que TAEs e Pedagogos, como agentes desses processos de organização das atividades de ensino tenham garantia de espaços para sua capacitação em serviço, ainda mais por se tratarem de profissionais oriundos de uma formação para a Educação Básica e não para a EPT, o que torna o desafio e a necessidade muito maiores.

As abordagens no capítulo inicial sobre a EPT são relevantes para que aqui se possa traçar uma organização do trabalho desses profissionais na gestão do ensino. É importante caracterizar que a integração entre TAE e Pedagogo precisa estar pautada nas concepções de uma Educação Profissional que considera o trabalho, a técnica e a necessidade de ruptura com alguns mitos, como já mencionado no capítulo sobre abordagens da EPT.

Sabe-se que já existem no Brasil estudiosos realizando traduções de obras sobre Didática Profissional, até então acessíveis apenas em francês. Esses estudos consideram a necessidade de pensar a especificidade da EPT.

De acordo com Gruber, Allain e Wollinger (2017, p. 4-5):

A Didática Geral ou as Didáticas Específicas voltadas às ciências costumam ter como objeto um conhecimento “científico”, marcadamente teórico, explicativo, verbal ou discursivo. Já numa didática voltada para a Educação Profissional, o objeto é o processo de intervenção e seu exercício social.

O que se pretende ao mencionar que existem estudos sobre didática profissional é destacar que não se pode pensar um projeto de capacitação que considere a integração do TAE e do Pedagogo, sem considerar os estudos do campo profissional, pois não se pode esquecer que é nesse contexto que ambos organizarão as atividades do ensino, e isso inclui também questões de formação docente.

Portanto, ao se apropriarem desses conceitos, esses agentes podem pensar as questões de currículo, metodologia, e avaliação específicos para EPT, podendo buscar como referência os estudos sobre Didática Profissional. Gruber, Allain e Wollinger (2017) acreditam que por meio da Didática Profissional é possível que a Educação Profissional se torne mais efetiva, além de empoderar o trabalhador.

Por isso é tão importante que a gestão do ensino na Educação Profissional considere a formação continuada a partir da apropriação de estudos sobre Didática Profissional. Será a realização de um novo olhar, porém específico para uma formação que já se supõe estar situada nas relações de trabalho e, sendo assim, devendo ser caracterizada por sua especificidade.

Com essa compreensão acredita-se que TAE e Pedagogo, além de aproximarem seu diálogo, poderão, ao se capacitarem, também propor capacitação aos docentes, já que esta é uma atividade pertinente ao trabalho das coordenadorias pedagógicas onde esses cargos podem estar atuando, conforme alguns Regimentos dos câmpus. Por exemplo, no Regimento interno do câmpus Caçador (2017) e no regimento interno do câmpus Canoinhas (2018) essa atribuição está contemplada nas Coordenadorias Pedagógicas. Assim trata o Art. 26, inciso IV: - propor, realizar, acompanhar e avaliar ações para a formação continuada dos docentes e dos técnico-administrativos em educação, junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

Com relação à formação docente verifica-se que ainda há muitos desafios. Pimenta (2009, p. 16) assim diz:

No que se refere à formação contínua, a prática mais frequente tem sido a de realizar cursos de suplência e ou atualização dos conteúdos de ensino. Esses programas têm se mostrado pouco eficientes para alterar a prática docente e, conseqüentemente, as situações de fracasso escolar, por não tomarem a prática docente e pedagógica escolar nos seus contextos.

Embora não se trate do campo da Educação Profissional, a reflexão é pertinente para situar a problemática da ineficiência dos cursos de formação continuada para todos os profissionais da Educação. Isso contribui para enfatizar a

importância, na EPT, de se pensar a Educação Profissional no seu campo real de atuação, nas suas relações com o trabalho, e sobretudo com o trabalhador.

Na questão da integração entre TAE e Pedagogo, percebe-se que, mais do que articular um trabalho pedagógico e de organização do ensino, esses cargos precisam repensar e avaliar suas atividades constantemente, no sentido de aprimorar suas ações para qualificar ainda mais o trabalho pedagógico, que como já dito, vai além da sala de aula, e são esses os agentes responsáveis para ajudar a conduzir o processo necessário de transformação na EPT.

Sobre a formação desses agentes da educação, Farfus (2011, p. 81) ressalta algo muito interessante: “O processo de formação do Pedagogo e de profissionais que atuam em educação requer, atualmente, o desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades e atitudes, para que sua ação seja efetiva”

A autora trata da importância de se obter um conjunto de competências para uma atuação que seja realmente efetiva, que de fato desenvolva um olhar para a exigência do contexto atual em que está inserida a Educação, no caso específico aqui, a Educação Profissional.

Parece pertinente trazer para esta reflexão sobre competências, os estudos de Perrenoud (1999, p.4). Para esse autor, competência pode ser definida como:

uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos.

A relevância dessa abordagem para o contexto da formação dos profissionais da Educação que atuam na organização ou gestão do ensino ganha sustentação principalmente por que adequa-se muito bem às questões relacionadas ao espaço de Educação Profissional.

De forma mais específica o que se pretende evidenciar com essas reflexões é que para uma atuação mais efetiva desses profissionais faz-se necessário considerar os referenciais que coadunam com a ideia de uma Educação Profissional que acredita numa atuação, cujas características, estejam centradas na especificidade desse campo.

Ainda para Perrenoud (1999, p. 7):

A abordagem por competências junta-se às exigências da focalização sobre o aluno, e dos métodos ativos, pois convida, firmemente, os professores a: considerar os conhecimentos como recursos a serem mobilizados; trabalhar regularmente por problemas; criar ou utilizar outros meios de ensino; negociar

e conduzir projetos com seus alunos; adotar um planejamento flexível e indicativo e improvisar; implementar e explicitar um novo contrato didático; praticar uma avaliação formadora em situação de trabalho; dirigir-se para uma menor compartimentação disciplinar.

Toda essa abordagem para uma organização escolar, não é um convite apenas ao professor, pois se o processo educativo é entendido para além da sala de aula, então acredita-se que os coordenadores desse processo, sendo TAEs e Pedagogos, na função que lhes cabe, também precisam atuar no sentido de se apropriarem dessas competências docentes, e essa apropriação pode ser resultado dos espaços oportunizados para a formação continuada.

Será, portanto, uma possibilidade não só de integração entre TAEs e Pedagogos, por meio dos estudos sobre Didática Profissional e competências para esse campo de atuação, bem como será também uma articulação mais efetiva com a realidade docente, ou seja, enquanto agentes condutores dos processos de organização do ensino e das ações pedagógicas, esses profissionais poderão compreender melhor sua atuação, considerando a efetividade do trabalho em sala de aula, que espera ser o resultado do que se planeja ou que deveria se planejar coletivamente na gestão de ensino.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 Apresentação e análise dos dados

Este capítulo apresenta a descrição e análise dos dados coletados por meio dos questionários, realizados com 3 grupos distintos: Gestores, Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos, de oito (8) câmpus do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), e também por meio das entrevistas realizadas com os TAEs e Pedagogos de seis (6) câmpus do IFSC, sendo 1 câmpus da região Sul, 1 câmpus da região Norte, 1 câmpus da região central, 1 câmpus da região Oeste e 2 câmpus da região da Grande Florianópolis.

Nesta pesquisa ressalta-se que os nomes dos participantes não serão identificados. Para tanto, a distinção dos comentários e declarações dos entrevistados acontecerá por meio da informação do cargo e da região.

Para descrição e análises dos dados, as formas de organização dos elementos coletados serão expressos por meio de: tabelas, gráficos e análise de conteúdo.

3.1.1 Grupo de Gestores

Nessa pesquisa, o termo gestor refere-se ao diretor-geral, ao diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão e ao Diretor de Administração. De acordo com o Art. 32, do Estatuto do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, resolução nº 028/2009/CS, os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus.

Ainda destaca-se que o Art. 33, do Estatuto do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, resolução nº 028/2009/CS, estabelece que compete aos Diretores-Gerais a gestão dos campi que dirigem, coordenando as atividades administrativas e pedagógicas, respondendo solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

Com relação ao diretor ou chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e também ao diretor ou chefe do Departamento de Administração, destaca-

se a explicação pautada no Regimento Geral do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, aponta no Art. 59, § 2º, da resolução nº 54/2010/CS, que: a Diretoria do campus é órgão executivo que administra, coordena e superintende todas as atividades do campus e será exercida pelo Diretor-Geral, auxiliado pelo Vice-Diretor, quando houver, e assessorado por:

- I- Chefe do Departamento de Administração ou Diretor de Administração, em concordância com a nomenclatura utilizada no Regimento Interno de cada campus;
- II- Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, em concordância com a nomenclatura utilizada no Regimento Interno de cada campus.

O quadro 7 demonstra os tipos de graduação dos gestores que responderam a pesquisa. Dos 8 câmpus participantes, 7 gestores responderam o questionário, desses, 5 são licenciados, 1 é bacharel e 1 é tecnólogo.

Quadro 7 – Tipos de graduação dos gestores

Área de formação	Número de Gestores
Licenciatura	5
Bacharelado	1
Tecnologia	1

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Essa diversidade de graduações não significa estar mais preparado ou menos preparado para atuar na gestão, mas de qualquer forma é um dado importante, considerando que a gestão de que se trata aqui se refere a uma Instituição de Educação, cuja natureza é mais pedagógica e administrativa, e que portanto, pode-se inferir que das áreas elencadas, a licenciatura está mais próxima dessa natureza, pois no Brasil o grau de licenciado consiste na formação acadêmica que habilita para o trabalho no campo educacional. No entanto, é válido registrar que se trata também de uma instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

De qualquer forma é importante destacar que todos podem desenvolver a liderança, compreendendo que se trata também de uma característica do gestor. Silva afirma que (2014, p. 28): “Líderes não nascem prontos. Precisam ser desenvolvidos por meio da melhoria contínua. Se quisermos ser diferentes daqui a 10 anos, precisamos mudar hoje nas pequenas atitudes”.

Significa considerar que independentemente da área de formação, os gestores podem desenvolver as habilidades de gestão.

Os próximos quadros apresentam a função que os gestores desempenham, seu tempo de lotação no câmpus e o tempo de gestão no referido cargo.

Quadro 8 – Função que desempenha como gestor

Função	Número de gestores
Diretor geral	4
Diretor/chefe de Ensino, Pesquisa e Extensão	3

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Quadro 9 – Tempo de lotação no câmpus

Tempo de lotação	Número de gestores
Menos de 1 ano	0
Entre 1 e 2 anos	0
Entre 2 e 5 anos	1
Mais de 5 anos	6

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Quadro 10 – Tempo de gestor na função atual

Tempo de lotação na função atual	Número de gestores
Menos de 1 ano	0
Entre 1 e 2 anos	1
Entre 2 e 5 anos	4
Mais de 5 anos	2

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Analisando esses três (3) quadros, verifica-se que as funções estão concentradas ou na direção-geral ou na direção de ensino, e embora o tempo de lotação no câmpus desses gestores seja a maioria superior a 5 anos, ainda o tempo da maioria, na função de gestor, está entre 2 e 5 anos, um tempo relativamente curto, considerando que apesar de novo, os Institutos têm, na sua maioria, um tempo de atuação superior há 7 anos. É claro que para compreender as razões desse tempo de atuação dos gestores, na função, serem maiores ou menores, precisaria de outras investigações, que nesse momento não caberia nessa análise, nem mesmo nessa pesquisa, considerando a temática e o foco dos objetivos.

De qualquer forma são dados importantes para se considerar a compreensão dos gestores com relação ao funcionamento da instituição, bem como as competências de cada cargo e até mesmo o cuidado para alocação dos servidores em determinados setores. Pode-se inferir que o tempo de Instituição, bem como o tempo no cargo de gestão permitiriam uma melhor compreensão dessas funções.

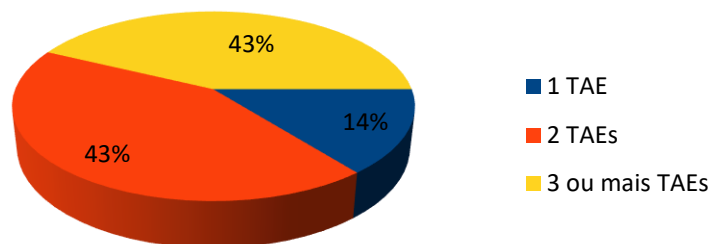
No caso dessa pesquisa, trata-se das funções dos cargos de TAE e de Pedagogo.

Sobre a importância desse conhecimento, vale destacar a fala de um servidor entrevistado.

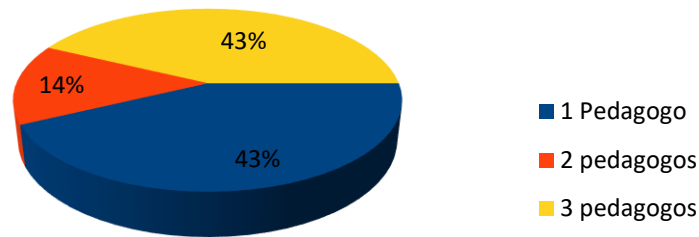
*Eu acho que para criar essa condição de trabalho integrado e por se tratar de ensino, eu vejo que além de envolver essas pessoas TAEs e Pedagogos, tem que envolver também as gestões para compreender melhor esse trabalho do TAE, em conjunto, **até para criar condição de melhores escolhas na alocação dos cargos em seus setores, áreas e trabalho**, por que como eu vejo, às vezes é um pouco frágil, se o cargo é tão genérico. (TAE – região da grande Florianópolis)*

Com relação ao objetivo principal da pesquisa, são pertinentes as informações prestadas pelos gestores, e que são demonstradas nos gráficos abaixo. Trata-se do número de TAEs e de Pedagogos que atuam nos câmpus pesquisados.

Gráfico 1 – Relação número de câmpus e número de TAEs



Fonte: elaborado pela autora (2018)

Gráfico 2 – Relação número de câmpus e número de Pedagogos

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Verifica-se que entre os câmpus, o número de TAEs se divide, 43% dos câmpus atuam com 2 TAEs, e 43% dos câmpus atuam com 3 ou mais TAEs, já com relação aos Pedagogos, essa divisão se verifica de forma mais extrema, 43% dos câmpus atuam com apenas 1 pedagogo, enquanto 43% atuam com 3 ou mais Pedagogos, tendo como referência, os câmpus participantes da pesquisa.

Essa diferença pode estar relacionada ao tamanho do câmpus, número de alunos, questões de infraestrutura e demandas dos setores onde atuam esses profissionais, pois de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC, os câmpus estão classificados em tipologias específicas, o que entre outros fatores também determina o número de servidores.

De qualquer forma é relevante constatar que em todos os câmpus há a presença desses servidores, o que já é um indício da sua importância.

Segue um quadro comparativo dos setores onde estão atuando os TAEs e os Pedagogos.

Quadro 11 – Setores de atuação dos TAEs e Pedagogos

Cargos	Setores de Atuação						
	Gestão de pessoas	Pedagógico	DEPE	Secretaria	Registro Acadêmico	Cargo de direção ou chefia	Outros
TAE	0	6	0	1	0	1	3
Pedagogo	0	12	1	0	0		3

Fonte: elaborado pela autora (2018)

No quadro 11, verifica-se um equilíbrio entre o número de TAEs e Pedagogos, sendo que a maioria está atuando nos setores pedagógicos, por isso também é possível inferir que a natureza de ambos os cargos é mais pedagógica. No entanto, não se pode ignorar que ainda há uma quantidade, principalmente de TAEs, atuando em outros setores. O que talvez signifique o entendimento de uma natureza mais genérica do cargo e portanto também administrativa, por isso a atuação no setor “secretaria”, por exemplo.

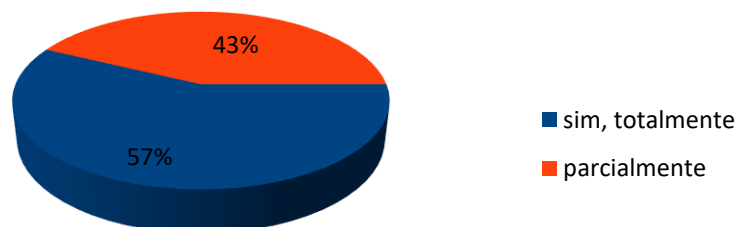
De acordo com pesquisa de Sanseverino (2015, p. 104), observa-se que 54% dos Técnicos em Assuntos Educacionais pesquisados, afirmaram que suas atividades são de natureza mais administrativas. A autora ressalta que as atribuições do cargo são essencialmente pedagógicas.

Ainda sobre esses dados, Sanseverino (2015, p. 104) afirma que: “A predominância da natureza administrativa pode indicar distanciamento da função que deveria ser desempenhada pelo TAE na universidade”.

No caso do IFSC, considerando os câmpus pesquisados, verifica-se que a maioria dos TAEs atuam realmente nos setores mais pedagógicos, pois mesmo no setor de atuação “outros”, onde houve presença de TAE e Pedagogo, os gestores registraram nos comentários, que esse outro setor seria o Departamento de Assuntos Estudantis, o que também confere uma natureza mais pedagógica.

Outro dado importante, pesquisado, foi com relação ao conhecimento das atribuições dos TAEs e Pedagogos. Sobre isso, observa-se que há gestores que não possuem conhecimento total das atribuições dos referidos cargos. Nos gráficos abaixo é possível visualizar melhor essa identificação.

Gráfico 3 – Conhecimento das atribuições de TAEs



Fonte: elaborado pela autora (2018)

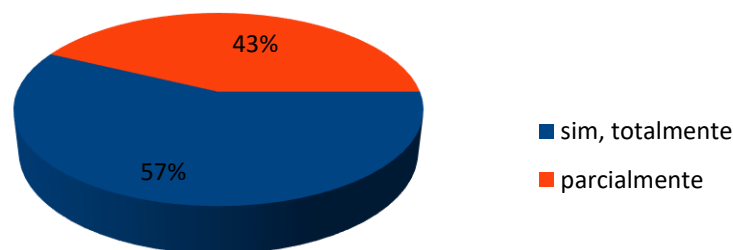
Quando foi abordada essa discussão no referencial teórico, refletiu-se sobre a natureza mais genérica do cargo de TAE, e considerando um dos objetivos propostos, verifica-se que realmente há uma dificuldade de compreensão do cargo de TAE pelos gestores, pois observa-se no gráfico 3 que é significativa a porcentagem de gestores que não têm o conhecimento total das atribuições do TAE, e isso talvez justifique a razão da atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais em setores diversos dentro do IFSC. Para elucidar ainda mais essa reflexão, segue comentário de um TAE, no momento da entrevista.

...às vezes parece que acham que o Técnico em Assuntos Educacionais é um técnico administrativo de nível superior, então no meu entendimento, pela minha experiência na instituição eu acho que a gestão desconhece quem são os TAEs. (TAE – região da grande Florianópolis).

Ao observar o gráfico 3 e também o comentário do servidor entrevistado, parece haver certa coerência, pois 43% dos gestores entrevistados afirmam ter um conhecimento parcial das atribuições do cargo de TAE, o que se infere que se trata dessa generalização do cargo já mencionada em outros momentos da pesquisa.

Com relação às atribuições do Pedagogo, surpreende que o gráfico também aponta a mesma porcentagem que para os TAEs, de gestores que compreendem parcialmente as atribuições do Pedagogo na instituição.

Gráfico 4 – Conhecimento das atribuições do Pedagogo



Fonte: elaborado pela autora (2018)

É surpreendente por que supõe-se que o cargo de Pedagogo, por ser mais específico, já esteja mais claro que possui uma natureza pedagógica, considerando a formação na área de Pedagogia. No entanto, é possível inferir que a não compreensão

total das atribuições do cargo de Pedagogo, podem estar relacionadas ao fato de uma atuação mais específica na Educação Profissional e Tecnológica. Porém, o comentário de um Pedagogo entrevistado, traz outros elementos. A pergunta realizada na entrevista foi: Na sua opinião, como a gestão compreende o papel desse servidor no câmpus? A resposta do entrevistado demonstra uma relação centrada na pessoa que ocupa o cargo na gestão.

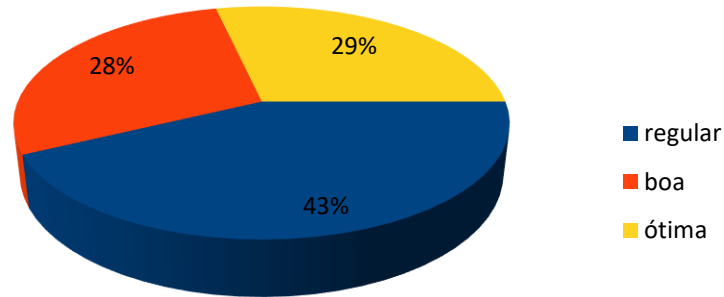
Acho que a gente avançou um pouco na instituição com relação à compreensão do cargo, mas eu acho que ainda tem um caminho a percorrer nesse processo, eu acho que antes isso era mais forte, mais evidente, mas hoje, varia muito de quem você tem atuando na gestão. (Pedagogo – região Oeste)

Essa declaração do Pedagogo entrevistado tem certa relação com o gráfico 4, que demonstra a porcentagem de que 43% dos gestores entrevistados afirmam não compreenderem totalmente o cargo, e talvez realmente seja uma questão de gestor que atua, depende também da sua 'bagagem', das suas vivências, das suas outras experiências profissionais. De qualquer forma, é importante destacar na declaração do entrevistado, essa percepção de um avanço na instituição com relação à compreensão do cargo de Pedagogo. Entretanto, cabe ressaltar que existe um documento, o ofício nº 015/2005, MEC (2015), que embora tornado sem efeito pelo ofício nº 01/2017, MEC (2017), tratava da descrição de todos os cargos administrativos.

Uma outra questão realizada com os gestores, permite discussões e reflexões sobre a percepção dos dirigentes com relação à proximidade do cargo de TAE e do cargo de Pedagogo, foco principal dessa pesquisa. Apenas 5 dos 7 gestores responderam essa questão. Dos respondentes, todos afirmaram que na opinião deles, existe uma proximidade das funções desempenhadas entre TAEs e Pedagogos, não se sabe se os 2 gestores que não responderam essa pergunta não identificam essa proximidade ou realmente preferiram não responder por não ter clareza dessa informação. Mesmo assim, é possível inferir que embora 43% dos gestores não tenham conhecimento total das atribuições dos TAEs e dos Pedagogos, 5 gestores entendem que há uma proximidade entre as atribuições dos TAEs e dos Pedagogos, o que aponta para um trabalho integrado, considerando a opinião desses gestores.

O gráfico 5 ainda traz outros dados referentes à percepção dos gestores sobre a relação de trabalho entre esses dois cargos.

Gráfico 5 – relação de trabalho entre TAEs e Pedagogos no câmpus



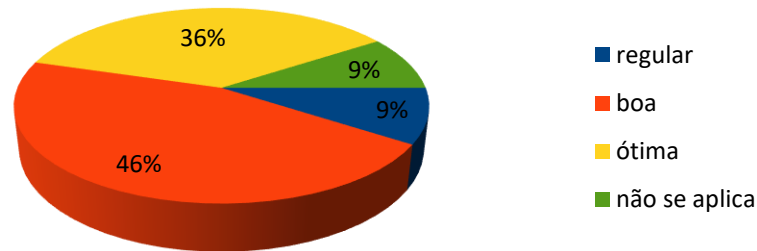
Fonte: elaborado pela autora (2018)

Verifica-se então que os gestores percebem a proximidade das funções como se observou nas discussões anteriores, mas suas realidades nos respectivos câmpus diferem, considerando suas opiniões, apresentadas no gráfico 5. Verifica-se que na maioria dos câmpus há uma relação boa ou ótima, somando essas duas categorias próximas, entre os servidores TAEs e Pedagogos, mas ainda é significativo o registro de 43% que apresentam uma realidade de relação regular entre esses servidores, na opinião dos gestores. No entanto, nos mesmos câmpus pesquisados, a opinião dos servidores TAEs e Pedagogos diverge desses gestores que apontaram uma relação regular.

Pode-se inferir que essa divergência se deva a uma perspectiva mais geral da gestão, já que provavelmente exista um distanciamento entre as atuações do gestor e dos TAEs e Pedagogos, o que é comum pela natureza do trabalho, pois nem sempre o gestor consegue acompanhar a rotina diária da relação de trabalho entre os servidores.

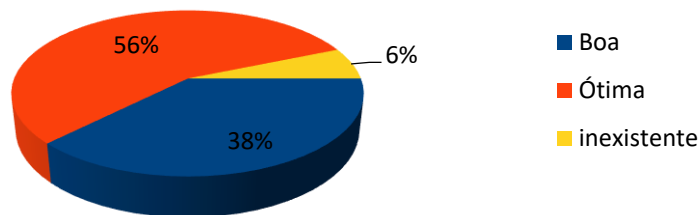
Os gráficos 6 e 7 demonstram a opinião dos TAEs e dos Pedagogos sobre essa mesma questão: a relação entre esses servidores no câmpus.

Gráfico 6 – opinião dos TAEs sobre a relação entre TAEs e Pedagogos



Fonte: elaborado pela autora (2018)

Gráfico 7 – opinião dos Pedagogos sobre a relação entre TAEs e Pedagogos



Fonte: elaborado pela autora (2018)

Primeiramente, ressalta-se que 11 TAEs dos câmpus participantes e 16 Pedagogos responderam o questionário, elaborado para cada grupo, separadamente.

Com relação às respostas dos TAEs sobre o trabalho com Pedagogos, observa-se que 9% não se aplica, isso significa que provavelmente servidores TAEs e Pedagogos não atuam juntos no mesmo setor.

Já com relação aos Pedagogos há um registro de 6% que considera essa relação inexistente. Não se trata porém de atuação em setores diferentes, por que para essa categoria, havia a opção 'não se aplica'. Então, o que se pode inferir é que embora atuando no mesmo setor, TAEs e Pedagogos não possuem uma relação de trabalho próxima que permitisse uma avaliação entre as outras opções propostas.

É o que se pode verificar, considerando a declaração de um Pedagogo:

Na minha experiência anterior aqui do IFSC eu não trabalhei com TAE, então eu não consegui construir uma identidade, algo assim, mas eu sempre percebi que na resolução, no concurso, é um trabalho conjunto, então, eu tenho experiência de trabalhar com TAE, mas eu nunca trabalhei efetivamente, um período que construímos realmente, por que lá eu não tinha, aqui quando a gente veio também não podemos dizer que fizemos um planejamento (Pedagogo – região central).

Verifica-se, portanto, que diferente dos gestores, para esses outros dois grupos, a relação é melhor, pois 36% dos TAEs acham que a relação é ótima, os Pedagogos apresentam uma porcentagem maior ainda para essa mesma categoria.

Para a maioria, 56%, a relação entre TAEs e Pedagogos é ótima. O que pode ser observado ainda nos comentários dos entrevistados.

...eu vejo com muita naturalidade essa integração interpessoal entre profissionais, entre colegas. Se a gente tem um entendimento, está de acordo com os objetivos que são importantes, é uma questão de a gente aproveitar o diálogo. (TAE – região Oeste)

A gente planeja juntos as reuniões pedagógicas, lemos os textos em conjunto, fazemos a discussão, levamos juntos aos professores, faço as minhas contribuições, conselhos de classe, estamos até num processo grande de transformação do conselho, discutimos de igual pra igual. (TAE - região Norte)

Eu acho esse trabalho bem positivo, foi com os TAEs que eu aprendi, foi um TAE que me explicou tudo, como devo proceder, como devo fazer. Todo mundo aqui tem uma mesma fala, e a gente trabalha junto, e eu acho isso muito importante. (Pedagogo – região Sul)

Essa relação de trabalho compartilhado, de abertura ao diálogo, de planejamento coletivo, cria condições importantes para uma atuação mais efetiva das ações que precisam ser desenvolvidas. Por exemplo com relação aos docentes, mas que pode-se aplicar também a outros profissionais, Tardif (2011 apud Cardoso; Del Pino; Dorneles, 2012, p. 5) considera que “o modo de integração dos saberes à prática profissional dos docentes, grande parte das vezes, acontece por processos de socialização.

Embasados na teoria de Tardif, os pesquisadores Cardoso; Del Pino; Dorneles (2012, p. 5) fazem a seguinte reflexão:

Por mais que consideremos que o professor age sozinho, as relações que estabeleceu, ao longo de sua vida, na sua família, na escola e em outros espaços de convivência social, bem como a interação estabelecida com

alunos, colegas de profissão e também nas instituições de formação, interferem de nas decisões a respeito de suas ações.

Da mesma forma, pode-se compreender que a socialização das vivências dos TAEs e Pedagogos também cria condições para a integração dos saberes desses profissionais. Esse é um caminho, um aspecto importante do processo de integração.

É possível inferir ainda nos depoimentos dos entrevistados que existe uma relação positiva de trabalho, que a questão da proximidade das atribuições direciona para uma integração necessária das ações cotidianas nos setores onde atuam TAEs e Pedagogos.

Esse caminho do diálogo, da comunicação aberta, da troca de experiências, do compartilhar, é sim, o caminho para uma integração, e isso é uma questão de atitude, de estar disposto, aberto. Sobre isso, assim salienta Fazenda (2011, p.8): “É uma atitude de abertura, não preconceituosa, onde todo conhecimento é igualmente importante. Pressupõe o anonimato, o conhecimento pessoal anula-se frente ao saber universal”. Sobre essa relação de trabalho mais próxima, destacam-se os comentários de dois entrevistados.

O segredo pra desenvolver o trabalho integrado é estar disposto, por que se não está disposto, pode ter 50 no setor, só vão brigar e não vai dar nada certo. (Pedagogo – região Norte)

...vejo assim que esse é um caminho muito interessante e talvez seja um dos melhores caminhos para o trabalho pedagógico. (TAE – região da grande Florianópolis).

É interessante observar que quando se trata de relação de trabalho, o que importa não é a quantidade de servidores no setor, ainda que isso seja um fator importante para avançar no trabalho. Considerando a declaração do Pedagogo – região Norte, o que vale é o quanto o servidor está disposto a realizar esse trabalho mais próximo, no coletivo. É realmente uma questão de atitude como salienta Fazenda (2011). E é o caminho, na opinião do TAE – região da grande Florianópolis, referindo-se a um trabalho mais integrado entre TAEs e Pedagogos.

Ainda sobre as análises, a partir do questionário para os gestores, há um outro dado interessante para a discussão que está se delineando neste capítulo. Trata-se da questão sobre possíveis reclamações ou insatisfações dos TAEs com relação a sua atuação nos referidos câmpus.

Verificou-se com relação a essa questão, que os gestores responderam que nunca receberam queixas ou reclamações de algum TAE com relação à insatisfação em realizar o trabalho no câmpus.

Novamente recorre-se as declarações dos próprios TAEs, entrevistados que confirmam essa informação.

Então assim, eu estou muito satisfeita, mas eu vou te dizer: é porque eu estou aqui na coordenadoria pedagógica (TAE – região Norte).

Eu acho que hoje eu sou muito mais satisfeito em ser um técnico em assuntos educacionais do IFSCa gente vai criando identificações com o trabalho, com projetos, com as áreas, com as pessoas. A gente vai colocando também as formas de trabalhar de uma maneira mais saudável. Então, hoje, eu sou muito mais satisfeito por que eu compreendo melhor (TAE – região da grande Florianópolis).

É interessante observar que o nível de satisfação do servidor está relacionado diretamente com sua atuação em um setor de natureza essencialmente pedagógica.

Esse comentário do entrevistado dá sentido comum a uma outra pesquisa que já apontava alguma insatisfação do TAE em atuar nos setores de natureza mais administrativa. “Muitos técnicos em Assuntos Educacionais desenvolvem no seu dia a dia somente atividades administrativas, o que gera insatisfações” (SILVA, 2014, p.73).

Uma última questão realizada com os gestores foi sobre a importância da qualificação do Técnico em Assuntos Educacionais e do Pedagogo. O sentido dessa pergunta está relacionado ao objetivo e as discussões sobre a formação continuada desses servidores.

Observa-se que no entendimento da maioria dos gestores, a formação continuada acontece por incentivo de reuniões formativas. O quadro abaixo ajuda a compreender melhor essa afirmação.

Para essa questão foram registradas 15 respostas, o que significa constatar que houve mais de uma (1) opção de resposta por gestor.

Quadro 12 – Como a gestão discute a qualificação do TAE e do Pedagogo

Opções de respostas	Quantidade de respostas
Não discute, mas considera importante	2
A capacitação está prevista no plano de gestão	3
Considera os resultados de avaliação de desempenho do servidor	3

A gestão oportuniza momentos de reuniões formativas	5
A gestão incentiva a qualificação dos TAEs e Pedagogos por meio de editais internos	1
Outros	1

Fonte: elaborado pela autora (2018)

É interessante observar que há no plano de gestão de alguns câmpus essa preocupação com a capacitação dos servidores, a questão é saber como isso se efetiva, e aqui também pode-se inferir que as oportunidades de reuniões formativas sejam o formato mais comum de capacitação em serviço. Outro aspecto interessante refere-se aos resultados de avaliação de desempenho que será analisado logo a seguir.

Com relação a essas três respostas que mais foram apontadas pelos gestores no questionário, faz-se necessário debruçar-se um pouco mais nas análises.

Para tanto, será preciso recorrer a alguns teóricos que tratam da questão.

É necessário pensar a escola como espaço de formação, assim ressalta Aguiar (2008, p.03): “O desafio está, portanto, em compreender a escola como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não sejam atividades isoladas, mas articuladas e inovadoras”.

Nesse sentido, as respostas dos gestores são coerentes com o que afirma Aguiar (2008) a partir de seus estudos sobre formação. O processo de formação dos servidores pode e deveria, segundo ele, acontecer de maneira articulada no próprio espaço em que atuam/trabalham. Significa inferir que a oportunidade de capacitação por meio de reuniões formativas é uma maneira positiva de formação para os servidores. É claro que quando se trata do termo reunião, o cuidado com o preparo desses momentos deve ser fator essencial para garantir que o formato realmente se efetive com o caráter formativo, pois é comum ouvir de muitos servidores que as reuniões de trabalho muitas vezes são improdutivas.

“Uma reunião bem organizada geralmente tem três partes bem definidas: a preparação, a condução e os encaminhamentos posteriores. Especialistas dizem que a boa preparação é o segredo de uma reunião produtiva” (Silva, 2014, p. 72)

Para além dessa questão, faz-se necessário considerar que há vários tipos de reuniões, e que, portanto, uma reunião formativa precisa acontecer garantindo sua especificidade de modo que o objetivo principal possa ser alcançado. Nesse caso,

trata-se da formação dos servidores TAEs e Pedagogos.

Os gestores responderam ainda que utilizam os resultados da avaliação de desempenho para discutir a qualificação dos TAEs e Pedagogos, o que é bem interessante, considerando a importância dessa avaliação.

A Lei 11.784/2008 instituiu a sistemática de avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, com o objetivo de promover a melhoria dos serviços públicos. Os resultados da avaliação servem, ainda, como subsídio para a política de gestão de pessoas da instituição, principalmente quanto à capacitação, ao desenvolvimento na carreira, à remuneração e à movimentação de pessoal. (FSC, 2018)

A importância de que trata a avaliação é inclusive uma instrução legal, e como se observou nas respostas dos gestores e no que o documento do IFSC orienta, os resultados servem de subsídios para a política de gestão de pessoas na instituição, serve principalmente para o desenvolvimento do profissional, e isso é muito positivo.

Também verificou-se que alguns gestores responderam que estas capacitações já estão previstas em seus planos de gestão. Mas apesar de todos os gestores apontarem que de alguma forma ou de outra, os servidores TAEs e Pedagogos estão sendo capacitados, ainda se observa que alguns TAEs e alguns Pedagogos não se consideram qualificados, conforme se nota no quadro 13, elaborado a partir das respostas coletadas nos questionários desses dois segmentos.

Quadro 13 – Qualificação para as atribuições do cargo

Qualificação para o cargo	Número de TAEs	Número de Pedagogos
Sim, qualificado	6	4
Não, falta qualificação	0	1
Parcialmente qualificado	5	11

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Observa-se que é significativo o número de Pedagogos que responderam estar parcialmente qualificados para exercer as atribuições do cargo. Quanto aos TAEs, ainda que 6 dos pesquisados tenham declarado estarem qualificados para a função, permanece um número quase igual de TAEs que se sentem parcialmente qualificados.

Ao fazer uma relação com as respostas dos gestores, cuja maioria apontou realizar momentos de formações, pode-se inferir que talvez ainda que os TAEs e Pedagogos recebam qualificação, estas não estão sendo suficientes ou eficientes

para qualificar totalmente esses dois segmentos. No entanto, essa deve ser uma preocupação institucional, mesmo por que já se tratou aqui na revisão teórica, sobre a importância da capacitação em serviço, principalmente para garantir um trabalho mais integrado entre esses cargos, considerando a especificidade da EPT.

Em se tratando de capacitação, o IFSC tem o PAC – Plano Anual de Capacitação.

O PAC é um dos instrumentos da Política de Desenvolvimento de Pessoas (art. 5º Decreto nº 5.707/2006). Está fundamentado na lógica da gestão por competências e orientado para o desenvolvimento das competências necessárias ao desempenho das atividades dos servidores da instituição. (IFSC, 2018, p.6).

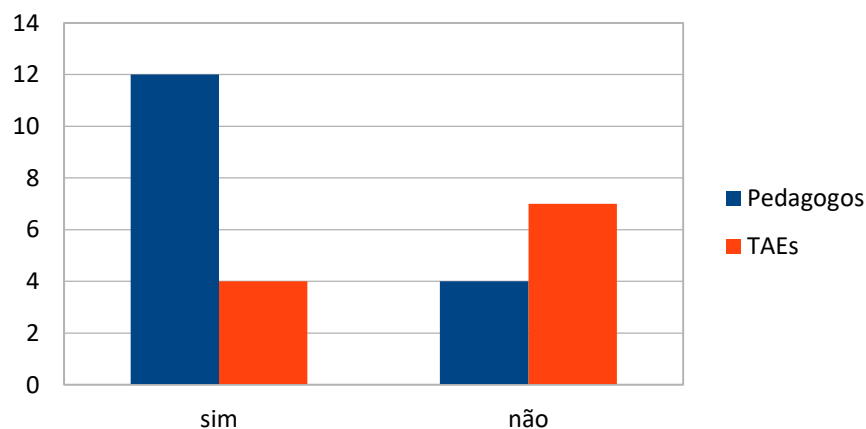
Importante destacar que a questão da competência está em conformidade com a discussão que se realizou na fundamentação teórica sobre a necessidade de formação continuada para integração de TAEs e Pedagogos na especificidade da EPT.

Sobre o intuito das ações de capacitação, destaca-se ainda no PAC:

As ações de capacitação a serem desenvolvidas pelos servidores buscam adequar as competências individuais às competências institucionais, promovendo o desenvolvimento contínuo do servidor, com foco na efetividade do alcance dos objetivos do IFSC. (IFSC, 2018, p.6).

Ainda sobre essa questão da qualificação, é oportuno apresentar os dados coletados dos questionários realizados com TAEs e Pedagogos, com relação à participação desses em capacitações específicas para os respectivos cargos.

Gráfico 8 – Capacitações específicas para o cargo



Fonte: elaborado pela autora (2018)

O que se verifica no gráficos apresentado são diferenças importantes sobre a capacitação dos cargos de TAE e de Pedagogo. Enquanto que 12 Pedagogos registraram ter participado de capacitações específicas para seu cargo, somente 4 TAEs apresentaram essa mesma resposta. A maioria deles, 7, afirmaram não terem participado de capacitações específicas para seu cargo. E a partir disso pode-se inferir que talvez esses servidores seriam aqueles que mencionaram não estarem qualificados totalmente para o cargo de TAE.

Diante do exposto nessas primeiras análises, verifica-se que os principais aspectos abordados referem-se à percepção dos gestores sobre o trabalho dos TAEs e Pedagogos.

Para tanto, foi necessário discorrer um pouco sobre o perfil do gestor, também sobre a importância da formação continuada, e ainda sobre as relações de trabalho entre TAEs e Pedagogos. Tudo isso articulado com a teoria estudada e com as respostas coletadas dos questionários e entrevistas realizadas com esses servidores.

3.1.2 Grupo dos Técnicos em Assuntos Educacionais e dos Pedagogos

Os Técnicos em Assuntos Educacionais – TAEs e os Pedagogos são os profissionais administrativos, nível E, que atuam, geralmente, nos setores ligados ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão, mas não há uma regra, a alocação desses servidores difere-se em cada câmpus, como se observará nos dados coletados, o que pode indicar mais uma evidência da dificuldade de se compreender a atuação desses cargos na EPT, especialmente do TAE.

Para o grupo de TAEs e Pedagogos foram realizados questionários com os servidores dos 8 câmpus participantes da pesquisa, e também entrevistas com 6 desses 8 câmpus, conforme já indicado no início desse capítulo. Foram 11 TAEs participantes da pesquisa e 16 Pedagogos.

A apresentação e análise dos dados serão realizadas com os dois grupos de forma simultânea, com o intuito de estabelecer um comparativo entre esses dois segmentos, já que o objetivo principal dessa pesquisa está centrado na verificação de possibilidades de um trabalho integrado entre TAEs e Pedagogos.

3.1.2.1 Questionários

Os questionários contemplaram 18 perguntas, divididas em 4 partes: parte 1, perfil dos participantes Técnicos em Assuntos Educacionais; parte 2, Lotação e cargo dos servidores TAEs e Pedagogos; parte 3, Informações sobre as atribuições desenvolvidas pelos TAEs e Pedagogos e parte 4, Informações sobre a relação de trabalho entre Pedagogo e TAE.

3.1.2.1.1: Parte 1 – Perfil dos participantes Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos

Quadro 14 – Perfil do grupo de TAEs e de Pedagogos

Cargo	Maior Titulação				Função gratificada		Experiência na EPT anterior ao IFSC	
	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor	sim	Não	sim	não
TAE		4	6	1	1			11
Pedagogo		5	9	2		0		16

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Quanto ao perfil verifica-se que são dois grupos cuja maioria possui a titulação de mestre. Surpreende ainda o fato de que nenhum servidor possui experiência anterior em EPT, o que supostamente demonstra a relevância dessa pesquisa para encaminhamentos nesta área de atuação.

Apenas 1 servidor exerce função gratificada, o que indica a pouca participação dos TAEs e Pedagogos na gestão de forma mais efetiva, ainda que o próprio cargo já indique a atuação desses servidores em atividades de coordenação de alguns processos, sobretudo os de natureza pedagógica.

Com relação à área de formação na graduação, segue quadro para melhor visualização do perfil dos servidores TAEs e Pedagogos.

Quadro 15 – Área de Formação dos TAEs e Pedagogos


Área de formação dos TAEs	Número de TAEs	Área de formação dos Pedagogos	Número de Pedagogos
Pedagogia	2	Pedagogia	10

Letras Italiano	1	Pedagogia	2
Ciências Sociais	2	Pedagogia com habilitação em educação infantil e séries iniciais	1
Educação Física	2	Pedagogia-Orientação Educacional	1
História	2	Pedagogia- Supervisão Escolar	2
Matemática	1		
Não mencionou a área	1		

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Verifica-se uma interessante diversidade de áreas do conhecimento, especialmente na formação dos TAEs, razão motivada pelo requisito dos editais do IFSC que solicitam para o cargo de TAE, licenciatura em qualquer área ou Pedagogia, conforme figura 1. Já para o Pedagogo, cargo específico, exige-se a formação em Pedagogia, conforme figura 2.

Figura 1 – Requisitos para o cargo de TAE no IFSC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
Edital 33/2017

	Psicologia.								
Técnico em Assuntos Educacionais	Curso Superior em Pedagogia; ou Licenciatura em qualquer área do conhecimento.	São Miguel do Oeste	1	0	0	0	1	0	1
Total			4	0	1	1	1	1	7

Fonte: Edital 33/2017, IFSC

Figura 2 – Requisito para o cargo de Pedagogo no IFSC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
Edital 32/2015

Médico do Trabalho	Curso Superior em Medicina com Especialização em Medicina do Trabalho	Joinville	1	Norte	1	0	0	1
		Criciúma	1	Sul	1	0	0	1
		Chapecó	1	Oeste	1	0	0	1
Pedagogo	Curso Superior em Pedagogia.	Lages	1	Central	0	0	1	1
		São Miguel do Oeste	1	Oeste	0	1	0	1
Tecnólogo: Gestão Pública	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Reitoria	1	Metropolitana de Florianópolis	0	0	1	1

Fonte: Edital 32/2015, IFSC

Uma reflexão importante que se pode fazer aqui é a relação com o que já se mencionou na revisão teórica sobre os cursos de Pedagogia, que habilitam tanto para a formação docente quanto para a de especialistas da educação.

Esses profissionais são imprescindíveis na escola. Como declara Libâneo (2010, p.62): “A presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população”.

Acredita-se que foi essa a opção da maioria que escolheu esse cargo no concurso. No entanto, uma informação interessante diz respeito ao que os TAEs e Pedagogos, entrevistados, mencionaram sobre a questão de estarem satisfeitos com a atuação do seu cargo na Instituição. Na sequência uma pergunta complementar foi feita, com o intuito de saber se esses servidores pensam em mudar de cargo.

Sobre a satisfação, 2 Pedagogos responderam sim, estão satisfeitos, 1 respondeu que está satisfeito, mas gostaria de mudar de cargo, destacou que pretende ainda atuar como docente. Os outros 2 Pedagogos, participantes da entrevista, responderam que estão satisfeitos, mas algumas questões das condições de trabalho poderiam melhorar. No entanto, não mencionaram aspectos detalhados dessas condições.

Com relação aos TAEs, os dados coletados, das entrevistas realizadas, apontam que 2 estão satisfeitos, não pretendem mudar de cargo, 2 estão satisfeitos, mas pensam em atuar na docência e 1 considera-se satisfeito, mas disse que sempre é possível melhorar, referindo-se a sua relação com o cargo e atividades que exerce no setor onde atua.

3.1.2.1.2: Parte 2-Lotação e cargo dos servidores TAEs e Pedagogos

Com relação aos setores de atuação dos servidores TAEs e Pedagogos, os dados coletados permitem identificar da seguinte maneira:

Quadro 16 – Setores de Lotação dos TAEs e dos Pedagogos

Setores	Número de TAEs	Número de Pedagogos
Coordenadoria Pedagógica	6	12

Direção de Ensino	1	
Secretaria Acadêmica	1	
Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	1	
Departamento Acadêmico	1	
Coordenadoria de Estágio	1	
Departamento de Ensino		1
Departamento de Assuntos Estudantis		2
Coordenadoria de Assuntos Estudantis		1

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Verifica-se que a maioria dos servidores TAEs e Pedagogos atuam na Coordenadoria Pedagógica/Núcleo Pedagógico. E os que não atuam diretamente nesses setores, atuam em setores afins como Departamento de Assuntos Estudantis ou ainda Coordenadoria de Assuntos Estudantis. A minoria atua em setores considerados mais administrativos, como é o caso da secretaria acadêmica. Essa verificação permite compreender a relação do cargo de TAE com uma natureza pedagógica, o que o aproxima ainda mais do Pedagogo.

Ainda sobre a lotação dos servidores, os dados coletados do questionário apontam para uma realidade de câmpus na rede IFSC, com servidores TAES e Pedagogos, a maioria atuando entre 2 e 5 anos nos seus respectivos setores de lotação, são 36% dos TAEs, nesse tempo. No entanto, ainda há uma divisão de 27% de TAEs que atuam há menos de 1 ano no setor atual e 27% dessa categoria, entre 1 e 2 anos. Diferente dos Pedagogos que apresentam um percentual de 50%, atuando há mais de 5 anos, 31% atuando entre 2 e 5 anos e 19% atuando entre 1 e 2 anos no setor atual. Esse dado, coerente com a exposição dos dados do quadro 15, que registra a informação da maioria dos Pedagogos lotados no setor pedagógico, também mostra uma relação identitária do Pedagogo com sua atuação, a qual se configura na temporalidade.

Sem o intuito de discutir identidade, mas para melhor compreender essa análise, o que se quer ressaltar aqui é que, diferente do TAE, pode-se dizer que o Pedagogo tem sua identidade mais evidente, por já ter na sua trajetória acadêmica a caracterização do seu grupo, logo, é mais visível o seu sentimento de pertencimento a esse grupo, ainda que exista estudo que considere a identidade do Pedagogo, algo frágil, como se observa na seguinte afirmação de Franco (2006 apud Pio, 2012, p.34): “a dificuldade em se definir a identidade profissional do pedagogo pode ser resultante

da história desse profissional no sistema de ensino (oscilações entre docência e especialização, valorização e desvalorização)”.

É claro que há alguns dilemas nesse campo, devido a própria trajetória do curso de Pedagogia ao longo da história¹. Mas de qualquer forma, comparando os cargos de TAE e de Pedagogo nos institutos Federais, verifica-se que o cargo de TAE tem maiores implicações identitárias, devido a sua complexidade e também proximidade com o cargo de Pedagogo.

Certamente, outras variáveis precisam ser consideradas nessa análise, também é possível inferir que esse dado (dos câmpus registrarem um tempo menor de atuação do TAE no setor) pode estar relacionado ao fato de ser mais comum a rotatividade de servidores nesses câmpus, bem como de setor. Mas, de qualquer forma, já se discutiu nessa pesquisa que a natureza do cargo de TAE é mais genérica, mais dinâmica e de difícil compreensão, o que talvez explique a lotação do TAE em outros setores ou um tempo menor de atuação em diferentes setores, o que é comum observar, especialmente no início da atuação desse servidor no câmpus, como se observa a partir de alguns relatos dos TAEs entrevistados.

Eu trabalhei com Registro Escolar durante dois anos, como coordenadora, por que a primeira diretora chegou pra mim e me pediu como favor, por que na época só tinham dois técnicos administrativos. (TAE – região central)

A diretora na época, quando a gente entrou aqui, ela pediu um histórico profissional da gente, currículo, e aí ela procurou encaixar cada um de nós, nos cargos, de acordo com esse perfil. Então ela me colocou no estágio. (TAE – região Norte).

Eu comecei no Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão, os primeiros trabalhos que fiz foram na área de Registro Acadêmico. Era uma área que não me agradava. Não gostaria de trabalhar com aquilo por muito tempo, é uma área que exige um trabalho administrativo, mexe com sistemas, com planilhas, com números e nunca foi minha praia. (TAE – região da Grande Florianópolis).

Nos comentários desses três servidores é possível perceber que suas primeiras atuações quando assumiram o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais não foram em setores de natureza essencialmente pedagógica, também observa-se que havia uma compreensão de que estavam assumindo atribuições diferentes daquelas

¹ SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação). Revista HISTEDBR On-line. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5084/res02_31.pdf>. Acesso em 26/11/2018.

descritas no cargo, mas que poderia ser positivo, como no caso do TAE da região Norte, que já estava mais familiarizado com o trabalho de estágio, por se tratar de algo que já estava no seu currículo; ou que poderia ser por pouco tempo, apenas para atender um pedido da direção, como no caso do TAE da região central; ou ainda, por ser uma necessidade da instituição, como no caso do TAE da região da grande Florianópolis.

Com relação ao número de servidores que compõem os setores onde atuam os TAEs e Pedagogos, a pesquisa revelou os seguintes números:

Quadro 17 – Número de servidores que compõem os setores onde estão lotados os TAEs e Pedagogos

Número de servidores no setor	Quantidade de TAEs que responderam com relação ao seu setor	Quantidade de Pedagogos que responderam com relação ao seu setor
1 servidor apenas	1	1
2 servidores	0	0
3 servidores	0	1
4 servidores	6	2
5 ou mais servidores	4	12

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Verifica-se que a maioria dos setores, onde atuam os TAEs e Pedagogos, possui um quadro mais completo de servidores. No caso dos TAEs, 6 participantes da pesquisa responderam que atuam em um setor com mais de 4 servidores. Já os Pedagogos, 12 responderam que atuam em setores com 5 ou mais servidores. Esse dado permite inferir que há um trabalho coletivo que supõe a presença de outros TAEs e Pedagogos, ou mesmo de cargos diferentes que compõem uma equipe multidisciplinar, como é o caso de algumas coordenadorias pedagógicas no IFSC. Essa realidade pode ser confirmada com pesquisa recente sobre mapeamento das coordenadorias pedagógicas no IFSC. Assim declara Santos (2017, p.20) afirma:

De acordo com o que é apresentado no regimento interno de alguns câmpus do IFSC, estes setores têm uma organização multiprofissional, apesar de não contarem exatamente com o mesmo número de profissionais em cada um dos câmpus, cujo objetivo é dar apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tanto a estudantes quanto a professores.

Ainda de acordo com Santos (2017, p. 23), 32,5% dos servidores das

coordenadorias pedagógicas ocupam o cargo de Pedagogo, enquanto outra parte, de igual porcentagem, ocupa o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais. A pesquisa também identificou outros cargos nas coordenadorias, como, por exemplo, Psicólogo, Assistente Social e Assistente de alunos. Isso demonstra que esse setor se caracteriza como multidisciplinar, o que contribui para se pensar um trabalho mais coletivo e promover a integração da Equipe.

No caso dessa pesquisa espera-se que a integração entre TAEs e Pedagogos também aconteça em outros setores ou departamentos onde estão atuando esses servidores, que como já identificado no quadro 16, a maioria encontra-se justamente nas coordenadorias pedagógicas.

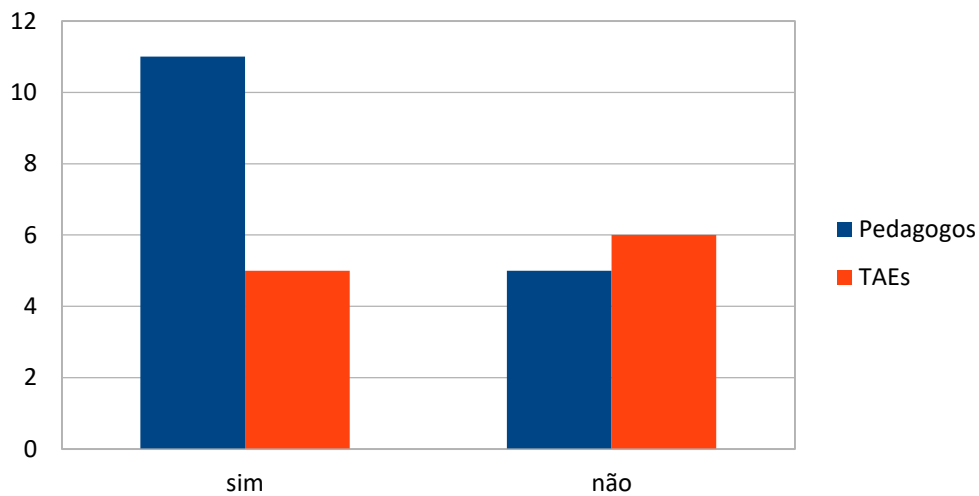
Ainda sobre esse trabalho em equipe ou trabalho integrado, vale destacar os comentários de alguns entrevistados.

A gente trabalha muito sincronizado, a gente trabalha assim, todo mundo faz tudo, apesar de suas diferenças, entende? Então, por exemplo, Psicólogos, Assistente Social, TAE, Pedagogo, Assistente de Alunos, nós trabalhamos aqui e juntos, a gente tem reuniões quinzenais pra trabalhar toda nossa agenda. (TAE- região Norte).

Eu trabalho num grupo que eu acho muito integrado, a gente tem muita afinidade, respeito, algo assim que foi sendo construído, a gente é muito afinada no pensamento, na postura política, e nas energias eu diria. A gente é muito sincronizada. Enfim, é um lugar ímpar, e eu vejo que isso não é todo mundo que tem, tem pessoas que adoecem no seu ambiente de trabalho. (Pedagogo – região da grande Florianópolis).

Esses comentários demonstram a satisfação desses servidores em fazer parte de um grupo, desenvolvendo atividades de forma coletiva. Interessante observar que as duas falas registram o termo “sincronizado”, sugerindo uma sintonia ou harmonia da equipe. Outro aspecto interessante foi relação que o Pedagogo da região da Grande Florianópolis fez entre essa sincronia e a saúde do indivíduo, pontuando que há muitas pessoas que adoecem em seu ambiente de trabalho, quando não conseguem realizar um trabalho mais harmonioso.

As últimas investigações da segunda etapa do questionário foram com relação aos conhecimentos dos TAEs e Pedagogos sobre os cargos, antes de entrarem na instituição e sobre presença de um colega TAE ou Pedagogo no setor onde atuam.

Gráfico 9 – Conhecimento do cargo de TAE e Pedagogo antes de ingressar na Instituição

Fonte: elaborado pela autora (2018)

O que se observa é uma ordem inversa dos índices gerados como resultado dessa investigação, 6 TAEs responderam que não tinham conhecimento das atribuições do cargo antes de entrarem na instituição, já os Pedagogos, 11 responderam que tinha conhecimento das atribuições. Esses índices mais uma vez permitem inferir o quanto o cargo de TAE é muito mais complexo. Embora com resultados próximos entre os que disseram conhecer e os que disseram não conhecer, mesmo assim, pode-se inferir que ainda que descritas as atribuições do cargo de TAE, nos editais de concurso, parece não serem tão compreensíveis, pois apresentam-se de forma genérica e muito semelhantes às atribuições do Pedagogo, além do fato de que para ingressar como TAE, a exigência da área de formação é bastante abrangente, uma vez que contempla todas as licenciaturas.

Quadro 18 – Comparativo entre as atribuições do TAE e do Pedagogo

Atribuições do TAE	Atribuições do Pedagogo
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos, • Elaborar e desenvolver projetos educacionais.

<p>estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projetos de extensão. • Elaborar apostilas. • Orientar pesquisas acadêmicas. • Utilizar recursos de informática. • Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar da elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional. • Elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas; • Participar de estudos de revisão de currículo e programas de ensino; • Executar trabalhos especializados de administração, orientação e supervisão educacional. • Participar de divulgação de atividades pedagógicas. • Elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão.
--	---

Fonte: adaptado de MEC (2005)

Observa-se no quadro 18 que há atribuições muito próximas entre os cargos, como, por exemplo, realizar atividades de orientação e supervisão; elaborar apostilas, e elaborar manuais e catálogos; estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos e reformular os processos de ensino-aprendizagem; elaborar projetos de extensão e elaborar e desenvolver projetos de ensino- pesquisa – extensão.

A última investigação realizada nessa etapa, refere-se à presença de TAE ou Pedagogo no setor.

Para os TAEs foi perguntado se tinha algum Pedagogo atuando em seu setor, da mesma forma foi perguntado para o Pedagogo se havia algum TAE em seu setor.

Essa pergunta permitiu identificar o quão próximo estão atuando esses servidores para se pensar as possibilidades de trabalho integrado.

Dos 11 respondentes, 7 TAEs afirmaram ter a presença do Pedagogo nos setores onde atuam, 4 responderam que atuam em setores onde não há a presença de Pedagogos. Dos 16 respondentes, 12 Pedagogos afirmaram atuar em setores com a presença de TAE, 4 responderam que atuam em setores sem a presença do TAE.

Esses dados possibilitam compreender que é mais comum setores onde estão lotados os Pedagogos também estarem presentes os TAEs, principalmente por que os Pedagogos, a maioria, como se observou no quadro 16, atuam em Coordenadorias Pedagógicas. Os TAEs, apesar de possuírem uma característica de atuação mais

genérica, também registram na sua maioria a presença de Pedagogos nos setores onde atuam, o que estabelece coerência novamente com o quadro 16 que registra essas duas categorias lotadas na sua maioria nos setores pedagógicos.

3.1.2.1.3 Parte 3 – Informações sobre as atribuições desenvolvidas pelos TAEs e Pedagogos

Alguns dados referentes às questões de qualificação dos TAEs e dos Pedagogos já foram apresentados e analisados como contraponto no item 3.1.1 grupo dos gestores.

Dentre as questões não apresentadas ainda, destacam-se a descrição das atividades desenvolvidas atualmente nos setores onde essas duas categorias atuam e a relação das atribuições desenvolvidas em conformidade com o cargo.

Da categoria dos TAEs, os 11 respondentes listaram 61 atividades que realizam nos seus setores. Os 16 Pedagogos respondentes listaram 174 atividades. Assim como na categoria dos TAEs, também na categoria dos Pedagogos houve repetição das atividades em diferentes respostas. O que já permite inferir uma certa uniformidade de atividades nos diferentes câmpus da rede, especialmente por que já foi verificado que a maioria dos setores onde atuam os TAEs e Pedagogos são setores pedagógicos.

O quadro 19 elenca algumas das atividades, cujas respostas apareceram mais de uma vez listadas pelas duas categorias pesquisadas. Foram classificadas somente as respostas de atividades semelhantes entre os dois cargos: de TAE e de Pedagogo.

Quadro 19 – Principais atividades comuns desenvolvidas pelos TAEs e pelos Pedagogos

ATIVIDADES DOS TAEs	ATIVIDADES DOS PEDAGOGOS
Acompanhamento da trajetória educacional do estudante,	Acompanhamento pedagógico a discentes
Acompanhamento do trabalho docente	Acompanhamento docente
Banca de seleção	Participação em banca de professor substituto, concurso público
Atendimento a discentes, pais e professores	Atendimento às famílias
Análise e parecer de PPC	Análise de PPC (parecer pedagógico)
Participação nas reuniões de conselhos de classe, pré - conselho de classe	Participação em Conselhos de classe
Participação na comissão de análise de renda	Participação na Comissão da análise de renda

Participação e intervenção no Programa de Assistência Estudantil do câmpus	Atendimento referente à assistência estudantil
Membro da comissão de análise de renda	Participação nas comissões de Análise de renda
Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão	Participação em Projetos de extensão
Participação nas atividades de matrícula de estudantes	Participação nos processos de matrícula, incluindo 1ª chamada e “chamadão”, coordenados pelo Registro Acadêmico
Acolhimento dos estudantes ingressantes	Acolhimento ou “boas vindas” aos estudantes ingressantes no primeiro dia de aula
Participar das comissões, NDEs de elaboração de PPCs	Participação na construção dos PPCs
Propor e elaborar capacitações a partir de informações coletadas e demandas registradas	Promoção de formação pedagógica aos docentes
Participação nos processos de construção, revisão dos documentos diretrizes do IFSC (RDP, PDI, afins)	Compomos Grupos de Trabalho e Comissões em funcionamento na instituição. - Projeto Pedagógico Institucional; - Regimento Didático Pedagógico; - Regimento Interno do Câmpus - Assistência Estudantil; - NAPNE; - Colegiado do Câmpus; - CPA - Manual do Aluno
Planos de Ensino e Diários de classe	Assessoramento para elaboração de planos de ensino

Fonte: elaborado pela autora (2018)

A partir da leitura do quadro é possível perceber que as respostas foram elencadas em duas colunas, sendo a primeira referente às atividades dos TAEs e a segunda referente às atividades dos Pedagogos. Essas respostas são semelhantes e foram propositalmente elencadas na mesma linha, com o intuito de verificar mais facilmente como as atividades dos TAEs e dos Pedagogos são muito semelhantes ou mesmo iguais. No quadro 19, como uma amostra, foram elencadas 16 atividades semelhantes entre esses dois cargos nos câmpus pesquisados.

Percebe-se que a rotina de atividades desses servidores concentra-se especialmente na área pedagógica, envolvendo estudantes e docentes. Por isso, todos os processos que fazem parte desse universo pedagógico, os quais estão diretamente relacionados ao Ensino, também são atividades desenvolvidas por esses participantes da pesquisa.

As atividades elencadas no quadro 19, como amostra de atividades comuns desenvolvidas por TAEs e Pedagogos estão em conformidade com a semelhança que também se observa na descrição do cargo (quadros 3,4 e 18), que de forma mais genérica indica que esses servidores têm a responsabilidade por exemplo de planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, no caso do TAE, e estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos; elaborar e

desenvolver projetos educacionais, no caso do Pedagogo (MEC, 2005).

Verifica-se que atividades como 'acompanhamento docente', por exemplo, estão entre as mais desenvolvidas por TAEs e por Pedagogos. Considerando a confirmação dessa realidade de que há realmente uma atuação desses servidores direcionada para o trabalho docente, torna-se importante retomar o que já se discutiu na revisão teórica, quando se destacou a importância de TAEs e Pedagogos como gestores ou organizadores das atividades de ensino, pautarem suas ações em um trabalho que efetivamente se consolide na contribuição para uma prática docente mais efetiva. Essa organização permite constatar que a partir das atividades semelhantes entre os cargos de TAE e Pedagogo, existe a possibilidade de um trabalho integrado entre eles.

Por isso, Libâneo (2010) destaca a importância do papel desses profissionais que não atuam diretamente em sala de aula, não exercem, porém, a docência, mas que são relevantes para o efetivo exercício docente, na sua forma plena.

Para Libâneo (2010, p.61):

a atuação do Pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula.

Analisando as atividades, verifica-se que muitas são de organização do ensino, o que confirma esse caráter de especialista atribuído aos Pedagogos, e que pela natureza semelhante da atividade do TAE, também poderia ser atribuída a este.

Há uma tendência de construção de escolas cada vez maior, com consequências na organização do espaço físico e dos recursos materiais, na gestão do processo organizativo, na organização administrativa e curricular, na coordenação das atividades pedagógico-didáticas dos professores. São tarefas complexas que requerem habilidades e conhecimentos especializados. (LIBÂNEO, 2010, p. 61).

O que se observa é exatamente esse papel especializado, mencionado por Libâneo (2010), que os TAEs e Pedagogos desempenham na Instituição, ambos com formações diferenciadas, como já se verificou no perfil dos respondentes, mas com atuação semelhante, desenvolvendo atividades que contribuem para essa

organização do ensino, como algumas das elencadas no quadro 18.

Ainda sobre essas atividades, verificou-se no levantamento dos dados que essas atividades podem ser classificadas em quatro (4) categorias, que são as seguintes: acompanhamento discente; acompanhamento docente; reunião de pais/responsáveis e conselho de classe. Essas categorias surgiram do trabalho de tratamento dos dados coletados a partir dos questionários realizados com os TAEs e Pedagogos dos 8 campus pesquisados. Essas categorias são o resultado abrangente das principais atividades desenvolvidas pelos participantes da pesquisa, as quais estão detalhadas no Produto Educacional, como sugestões, no guia digital para um trabalho integrado entre TAEs e Pedagogos, o qual será apresentado no capítulo 3 deste trabalho.

Com relação ao cargo ainda, os TAEs e Pedagogos responderam sobre a conformidade dos seus cargos com as atribuições que desenvolvem. Os resultados indicam que dos TAEs participantes da pesquisa, 54,55% consideram que sim, todas as atribuições que desenvolvem estão em conformidade com seu cargo, no entanto, 36,36% disseram que somente algumas atribuições estão em conformidade com o cargo. O que destaca um percentual significativo de TAEs que observam no seu cotidiano uma demanda de trabalho que não está diretamente ligada ao seu cargo, isso pode ser em função de atuar em outro setor com uma Função Gratificada (FG) ou Cargo de Direção (CD), ou realmente por que a gestão tem a dificuldade de compreender esse cargo, ressaltando assim a generalização do mesmo.

A maioria dos Pedagogos, 56,25%, também registraram que sim, todas as atribuições que desenvolvem estão em conformidade com seu cargo, mas diferente dos 36,36% dos TAEs, uma porcentagem de 31,25% dos Pedagogos, responderam que somente algumas das atribuições não estão em conformidade com seu cargo, o que indica uma relação mais coerente entre as atividades desenvolvidas e a descrição do cargo.

3.1.2.1.4 Parte 4 – Informações sobre a relação de trabalho entre Pedagogo e TAE

Na parte 4 do questionário aplicado, as questões elaboradas foram sobre a execução de atividades integradas; sobre a relação de trabalho entre TAE e Pedagogo, o que já foi apresentado no gráfico 5; sobre a compreensão do trabalho do colega, e

também sobre a possibilidade de desenvolver atividades integradas e sugestões para que isso se efetive.

Sobre o planejamento ou execução de atividades integradas, 7 participantes TAEs responderam que sim, já executaram atividades integradas ao Pedagogo, 4 participantes não responderam essa pergunta. Já os Pedagogos, verificou-se que 13 planejaram ou executaram alguma atividade integrada ao TAE, 3 dos participantes Pedagogos não responderam essa questão.

Esses dados permitem inferir que a integração já é uma prática comum entre os servidores TAEs e Pedagogos, o que pode ser reforçado pelas próprias entrevistas.

A gente tem um planejamento integrado, por que uma depende da outra pra poder trabalhar. (TAE -região norte)

A gente trabalha em equipe, sempre junto [...]. A gente senta lado a lado, a gente troca muito, é claro tem reunião pra tudo. (TAE – região Sul).

Eu vejo assim, que as minhas colegas ali, todas elas são pedagogas, só que você vê que o repertório de cada uma delas é diferente, entendeu? Então assim, elas têm várias vivências que eu não tenho, eu não sei todas as informações, eu não tenho todo o conhecimento que elas têm. Cada uma está trazendo alguma coisa diferenciada para o grupo. Assim, eu acho que seria um desperdício e uma visão muito estreita a pessoa não aproveitar isso. (TAE – região Oeste).

Verifica-se nessas declarações uma relação principalmente de respeito mútuo, de companheirismo, de comunicação entre os servidores TAEs e Pedagogos com relação ao trabalho integrado, isso faz parte da integração, isso é princípio para a efetivação ou consolidação de um trabalho integrado como condição primeira para uma ação mais interdisciplinar. Como afirma Fazenda (2011, p. 8) sobre a interdisciplinaridade: Antes que um ‘slogan’, é uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento”.

Uma outra questão investigada foi como o servidor TAE compreende o trabalho do Pedagogo e vice-versa, conforme quadro abaixo.

Quadro 20 – Compreensão do trabalho de TAE pelo Pedagogo e vice-versa

Como o TAE compreende o trabalho do Pedagogo	Como o Pedagogo compreende o trabalho do TAE
Eu e as pedagogas trabalhamos no mesmo setor e compartilhamos as mesmas funções. Neste câmpus o trabalho do Pedagogo está muito ligado às questões cognitivas do aluno e poderia estar mais ligado aos departamentos acadêmicos.	A função do TAE deveria ser bem mais especificada nos editais de concurso público, visto que é um cargo utilizado em diversos setores, seja de caráter pedagógico ou administrativo.
O trabalho dos Pedagogos deve sempre estar integrado aos demais setores.	Não tenho clareza sobre as ações do TAE dentro do câmpus. Como geralmente as ações são conjuntas e objetivo é único, não consigo distinguir.
De extrema importância, porém pouco valorizado.	Não parece bem definido, suas atribuições são definidas de acordo com o setor em que atua.
De orientação e de Coordenação pedagógica.	Percebo a atuação do TAE como um suporte ao ensino, como alguém que pode contribuir na melhoria do processo ensino-aprendizagem.
O meu entendimento em relação ao trabalho do pedagogo é o mesmo desenvolvido pelos TAEs.	Observo possibilidade de atuação específica dos TAEs nos trabalhos referentes à criação, reestruturação e análise de pareceres sobre Projetos Pedagógicos de curso.
É um profissional de integração, de múltiplos contatos. Pode atuar na organização e apoio a diferentes atividades pedagógicas e de ensino.	Compreendo que na Coordenadoria Pedagógica, o TAE é responsável por atividades de assessoramento relacionados especialmente à legislação e pode estar envolvido nas ações do setor de maneira interdisciplinar.

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Das respostas registradas pelos participantes, foram elencadas 6 de cada segmento, considerando aspectos mais relevantes para a análise dos dados levantados. No quadro 20, o que se verifica são comentários que confirmam o caráter complexo e generalista do cargo de TAE, o que já foi discutido em outros momentos nessa pesquisa. Das 6 respostas dos Pedagogos sobre a compreensão do cargo de TAE, 3 Pedagogos responderam de forma semelhante, ponderando justamente a falta de clareza, ou definição do cargo, ou ainda a necessidade de especificação do cargo nos editais de concurso.

Já os TAEs compreendem o trabalho do Pedagogo como coordenador pedagógico e como profissional de integração, o que foi mencionado por 2 TAEs.

Destacaram também a importância desse profissional na instituição e a sua pouca valorização. Apenas 1 TAE, considerando a realidade de seu câmpus, mencionou a necessidade do Pedagogo desenvolver trabalhos mais ligados aos

departamentos acadêmicos.

De qualquer forma, esses dados apontam para a necessidade de melhor esclarecimento sobre a atuação do TAE, mas também revelam que tanto TAEs quanto Pedagogos compreendem esses cargos, como cargos que se efetivam em contexto mais pedagógico.

Já com relação à compreensão do próprio cargo, alguns TAEs e Pedagogos declararam concepções interessantes, as quais são transcritas aqui para uma breve reflexão.

Hoje a construção do trabalho do pedagogo é bem diferente, ele vem garantir os direitos, o direito de todos à Educação. Então a visão do pedagogo anterior era muito assim, assistencialista, individualista, de corrigir, consertar, encaminhar para um médico, era uma visão de todos os profissionais, do assistente social também, e atualmente a concepção do pedagogo, ultrapassa essa visão. (Pedagoga – região central).

Eu acho ainda muito difícil definir, por que se procurar lá as atribuições do Pedagogo e do TAE são muito próximas. (TAE – região central).

Bom uma pergunta difícil, aí eu acho que é algo maior que a instituição, por que não é algo exclusivo do IFSC, é das instituições como um todo, não há uma clareza do que faz um Técnico em Assuntos Educacionais. (TAE – região da Grande Florianópolis).

É interessante observar nos comentários dos entrevistados, que para os TAEs realmente o que permanece é a indefinição do cargo com sua complexidade e generalização, o que também foi apontada pelos Pedagogos, no quadro 20.

Embora se tenha um entendimento de que o cargo de Pedagogo estaria melhor definido, por se tratar de uma profissão, com sua própria história e trajetória, ainda assim, o que se verifica nos comentários registrados, são alterações da concepção do cargo de Pedagogo. A Pedagoga da região central ressaltou essa mudança no cargo, hoje mais voltada também para a garantia dos direitos à Educação. O que certamente coaduna com as ideias de Libâneo (2010, p. 54): “A identidade profissional do pedagogo se reconhece, portanto, na identidade do campo de investigação e na sua atuação dentro da variedade de atividades voltadas para o educacional e para o educativo”.

Trata-se de uma visão pautada nas muitas atividades que compõem a atuação do Pedagogo, e que não se resume mais na correção do aluno, no sentido da

orientação e tampouco na determinação do trabalho docente, no sentido da supervisão. Hoje se discute a necessidade de um trabalho mais ampliado, mais inclusivo, como mencionou uma Pedagoga entrevistada.

Antes o Pedagogo tinha uma visão muito individualista, corretiva do estudante com foco no estudante. As novas concepções avaliam questão de currículo, participam de outra forma; então antes era uma visão muito individualizada naquele sentido de corrigir o aluno. Eu tive essa atuação no tempo que era dividido orientação e supervisão, então era uma outra concepção do cargo. Claro que a história do trabalho vai sempre se construindo, nunca se perde, mas tem esse enfrentamento de você atuar de uma forma completamente diferente numa Instituição Federal com uma proposta de concepção de educação inclusiva. (Pedagoga – região central).

As duas últimas perguntas do questionário para o grupo de TAEs e Pedagogos referem-se a possibilidades de desenvolver um trabalho integrado entre ambos, e em caso positivo, quais seriam as sugestões.

Os dados coletados revelam que os 16 Pedagogos (100%) consideram possível desenvolver atividades integradas entre TAEs e Pedagogos. Com relação aos TAEs, 10 responderam que acham possível um trabalho integrado entre esses dois cargos, e 1 TAE respondeu que não acha possível essa integração, o que pelo comentário deixado na resposta do questionário justifica-se pelo fato de que ainda não conhece o Pedagogo do seu câmpus, devido ao processo de afastamento deste servidor, o que leva a inferir que para esse TAE participante da pesquisa, torna-se difícil pensar a possibilidade de uma integração no seu câmpus sem conhecer antes o servidor com o qual atuaria de forma coletiva, no caso, o Pedagogo.

De qualquer forma, pode-se dizer que o que vem se desenhando até aqui, considerando as apresentações e análises de dados, é uma confirmação da proximidade entre esses dois cargos, e a possibilidade de um trabalho integrado, considerando todos os aspectos pontuados nas questões analisadas, como atuação no mesmo setor, compreensão semelhante sobre o cargo, desenvolvimento de atividades comuns e também bom relacionamento entre esses servidores, o que se evidenciou nos gráficos 6 e 7, embora o gráfico 5 tenha apresentado uma porcentagem significativa de gestores (43%) que consideram regular a relação entre TAEs e Pedagogos.

A partir das análises e discussões realizadas, constata-se que algumas

atividades possíveis de integração entre esses dois cargos, são aquelas de natureza pedagógica e que também envolvem processos mais abrangentes do ensino, como discussões de documentos e processos institucionais, geralmente discutidos em comissões ou grupos de trabalho, dos quais TAEs e Pedagogos, certamente podem atuar como articuladores, considerando que essas atividades também foram elencadas no quadro 19 desta pesquisa. Em momento oportuno, quando se tratará do produto Educacional, será possível verificar que as principais atividades estão contempladas em quatro temas: acompanhamento docente, acompanhamento discente, conselhos de classe e reunião de pais.

Com relação à última pergunta, segue quadro com algumas sugestões de atividades integradas entre TAEs e Pedagogos. Foram elencadas 4 respostas de cada cargo.

Quadro 21 – Sugestões de Atividades integradas

Sugestões dos TAEs	Sugestões dos Pedagogos
Conhecer os servidores, trocar experiências de vida e profissional; Participar de formação adequada;	Desenvolver projetos interdisciplinares e propostas pedagógicas
Dialogar sobre o papel da escola e sobre a responsabilidade de cada servidor	Realizar formação continuada dos docentes
Realizar reuniões constantes de planejamento, perceber-se como uma equipe multidisciplinar; planejamento de conselhos de classe, reuniões pedagógicas, organização da semana pedagógica	Considerar as prioridades e ter objetivos comuns
Realizar mais conversas entre as duas categorias	Realizar formação e planejamento conjunto das ações da Coordenadoria Pedagógica.

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Verifica-se que a base da integração, é o que já se mencionou com ênfase na citação de Fazenda (2011), trata-se da comunicação, da atitude de abertura, do estar disposto ao diálogo, o que se pode inferir pelas respostas que enfatizam a necessidade de mais conversas entre os servidores, mais diálogos sobre o papel da própria escola e também mais conhecimento sobre a trajetória de vida desses profissionais.

Há ainda um outro fator determinante para a integração, que se realiza no planejamento coletivo, isso é fundamental para a realização de um trabalho integrado.

“O planejamento participativo constitui-se numa estratégia de trabalho que se

caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humano-social, num processo global para a solução de problemas comuns”. (BRITO, 2017, p.226).

Verifica-se que o que Brito (2017) define sobre planejamento, contribui para a mesma reflexão sobre as sugestões elencadas pelos participantes da pesquisa. É uma ideia comum, de fazer trabalhos comuns e de forma coletiva, já que estão relacionados ao mesmo eixo, no caso desse estudo, trata-se do eixo Ensino, no qual estão situados a maioria dos TAEs e Pedagogos, pela própria descrição dos cargos.

3.1.2.2 Entrevistas com TAEs e com Pedagogos

Para análise dessas duas categorias, TAEs e Pedagogos, além dos questionários também foram realizadas entrevistas em seis (6) câmpus, divididos nas cinco (5) regiões, onde estão inseridos os câmpus da rede IFSC.

Com o intuito de contemplar mais dados coletados e que não foram relacionados às discussões anteriores, acrescentam-se mais alguns elementos interessantes para a reflexão que se tem realizado até esse momento.

Para entender a definição de entrevista, recorre-se ao estudioso Rauen (2015, p. 323): “Uma entrevista é uma forma de interação verbal não convencional. A relação entrevistador e entrevistado é particular, porque é orientada por determinado fim delimitada por uma área temática. Trata-se de uma interação verbal controlada”.

Quanto à tipologia, registra-se que a forma escolhida foi a entrevista estruturada, que caracterizam-se como padronizadas, ou como melhor define Rauen (2015, p.323) “o pesquisador estabelece um roteiro prévio de perguntas. Neste tipo de instrumento, não há liberdade para a alteração dos tópicos e nem para serem incluídas novas questões frente às situações concretas”.

O roteiro da entrevista realizada (apêndices B e C) contemplou 11 perguntas para cada segmento (TAE, Pedagogo). As questões foram elaboradas com o intuito de coletar informações sobre a escolha do cargo, conhecimento do cargo, compreensão acerca do cargo, satisfação com o cargo, relação entre TAE e Pedagogo, possibilidades de um trabalho integrado e disponibilidade para participação em eventos de formação específica para integração entre TAE e Pedagogo no IFSC.

Algumas respostas já foram apresentadas e analisadas ao longo deste capítulo, o que se pretende a partir daqui é apresentar outras informações pertinentes para a

temática e objetivos dessa pesquisa.

Com relação à primeira pergunta do roteiro, sobre a motivação para escolha do cargo, pode-se destacar as seguintes categorias classificadas, de acordo com as respostas dos TAEs e dos Pedagogos.

Quadro 22 – motivação para escolha do cargo

Motivação da escolha do cargo	Quantidade de TAEs que responderam	Quantidade de pedagogos que responderam
Oportunidade de mudar de área de atuação para além da sala de aula	2	2
Afinidade com o cargo	1	1
Possibilidade de ingressar numa Rede Federal	1	
Possibilidade de permanecer na cidade	1	
Oportunidade para sair da iniciativa privada		2

Fonte: elaborado pela autora

Dos 5 TAEs entrevistados, observa-se que 2 responderam que a motivação para fazer o concurso para esse cargo foi a oportunidade de mudar de área. No momento da entrevista esses TAEs explicaram que já estavam há tempo em sala de aula e que gostariam de uma nova experiência, mas permanecendo na Educação. Da mesma forma 2 Pedagogos também responderam a mesma motivação que os TAEs.

Pode-se compreender que essa motivação de almejar algo novo é um movimento da própria natureza humana, e quando surgem as oportunidades muitos ousam experimentar.

No entanto, há diversas razões que motivam o ser humano a uma mudança profissional, é o que se observa com as outras respostas, 1 TAE e 1 Pedagogo responderam que a motivação foi afinidade com o cargo. 1 TAE respondeu que foi uma oportunidade para entrar na Rede Federal, o que significa apontar para um aspecto positivo do serviço público na esfera Federal.

Mas há também razões para uma mudança, justificadas por uma insatisfação com a condição atual de trabalho, como pode se observar na fala registrada por 2

Pedagogos durante a entrevista. Esses 2 Pedagogos consideraram a oportunidade do concurso como uma esperança para saírem da iniciativa privada.

Eu trabalhava na iniciativa privada há um tempo como Pedagoga em uma escola de ensino infantil e fundamental, e eu vinha muito angustiada e chateada de ver as amarras que têm dentro da iniciativa privada com relação à educação; me incomodava o fato de a educação ser mercadoria e me incomodava o fato de o pai do aluno ser um cliente. (Pedagogo – região da grande Florianópolis).

Outra pergunta que ainda não havia sido contemplada nas discussões realizadas neste capítulo refere-se às dificuldades do cargo quando o servidor ingressou na Instituição.

Com relação a essa questão, verificou-se nas entrevistas realizadas que apesar de parte dos TAEs (gráfico 9) não conhecerem o cargo, isso não gerou para alguns deles, dificuldade para iniciar o trabalho. Ao contrário dos Pedagogos, que no questionário registraram, na sua maioria, ter conhecimento do cargo (gráfico 9), mas na entrevista os 5 entrevistados registraram dificuldades em compreender o cargo e os próprios processos quando ingressaram na Instituição.

Das entrevistas realizadas, 2 TAEs responderam que encontraram algum tipo de dificuldade, 3 deles apontaram que não tiveram dificuldades.

Das principais dificuldades apontadas pelos 2 TAEs, verifica-se que estas estão relacionadas ao período de transição da instituição de CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) para IF (Instituto Federal); também à dificuldade de alocação do cargo em determinados setores.

Essa dificuldade de alocação pode estar justamente relacionada à dificuldade de compreender o cargo de TAE na Instituição. “o servidor ocupante do cargo de TAE padece por indefinição do seu papel na universidade, pelo aproveitamento inadequado de sua força de trabalho e por desvio de função” (SANSEVERINO, 2015, P.16). É possível inferir que nos Institutos Federais, algo semelhante também acontece, apesar de que pelos dados coletados a minoria dos TAEs está alocada em setores de natureza mais administrativa, mas, de qualquer forma, sabe-se que é necessário uma melhor compreensão ou definição desse cargo nas Instituições.

Já os Pedagogos foram unânimes ao registrarem que houve dificuldade inicial. Das principais dificuldades registradas pelos 5 Pedagogos entrevistados, destacam-

se:

- mudança do próprio cargo de Pedagogo;
- dificuldade de diálogo entre os Pedagogos e Engenheiros de formação;
- dificuldade de compreender o que é a Educação profissional;
- muitas siglas na Instituição;
- entender o papel do Pedagogo na Instituição profissional.

Essas declarações registradas durante as entrevistas realizadas com os Pedagogos, apontam para diferentes dificuldades, o que se pode inferir que se trata de contextos diferentes também, considerando que cada câmpus, apesar de fazer parte de uma mesma rede, tem sua especificidade.

Logo, para alguns a dificuldade é mais pontual como no caso do Pedagogo que mencionou a questão das diversas siglas utilizadas dentro da Instituição. Já para outros é algo mais complexo, como por exemplo, entender o que a Instituição espera da atuação de um Pedagogo, qual seria seu papel na Educação Profissional.

Diante desse contexto, verifica-se a necessidade de formação específica para essa atuação, o que já se discutiu na revisão teórica.

Há ainda a discussão que aponta para a relação de trabalho entre docentes (especialmente os não licenciados) e Pedagogos. No caso citado pela entrevistada, seriam os engenheiros, cuja dificuldade está no diálogo, provavelmente no que diz respeito às discussões mais pedagógicas, com relação ao ensino-aprendizagem.

Sobre esse assunto destacam-se as discussões que estão acontecendo com relação à necessidade de formação específica para atuação na Educação Profissional. Já existe um movimento nesse sentido dentro da rede IFSC para que esses docentes (não licenciados) possam continuar sendo capacitados por meio das formações em serviço, conforme a política de formação do IFSC, resolução nº 14, de 25 de abril de 2016, do Conselho Superior (CONSUP).

Pode-se citar como exemplo que um desses movimentos são expressados pelos editais do IFSC, com oferta para os seguintes cursos: Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica (Complementação Pedagógica); Especialização em Educação Profissional e Tecnológica; Especialização em Educação Científica e Tecnológica; e Docência para a Educação Profissional.

Diante dessas oportunidades, bem como da exigência legal para que todos os docentes que atuam na Educação Profissional tenham até 2020, formação para

docência, acredita-se que esses diálogos entre os Tecnólogos, Licenciados, Bacharéis e os Pedagogos e mesmo os TAES, possam estar mais próximos, o que seria um grande avanço para a uma melhor gestão e organização do ensino.

De acordo com art. 40, da resolução 06 de 2012, do Conselho Nacional de Educação - CNE:

§ 2º Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, podendo ser considerado equivalente às licenciaturas: I - excepcionalmente, na forma de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;

II - excepcionalmente, na forma de reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes, com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício como professores da Educação Profissional, no âmbito da Rede CERTIFIC;

III - na forma de uma segunda licenciatura, diversa da sua graduação original, a qual o habilitará ao exercício docente.

§ 3º O prazo para o cumprimento da excepcionalidade prevista nos incisos I e II do § 2º deste artigo para a formação pedagógica dos docentes em efetivo exercício da profissão, encerrar-se-á no ano de 2020.

É importante destacar que essa questão vai além do cumprimento legal, pois sabe-se que a formação deve ser contínua, já que o diálogo na Educação nunca se esgota, o que é positivo, considerando as mudanças históricas que acontecem e sempre acontecerão.

Por fim, esse item tratou dos dados coletados durante as entrevistas, quando se verificou nas discussões realizadas questões como motivação pela escolha do cargo de TAE e pela escolha do cargo de Pedagogo, dificuldades encontradas e ainda a relação de trabalho desses servidores com os docentes, a qual se encontra fragilizada considerando os comentários dos entrevistados, devido especialmente à dificuldade do diálogo entre áreas tão diversas, e formações distantes da licenciatura, o que implica um desconhecimento maior com relação às questões da docência.

Além dos questionários e entrevistas, destaca-se que essa pesquisa por ser de natureza aplicada, contemplou a produção de um recurso educacional, o qual será apresentado como parte do capítulo de análise e resultados, porém descrito em seção específica, por se tratar de resultados, mas também de relatório de desenvolvimento do Produto Educacional.

3.2 Elaboração e Aplicação do Produto Educacional

O Produto Educacional elaborado como resultado dessa pesquisa é um guia digital de sugestões de atividades integradas para TAEs e Pedagogos.

O guia digital de sugestões integradas faz parte da tipologia 'material textual', uma das classificações que são consideradas Produtos Educacionais, de acordo com documento da área de Ensino da Capes para Mestrados Profissionais (2016).

A produção desse recurso educacional contemplou 3 etapas: a primeira foi a coleta e tratamento de dados, com base nos questionários realizados com servidores TAEs e Pedagogos de 8 câmpus da rede IFSC, e entrevistas realizadas com 5 TAEs e 5 Pedagogos de 6 câmpus, distribuídos nas 5 regiões onde estão inseridos os câmpus do Instituto Federal de Santa Catarina.

A segunda etapa contemplou a elaboração do produto educacional, e a terceira e última etapa, a aplicação e a avaliação do produto Educacional.

3.2.1 Primeira etapa: classificação das categorias (Temas Gerais)

Nessa etapa, realizou-se a coleta de informações dos questionários, especialmente as respostas das perguntas abertas relacionadas às atividades realizadas pelos servidores TAEs e Pedagogos. A partir desses dados foi possível verificar respostas semelhantes, o que identifica a proximidade de atribuições desses servidores.

Todas as respostas foram compiladas em tabelas e planilhas e depois separadas e classificadas em 4 categorias: acompanhamento discente; acompanhamento docente; conselhos de classe; e reunião de pais ou responsáveis.

Para uma melhor organização, todas as respostas semelhantes que mais vezes apareceram com relação às atividades cotidianas dos servidores pesquisados foram agrupadas em categorias.

No quadro 23 é possível visualizar a organização das 4 categorias, que serão chamadas de temas gerais que estruturam o Produto Educacional.

Quadro 23 – Principais Temas das atividades cotidianas dos TAEs e Pedagogos no IFSC

<p style="text-align: center;">ACOMPANHAMENTO DISCENTE</p> <p>Contempla ações de Atendimento, acolhimento, acompanhamento e encaminhamentos.</p>	<p style="text-align: center;">ACOMPANHAMENTO DOCENTE</p> <p>Contempla ações de atendimento, formação pedagógica, reuniões, planejamento e acompanhamento.</p>
<p style="text-align: center;">CONSELHOS DE CLASSE</p> <p>Contempla ações que tratam da organização, participação e encaminhamentos dos conselhos de classe.</p>	<p style="text-align: center;">REUNIÃO DE PAIS/RESPONSÁVEIS</p> <p>Contempla ações de atendimento, reuniões, diálogo entre família e escola.</p>

Fonte: elaborada pela autora (2018)

3.2.2 Segunda etapa: elaboração do Produto Educacional

Depois de classificadas as categorias e analisados todos os dados, iniciou-se a segunda etapa: trabalho de elaboração do Produto Educacional.

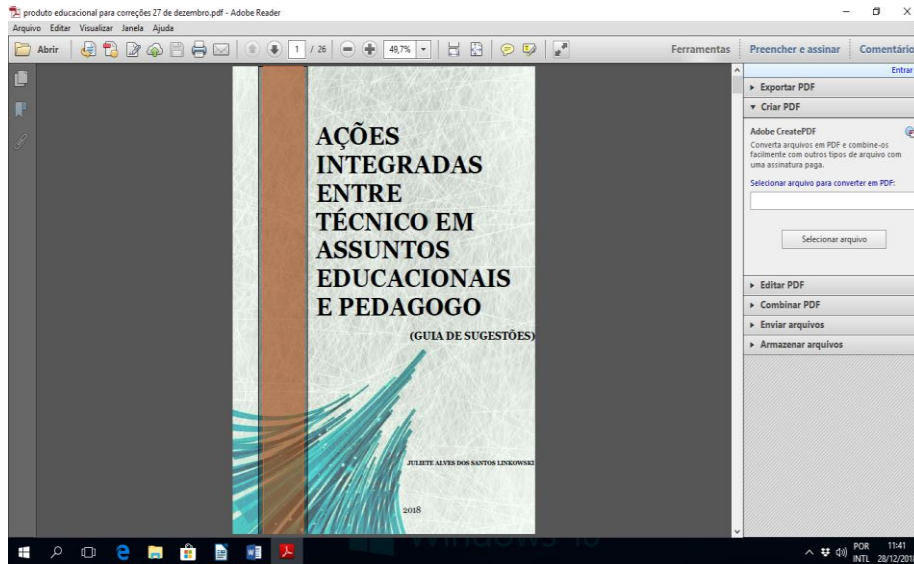
Como o objetivo desta pesquisa está centrado na verificação de possibilidades de um trabalho integrado entre TAEs e Pedagogos no IFSC, o produto educacional foi organizado no formato de guia de sugestões, justamente para compartilhar as atividades que esses servidores já exercem e que são iguais ou semelhantes, e que portanto podem ser construídas/planejadas de maneira coletiva, visando assim a uma integração das diversas áreas do conhecimento, considerando a área da Pedagogia, exigência para o cargo de Pedagogo e as demais áreas da licenciatura, bem como também a Pedagogia, exigência para o cargo de TAE, e considerando ainda a própria descrição dos cargos, que apresenta atribuições próximas.

Sendo assim, o guia digital de sugestões de atividades integradas entre TAEs e Pedagogos, que será disponibilizado no site <https://issuu.com/>, foi organizado no formato de material textual, contemplando uma capa; apresentação inicial; breve consideração sobre o trabalho integrado; a descrição dos quatro temas gerais que apareceram com maior frequência nas respostas coletadas dos questionários; e referências.

Cada tema foi apresentado com uma breve reflexão teórica e a seguir com uma relação de atividades, seguidas de um modelo de planejamento para algumas ações

integradas. Ressalta-se que as sugestões elencadas foram coletadas dos questionários respondidos pelos TAEs e Pedagogos.

Figura 3 – Fase de elaboração do Produto Educacional



Fonte: elaborado pela autora (2018)

Após elaboração e revisão do Produto Educacional, esse material textual digital, no qual se consolidou, será publicado no site <https://issuu.com/> e o link será compartilhado com todos os participantes da pesquisa, bem como também, com todos os servidores TAEs e Pedagogos da rede IFSC, por e-mail institucional.

3.2.3 Terceira etapa: aplicação e avaliação do Produto Educacional

A terceira etapa contemplou a aplicação do Produto Educacional, que aconteceu por meio de uma oficina de integração, planejada para ser desenvolvida com 1 TAE e 1 Pedagogo de um câmpus da região central. A escolha desse câmpus, foi motivada pelo fato de o Pedagogo desse câmpus ter declarado que nunca trabalhou efetivamente com um TAE.

Eu nunca trabalhei com TAE, então eu não consegui construir uma identidade, algo assim, mas eu sempre percebi que na resolução, no concurso, é um trabalho conjunto. (Pedagogo – região central)

Então, diante dessa verificação, considerou-se que seria uma experiência interessante aproximar esses dois servidores, propondo uma oficina de integração.

A escolha de apenas 1 câmpus também foi pensada no sentido de que se trata de uma experiência, e que dependendo dos resultados poderá ser estendida como sugestão de atividade de capacitação para os demais câmpus.

A oficina foi desenvolvida conforme planejado, no dia 29 de janeiro de 2019, momento que se considerou oportuno, já que se trata de um período de planejamento ou revisão de planejamento da coordenadoria Pedagógica do referido câmpus participante.

No desenvolvimento da oficina, inicialmente a pesquisadora fez a apresentação da pesquisa, contextualizou a problemática e mencionou os principais teóricos que fundamentam a temática estudada. Na sequência provocou as participantes com perguntas relacionadas ao entendimento de cada participante sobre trabalho integrado, houve um momento muito positivo de diálogo e breve discussão sobre a importância de um trabalho que se configure mais coletivo. As participantes reforçaram o quanto um trabalho integrado é mais efetivo, ambas acreditam em melhores resultados quando a equipe realiza planejamentos e propostas mais integradas entre as atribuições dos setores.

Após esse momento de discussão, a pesquisadora apresentou o Guia de sugestões de atividades para um trabalho integrado entre TAEs e Pedagogos. Durante a apresentação enfatizou-se as quatro categorias, chamadas de temas gerais, que são resultados dos dados coletados. Também destacou a necessidade de planejamentos coletivos no sentido de integrar as atividades comuns entre TAEs e Pedagogos.

Após apresentação do Guia, as participantes foram convidadas a explorar melhor esse material, o qual foi disponibilizado no formato impresso para a realização da oficina.

Nesse momento, ao realizarem a leitura do guia, alguns apontamentos já foram sendo realizados pelas participantes, que reforçaram a importância de algumas atividades, discordaram de outras, mas também sugeriram contribuições.

Nesse momento também fizeram uma avaliação do próprio trabalho do setor, observaram, por exemplo, que já realizam atividades semelhantes a sugestões dadas por outros câmpus.

Depois das discussões, da apresentação e contato com o guia de sugestões de atividades, as participantes iniciaram o planejamento. O Tema geral escolhido foi o

Acompanhamento docente, e o subtema foi Planejamento Coletivo. A escolha, de acordo com declaração das participantes foi motivada pelo fato do período estar próximo à Semana Pedagógica, o que já seria uma demanda da equipe. Segue planejamento elaborado na oficina:

Quadro 24 – Oficina de Planejamento de ações integradas entre TAE e Pedagogo

<p>1. Informações Gerais Setor: Pedagógico Tema Geral: Acompanhamento Docente Subtema: Planejamento Coletivo Data: 29/01/2019</p>		
<p>2. Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pensar o curso de maneira integral; - Organizar as ideias, ações e projetos do curso; - Registrar as ações e projetos que serão desenvolvidos pelo curso; - Refletir sobre o trabalho pedagógico. 		
<p>3. Documentos Norteadores Regulamento Didático Pedagógico- RDP Projeto Pedagógico Institucional - PPI</p>		
<p>4. Metodologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho pedagógico coletivo/ construção coletiva do planejamento; - Utilização do roteiro para orientações e considerações para o planejamento coletivo de curso; - conversa com os coordenadores de curso para apresentação do roteiro para planejamento coletivo; - registro das considerações. 		
Cronograma		
Ações	Detalhamento	Responsáveis
Preparar os materiais	Elaborar o roteiro para orientações e considerações para o planejamento coletivo	Equipe pedagógica (TAE e Pedagoga)
Conversa com os coordenadores	Leitura e apresentação do roteiro	Equipe pedagógica (TAE e Pedagoga)
Definir as datas para os planejamentos por curso	Organizar de acordo com cronograma da Semana Pedagógica	Equipe pedagógica (TAE e Pedagoga), chefe DEPE e Coordenadores de Curso

Realizar os planejamentos coletivos	Instruir os coordenadores para condução do momento, conforme roteiro, equipe pedagógica ficará à disposição para auxiliar nas salas, onde acontecerão os planejamentos	Equipe pedagógica (TAE e Pedagoga) coordenadores de curso
Sistematizar os resultados	Receber os planejamentos elaborados e realizar a sistematização das informações recebidas.	Equipe pedagógica (TAE e Pedagoga)
Acompanhar a execução do Planejamento	Mediar sempre que necessário e auxiliar para a execução do planejamento ao longo do semestre	Equipe Pedagógica e Coordenadores de curso

Avaliação

Conversa com os coordenadores de curso e docentes durante os momentos de reuniões pedagógicas para verificar a necessidade de alteração do plano e também socializar as experiências positivas que foram alcançadas a partir da execução do planejamento coletivo.

Fonte: elaborado pela autora e participantes da oficina (2019)

A avaliação do momento da oficina foi realizada no diálogo com as participantes, que verificaram experiências positivas já realizadas pelo câmpus e também outras que podem ser adaptadas aos planejamentos futuros. Também foi solicitado as participantes, um feedback via e-mail, com registro de uma breve avaliação, considerando aspectos como recurso visual do material apresentado, conteúdo e utilidade do Guia para a efetivação de um trabalho integrado entre TAEs e pedagogos que atuam em setores pedagógicos.

O roteiro para elaboração do planejamento coletivo criado pelas participantes da oficina do campus da região central está apresentado como anexo A, neste trabalho. Trata-se de um documento completo que auxilia e orienta os coordenadores de curso e docentes para elaboração do planejamento coletivo. O que envolve organizar e reavaliar todo o curso para o semestre seguinte.

Com a descrição dessas etapas acredita-se que foi possível contemplar o relato da construção, do desenvolvimento e da aplicação do Produto Educacional, o qual se consolidou na produção de um guia de sugestões para um trabalho integrado entre Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa desenvolvida e considerando os resultados apresentados, verifica-se que os principais objetivos foram alcançados.

Os Técnicos em Assuntos Educacionais desempenham várias funções, porém verificou-se que nos 8 câmpus pesquisados, a maioria está atuando em setores pedagógicos.

Ao estudar as relações de trabalho entre estes servidores, outro objetivo desta pesquisa, verificou-se que os resultados são muito positivos, destaca-se que há uma cumplicidade do trabalho que se revelou pelas declarações dos entrevistados, sobretudo ao compartilharem que atuam em ambiente harmônico.

Com relação à existência de trabalhos integrados, observou-se nesta pesquisa que há um trabalho coletivo nos setores pedagógicos. Como verificado na análise dos dados, especialmente pelas declarações dos entrevistados, predomina nos setores, onde estão alocados os TAEs e Pedagogos, uma atuação com interesses comuns compartilhados, o que já demonstra uma pré-disposição do grupo para um trabalho mais integrado, que não só considere o respeito pela especificidade de cada um, mas que também integre ações, planejamentos coletivos, troca de experiências e conhecimentos entre as áreas, verificando assim de que forma cada um pode contribuir nos processos de ensino que precisam ser criados, desenvolvidos e analisados.

Para tanto, acredita-se que a formação continuada dos Técnicos em Assuntos Educacionais e dos Pedagogos na especificidade da EPT é uma necessidade e possivelmente uma das melhores formas para integração de suas ações, compreendendo que a formação tem esse caráter de oportunizar a reflexão sobre o trabalho, sobre os papéis que cada um desempenha, também oportuniza o diálogo e a interação.

Além disso, essa pesquisa por ser de natureza aplicada, exigiu a elaboração e aplicação de um produto educacional. No caso da pesquisa desenvolvida, o produto criado foi um Guia digital de sugestões de atividades para um trabalho integrado entre TAEs e Pedagogos. Esse material foi construído a partir da coleta de dados e das entrevistas realizadas. Os resultados demonstraram as semelhanças entre as atividades desenvolvidas pelos TAEs e pelos Pedagogos nos 8 câmpus, da rede IFSC,

pesquisados. A partir disso, pode-se perceber o quanto parece mais interessante e viável investir em processos de integração das funções, em vez de insistir na distinção do que seria atribuição do TAE e o que seria atribuição do Pedagogo. Apesar da generalidade do cargo do TAE, a integração não descaracteriza a especificidade de cada um, mas é uma oportunidade para que trabalhos relacionados ao Ensino possam ser planejados e compartilhados, considerando as áreas afins.

Enfim, verificou-se como objetivo principal desta pesquisa as possibilidades de integração entre as atribuições do cargo de TAE e de Pedagogo, e o que se pode registrar a partir de toda discussão e análise realizada é que de forma mais abrangente as possibilidades de integração estão na abertura ao diálogo e na atitude de cumplicidade.

De forma mais específica, as possibilidades de integração ocorrem sobretudo nos setores pedagógicos, e concentram-se em atividades como acompanhamento docente, acompanhamento discente, conselhos de classe e reuniões de pais, além de participação em comissões para elaboração de projetos, fluxos, avaliação de documentos institucionais, entre outros.

Sendo assim parece pertinente instigar outros pesquisadores à exploração da temática abordada aqui, pois essa investigação não se esgota, e dada a relevância do assunto e a importância desses profissionais propõe-se o desafio para que mais pesquisas na área estudada possam surgir com o propósito de valorização dos Técnicos em Assuntos Educacionais, bem como dos Pedagogos e a atuação destes na especificidade da Educação Profissional, já que foi constatado que existe a possibilidade de um trabalho mais integrado entre ambos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria da Conceição Carrilho de. **O caráter simbólico e prático da formação permanente para professores**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 31, 2008, Caxambu. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT08-4048—Int.pdf>>. Acesso em: 20/11/2018.

ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo Roberto; MORAES, Gustavo Henrique. **Livro Didático**: Capítulo 1 - Conceitos básicos para uma Epistemologia da EPT. 2017. Disponível em: <https://webmail.ifsc.edu.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&id=84467&part=2>. Acesso em: 02 nov. 2017.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem feito**: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Educação Profissional**: saberes do ócio ou saberes do trabalho? São Paulo: Senac São Paulo, 2003.

BOLLER, Rosana Carvalho. **A importância do trabalho integrado entre orientador educacional e os demais integrantes da equipe técnico - pedagógica**. Niterói, RJ, 2005. Monografia (Pós –Graduação “Lato Sensu” em Orientação Educacional) –Universidade Candido Mendes, Niterói, RJ, 2005. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/4/ROSANA%20CARVALHO%20BOLLER.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 20 de dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 30 de dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 16 jan. 2019.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Apoio. Departamento de Pessoal. **Considerações sobre a situação atual dos Técnicos em Assuntos Educacionais no MEC**. Brasília, mar/1979. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=25842. Acesso em: 27 dez. 2017.

BRITO, Ivete. O planejamento de ensino educacional como estratégia de mudança da educação escolar. **Revista Interdisciplinar**, Vol.11, n.17, p 224 – 231, dez 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/5445/4538>. Acesso em: 20/11/2018.

CARDOSO, Aliana Anghinoni; PINO, Mauro Augusto Burkert Del; DORNELES, Caroline Lacerda. **Os saberes profissionais dos professores na perspectiva de Tardif e Gauthier: contribuições para o campo de pesquisa sobre os saberes docentes no Brasil**. Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul, IX ANPED. Caxias do Sul – RS. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/668/556>. Acesso em 20/11/2018.

CASTRO, Ana Caruline de Souza. **Os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Goiás: trabalho, profissionalização e gestão da educação superior**. Disponível em: https://nest.cienciassociais.ufg.br/up/154/o/Trabalho_02.pdf >. Acesso em: 30 out. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2017.

FARFUS, Daniele. **Espaços educativos: um olhar pedagógico**. Curitiba, PR: IBPEX, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GONÇALVES, Harryson Júnior Lessa; ABENSUR, Patrícia Lima Dubeux; QUEIROZ, Soraya Menezes de. **Identidade de profissionais da educação na Rede Federal**

de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os especialistas em educação. Sinergia, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 9-15, jan./jun. 2009.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo Roberto. **Contribuições da didática profissional francesa para a educação profissional.** Conference: V Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica - SENEPT, At Belo Horizonte, MG, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317167758_Contribuicoes_da_Didatica_Profissional_Francesa_para_a_Educacao_Profissional>. Acesso em: 29 maio 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** 2017. Disponível em: <<http://pdi.ifsc.edu.br/download/faca-o-download-do-pdi-2015-2019/>>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 028, de 2009. **Estatuto do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina,** Florianópolis, SC, 31 de Agosto de 2009. Disponível em: <<http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/Resolucao%20n%2028%20-%20ESTATUTO.pdf>>. Acesso em: 19 nov.2018.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 54, de 2010. **Regimento Geral do IFSC,** Florianópolis, SC, 05 de Novembro de 2010. Disponível em: <http://linkdigital.ifsc.edu.br/files/regimento_geral_atualizado2013.pdf>. Acesso em: 17 nov 2018.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 05, de 2018. **Regimento Interno do câmpus Canoinhas,** Florianópolis, SC, 26 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://regimentos.ifsc.edu.br/files/2015/04/consup_resolucao05_2018_regimento_ca_noinhas.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 11, de 2017. **Regimento Interno do câmpus Caçador,** Florianópolis, SC, 24 de abril de 2017. Disponível em: <http://regimentos.ifsc.edu.br/files/2015/04/resolucao_consul_11_regimento_caa_dor_def.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 45, de 2014. **Política de Formação do IFSC,** Florianópolis, SC, 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao45_2014_aprova_politica_formacao.pdf>. Acesso em: 18 mar. de 2019.

_____. **Plano Anual de Capacitação 2018-2019**, Florianópolis – SC, 2018.

Disponível em:

<https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/FORMUL%C3%81RIOS%20DGP%20-%20MARIANA/PAC_2018_2019_09-04-2018.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra; ARAÚJO, Sonia Maria; KANZAKI, Maria Aparecida Nery. **O olhar dos servidores técnico-administrativos e docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RN) sobre comprometimento organizacional**. Revista de Administração Pública e Gestão Social. Viçosa/ MG, n.3, v.4, set. 2012. Disponível em:

<<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/440#.Wd5y1FtSziU>>. Acesso em: 20 out. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LÜCK, Heloísa. **Ação integrada**. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução no 1 de 15 de maio de 2006. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

_____. **Ofício circular nº 015/2005**, de 28 de novembro de 2005. Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Secretaria Executiva. Brasília, DF, 2005. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/oficios/oc01505.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

_____. **Ofício circular nº 01/2017**, de 21 de março de 2017. Disponível em: <<http://dgp.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/20/2016/09/Of%C3%ADcio-Circular-n%C2%BA-1-2017-COLEP-CGGP-SAA-MEC-Carreira-PCCTAE.pdf>>. Acesso em 02 maio. 2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

MURIBECA, Maria Lúcia Maia. A pedagogia, o pedagogo e a prática escolar. In: **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PIO, Alessandra. **Técnicos em Assuntos Educacionais do Colégio Pedro II: história, identidade e limites de atuação**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: < http://www.fe.ufrj.br/ppge/en/dissertacoes/PIO_Alessandra.pdf>. Acesso em 13 maio 2018.

RAUEN, Fábio. **Roteiros de Iniciação Científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e apresentação**. Palhoça: Editora Unisul, 2015.

ROSE, Mike. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

SANSEVERINO, Adriana Manzolillo; JÚNIOR, Sílvio Figueiredo Gomes. **O papel do técnico em assuntos educacionais em uma instituição federal de ensino superior: atribuições e propostas de ação**. In: X congresso nacional de excelência em gestão, 2014. Disponível em:

<http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0322.pdf>. Acesso em: 02 maio 2018.

SANSEVERINO, Adriana Manzolillo. **Plano de ação para o Técnico em Assuntos Educacionais em uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2015. Disponível em: < <file:///C:/Users/LENOVO/Desktop/mestrado/Dissert%20Adriana%20Manzolillo%20Sanseverino.pdf>>. Acesso em: 02 maio de 2018.

SANTOS, Mariana Gomes. **Mapeamento das coordenadorias pedagógicas do IFSC**. 2017. Monografia (Pós-Graduação lato sensu em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Centro de Referência em Formação e EAD (CERFEAD), Florianópolis – SC, 2017.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SILVA, Josué Graciliano. **Liderança Ética e Servidora**. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2014.

SILVA, Sílvia Helena Ferreira da. **Pedagogos que atuam como técnicos em assuntos educacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro: caminhos e encruzilhadas dos processos identitários**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, 2014. Disponível em:


< <https://grupopolifonia.files.wordpress.com/2015/09/2014-silva-helena-f-da-silva.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, **Projeto Amora**, atividades integradas, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/projetoamora/atividades-integradas/>>. Acesso em: 27/12/2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**. Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 14. Ed. São Paulo: Libertad, 2013.

WOLLINGER, Paulo Roberto; ALLAIN, Olivier; SOUZA, Maria Luísa Hillesheim de. **Projeto Pedagógico do curso de Pós- Graduação Lato Sensu – Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica**, Centro de Referência e Formação em Educação a Distância, 2016. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n°. 25, de 2017. Disponível em: <https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf>. Acesso em: 11 jun.2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica</p> <p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina</p> <p>Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT) Centro de Referência em Formação e EAD (Cerfead)</p>
---	--

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/ ANUÊNCIA DE DADOS

Informações:

1) **NATUREZA DA PESQUISA:** Esta é uma pesquisa estudo de caso que tem como finalidade verificar possibilidades de integração entre o trabalho do Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) e do Pedagogo, considerando a proximidade das atribuições e a complexidade dos cargos.

Este projeto foi submetido e aprovado, por meio da Plataforma Brasil, conforme parecer número 2.653.088.

2) **PARTICIPANTES DA PESQUISA:** o estudo será realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), com os Técnicos em Assuntos Educacionais, com os pedagogos e alguns servidores que estão em cargos de gestão. Para a coleta de dados serão pesquisados todos os TAES, todos os Pedagogos e 1 gestor de cada um dos 22 câmpus da rede IFSC.

3) **ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** Ao participar deste estudo, você será questionado pela pesquisadora Juliete Alves dos Santos Linkowski. É previsto em torno de 1 hora para o preenchimento das respostas às perguntas do questionário e 1h para a entrevista. Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida, sem qualquer prejuízo. No entanto, solicitamos sua colaboração para que possamos obter melhores resultados

da pesquisa. Sempre que quiser mais informações sobre este estudo, pode entrar em contato com a pesquisadora Juliete Alves dos Santos Linkowski pelo telefone (47) 36242850.

4) **SOBRE O QUESTIONÁRIO E A ENTREVISTA:** Serão solicitadas algumas informações básicas e realizadas perguntas sobre perfil, atuação profissional e sobre possibilidades de trabalho integrado entre Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogo.

5) **RISCOS E DESCONFORTO:** A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução no 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

6) **CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Acima de tudo, interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado.

7) **BENEFÍCIOS:** Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas.

8) **PAGAMENTO:** Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

As responsáveis por esta pesquisa são a Orientadora, Gislene Miotto Catolino Raymundo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e a pesquisadora, Juliete Alves dos Santos Linkowski, acadêmica do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Caso queira contatar a equipe, isso poderá ser feito pelos telefones (48) 31318825 orientadora ou (47) 36242850 orientanda. Em caso de dúvida pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE, Joinville – SC, pelo e-mail comitetica@univille.br ou pelo telefone (47) 3461-9235.

Florianópolis, _____ de _____ de 2018

Assinatura do Participante

CPF _____

Assinatura da Pesquisadora

CPF 936.928.039.15

Nome da Pesquisadora Responsável: Gislene Miotto Catolino Raymundo

PROFEPT - CERFEAD IFSC

CEP: 88015 640

Fone: (48) 31318800

E-mail: gislene.miotto@ifsc.edu.br

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

1. PERFIL

- Câmpus: _____
- Setor: _____
- Tempo de serviço neste câmpus: _____
- Exerce função gratificada? Qual? _____
- Área de Formação: _____
- Titulação: _____

2. ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

- Por que razão escolheu esse cargo no concurso?
- Já tinha conhecimento do cargo de TAE antes de ingressar na Instituição?
- Já teve alguma experiência, anterior ao IFSC, na Educação Profissional? Em que área? Relate.
- Descreva as principais dificuldades que encontrou para desempenhar as atividades inerentes ao cargo de TAE.
- Como você compreende o cargo de TAE na Instituição?
- Na sua opinião, a gestão compreende o papel desse servidor no câmpus? Explique
- Como você considera que os demais servidores compreendem esse cargo no câmpus?
- Com relação a sua atuação nesse cargo, você está satisfeito? Por quê?
- Já pensou em mudar de cargo? Sim ou não. Por quê?

- Você percebe nas atividades cotidianas que há uma proximidade entre o cargo de TAE e o cargo de Pedagogo. Descreva sua opinião sobre isso.
- Na sua opinião e considerando que o cargo de TAE e de Pedagogo estão no eixo comum Ensino, você acredita que é possível desenvolver algumas atividades integradas entre esses dois cargos? Explique.
- Você gostaria de participar de atividades, eventos ou capacitações específicas para atuação entre TAEs e Pedagogos, como forma de qualificar o trabalho de ambos? Pode comentar sobre sua resposta?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PEDAGOGOS

1. PERFIL:

- Câmpus: _____
- Setor: _____
- Tempo de serviço neste câmpus: _____
- Exerce função gratificada? Qual? _____
- Área de Formação: _____
- Titulação: _____

2. ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

- Por que razão escolheu esse cargo no concurso?
- Já tinha conhecimento do cargo de Pedagogo no IFSC, antes de ingressar na Instituição?
- Já teve alguma experiência, anterior ao IFSC, na Educação Profissional? Em que área? Relate.
- Você encontrou alguma dificuldade para desempenhar as atividades inerentes ao cargo de Pedagogo? Relate.
- Como você compreende o cargo de Pedagogo na Instituição?
- Na sua opinião, como a gestão compreende o papel desse servidor no câmpus? Explique
- Como você considera que os demais servidores compreendem esse cargo no câmpus? Explique
- Com relação a sua atuação nesse cargo, você está satisfeito? Por quê? Explique
- Já pensou em mudar de cargo? Sim ou não. Por quê?

- Você percebe nas atividades cotidianas que há uma proximidade entre o cargo de Pedagogo e o cargo de TAE? Relate a sua opinião sobre isso.
- Na sua opinião e considerando que o cargo de Pedagogo e de TAE estão no eixo comum Ensino, você acredita que é possível desenvolver algumas atividades integradas ou de forma interdisciplinar entre esses dois cargos? Explique.
- Você gostaria de participar de atividades, eventos ou capacitações específicas para atuação entre Pedagogos e TAEs, como forma de qualificar o trabalho de ambos? Pode comentar sobre sua resposta?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES

Informações sobre perfil do gestor

1- Qual sua área de formação?

- a) () Licenciatura em _____
- b) () Bacharel em _____
- c) () Tecnologia em _____
- d) () outra _____

2- Qual o cargo que ocupa na Instituição?

- a) () Docente
- b) () Técnico Administrativo nível C
- c) () Técnico Administrativo nível D
- d) () Técnico Administrativo nível E
- e) () outro _____

3- Há quanto tempo está lotado neste câmpus?

- a) () há menos de 1 ano
- b) () entre 1 e 2 anos
- c) () entre 2 a 5 anos
- d) () há mais de 5 anos

4- Qual a função que desempenha atualmente?

- a) () Diretor Geral
- b) () Diretor/ Chefe de Administração
- c) () Diretor / Chefe de Ensino, Pesquisa e Extensão
- d) () outro _____

5- Há quanto tempo está na função de gestor?

- a) () há menos de 1 ano
- b) () entre 1 e 2 anos

- c) () entre 2 a 5 anos
- e) () há mais de 5 anos

Informações sobre atuação do Técnico em Assuntos Educacionais e do Pedagogo

- 1) Quantos TAEs atuam no seu câmpus?
 - a) () 1
 - b) () 2
 - c) () 3 ou mais
- 2) Assinale o (s) setor (es) que atua (m) o (s) Técnico (s) em Assuntos Educacionais:
 - a) () Gestão de Pessoas
 - c) () Pedagógico
 - d) () Assessoria DEPE
 - e) () Secretaria
 - f) () Registro Acadêmico
 - g) () Cargo de Direção (CD)
 - h) () outros _____
- 3) Quantos Pedagogos atuam no seu câmpus?
 - a) () 1
 - b) () 2
 - c) () 3 ou mais
- 4) Assinale o (s) setor (es) que atua (m) o (s) Pedagogo (s):
 - a) () Gestão de Pessoas
 - c) () Pedagógico
 - d) () Assessoria DEPE
 - e) () Secretaria
 - f) () Registro Acadêmico
 - g) () Cargo de Direção (CD)
 - h) () outros _____

5) Você tem conhecimento das atribuições institucionais do TAE?

- a) () sim, totalmente
- b) () parcialmente
- c) () não tenho

6) Você tem conhecimento das atribuições institucionais do Pedagogo?

- a) () sim, totalmente
- b) () parcialmente
- c) () não tenho

7) Você considera que exista proximidade entre as funções desempenhadas pelo cargo de TAE e o cargo de Pedagogo?

- a) () sim
- b) () Não

Informações sobre as relações de trabalho entre Gestão, TAE e Pedagogo

1) Como diretor geral ou chefe imediato de algum servidor no cargo de TAE, você já recebeu algum tipo de reclamação (insatisfação/observação) desse servidor com relação às atribuições que ele desenvolve?

- a) () sim
- b) () não

Caso a resposta seja afirmativa, relate a reclamação.

2) Como você considera a relação de trabalho entre TAE e Pedagogo no seu câmpus?

- a) () regular
- b) () boa
- c) () ótima
- d) () inexistente
- e) () não se aplica

3) Como a gestão discute ou concebe a importância de qualificação do TAE e do Pedagogo?

- a) () não discute, mas considera importante
- b) () a capacitação está prevista no plano de gestão

- c) () considera os resultados da avaliação de desempenho do servidor
- d) () a gestão oportuniza momentos de reuniões formativas
- e) () a gestão incentiva a qualificação dos TAEs e Pedagogos por meio de editais internos.
- f) () outros _____

APÊNDICE E– QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Informações sobre perfil do servidor:

- 1) Qual sua titulação?
 - a) () graduado
 - b) () especialista
 - c) () mestre
 - d) () doutor
- 2) Que curso realizou na graduação?
- 3) Você tem alguma experiência, anterior ao IFSC, de atuação na Educação Profissional? Como avalia essa experiência?
- 4) Desempenha alguma função gratificada FG)?
 - () sim
 - () não

Informações sobre a lotação e o cargo do servidor

- 1) Em que setor está lotado e atuando neste momento? _____
- 2) Há quanto tempo atua neste setor?
 - a) () há menos de 1 ano
 - b) () entre 1 e 2 anos
 - c) () entre 2 e 5 anos
 - d) () há mais de 5 anos
- 3) Quantos servidores compõe o setor onde você está lotado?
 - a) () 1 servidor (apenas eu)
 - b) () 2 servidores
 - c) () 3 servidores
 - d) () 4 servidores
 - e) () 5 ou mais servidores
- 4) Há pedagogos no seu setor?
 - a) () sim
 - b) () não
- 5) Você já tinha conhecimento das atribuições do seu cargo antes de ingressar na Instituição?
 - a) () sim
 - b) () não

Informações sobre as atribuições desenvolvidas

- 1) Descreva quais atividades você desenvolve ou já desenvolveu no setor onde atua.

- 2) Você considera que suas atribuições estão em conformidade com a descrição do seu cargo?
 - a) sim, todas as atribuições estão em conformidade com meu cargo.
 - b) não, as atribuições não estão em conformidade com meu cargo.
 - c) somente algumas atribuições não estão em conformidade com meu cargo.
 - d) somente algumas atribuições estão em conformidade com meu cargo.
- 3) Você sente que está qualificado para desempenhar as atribuições descritas para seu cargo?
 - a) sim, totalmente qualificado
 - b) não, falta qualificação
 - c) parcialmente qualificado
- 4) Você já participou de capacitações específicas para seu cargo?
 - a) sim
 - b) não

Informações sobre a relação de trabalho entre TAE e Pedagogo

Entendendo o termo “integração” como atividade interdisciplinar planejada de forma compartilhada e pensada a partir de conceitos comuns às diferentes áreas de conhecimento (PROJETO AMORA- UFRGS 2011), a pergunta é:

- 1) Você já planejou ou executou alguma atividade de forma integrada ao pedagogo?
 - a) sim
 - b) não
- 2) Como você avalia a relação entre TAE e Pedagogo no câmpus onde atua?
 - a) regular
 - b) boa
 - c) ótima
 - d) inexistente
 - e) não se aplica
- 3) Como você compreende o trabalho do Pedagogo no seu câmpus? Explique. _____
- 4) Pensando na sua rotina de trabalho e nas atribuições que desenvolve como TAE, considera ser possível desenvolver atividades integradas ao Pedagogo?

Sim ou não? Explique.

- 5) Você teria alguma sugestão sobre possíveis formas de integração entre o trabalho desenvolvido pelo pedagogo com o TAE em seu câmpus?

APÊNDICE F– QUESTIONÁRIO PARA OS PEDAGOGOS

Informações sobre perfil do servidor:

4) Desempenha alguma função gratificada FG)?

- a) () sim
b) () não

Qual: _____

5) Qual sua titulação?

- e) () graduado
f) () especialista
g) () mestre
h) () doutor

6) Que curso realizou na graduação?

7) Você tem alguma experiência, anterior ao IFSC, de atuação na Educação Profissional? Explique.

Informações sobre a lotação e o cargo do servidor

6) Em que setor está lotado e atuando neste momento? _____

7) Há quanto tempo atua neste setor?

- e) () há menos de 1 ano
f) () entre 1 e 2 anos
g) () entre 2 e 5 anos
h) () há mais de 5 anos

8) Quantos servidores compõe o setor onde você está lotado?

- f) () 1 servidor (apenas eu)
g) () 2 servidores
h) () 3 servidores
i) () 4 servidores
j) () 5 ou mais servidores

9) Há Técnicos em Assuntos Educacionais no seu setor?

- c) () sim
d) () não

10) Você já tinha conhecimento das atribuições do seu cargo antes de ingressar na Instituição?

- c) () sim

d) () não

Informações sobre as atribuições desenvolvidas

5) Descreva quais atividades você desenvolve ou já desenvolveu no setor onde atua.

6) Você considera que suas atribuições estão em conformidade com a descrição do seu cargo?

e) () sim, todas as atribuições estão em conformidade com meu cargo.

f) () não, as atribuições não estão em conformidade com meu cargo.

g) () somente algumas atribuições não estão em conformidade com meu cargo.

h) () somente algumas atribuições estão em conformidade com meu cargo.

7) Você sente que está qualificado para desempenhar as atribuições descritas para seu cargo?

d) () sim, totalmente qualificado

e) () não, falta qualificação

f) () parcialmente qualificado

8) Você já participou de capacitações específicas para seu cargo?

c) () sim

d) () não

Informações sobre a relação de trabalho entre TAE e Pedagogo

Entendendo o termo “integração” como atividade interdisciplinar planejada de forma compartilhada e pensada a partir de conceitos comuns às diferentes áreas de conhecimento (PROJETO AMORA- UFRGS 2011), a pergunta é:

6) Você já planejou ou executou alguma atividade de forma integrada ao Técnico em Assuntos Educacionais?

c) () sim

d) () não

Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, poderia citar algumas dessas atividades? _____

7) Como você avalia a relação entre Pedagogo e TAE no câmpus onde atua?

a) () regular

b) () boa

c) () ótima

d) () inexistente

e) () não se aplica

8) Como você compreende o trabalho do TAE no seu câmpus? Explique. _____

- 9)** Pensando na sua rotina de trabalho e nas atribuições que desenvolve como Pedagogo, considera ser possível desenvolver atividades integradas ao TAE? Sim ou não? Explique.
- 10)** Você teria alguma sugestão sobre possíveis formas de integração entre o trabalho desenvolvido pelo Pedagogo com o TAE em seu câmpus?

ANEXO A – ROTEIRO – ORIENTAÇÕES E CONSIDERAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO COLETIVO DE CURSO

(Elaborado pela equipe Pedagógica- câmpus da região central participante da pesquisa)

“O planejamento [...] deve ser o instrumento direcional de todo processo educacional, pois ele tem condições de estabelecer e determinar as grandes urgências, de indicar as prioridades básicas e de ordenar e determinar todos os recursos e meios necessários para consecução das metas da educação.” (MENEGOLLA e SANT’ANA, 2014, p. 29)

Prezados Coordenador e professores,

Este planejamento coletivo possibilita ao grupo pensar o curso de maneira integral, organizando e registrando ideias, ações e projetos, a partir da nossa realidade, para o semestre letivo 2018.1 e 2018.2. O planejamento é um importante momento de **reflexão sobre o trabalho pedagógico**, podendo ser analisadas, por exemplo, as principais dificuldades do curso, para as quais poderão ser propostas estratégias de superação. Além disso, os Planos de Unidade Curricular (PUCS) ou outros Projetos de Ensino-Aprendizagem que venham a surgir, materializações do processo de planejar, também são importantes guias de trabalho, tanto para os docentes quanto para os discentes.

Esta proposta de elaboração do planejamento tem por base os conceitos de Vasconcellos (2015), os quais poderão guiá-los neste processo e que são apresentados, resumidamente, abaixo.

1. Análise da Realidade (captar e entender a realidade)

- Conhecimento da realidade, almejando a tomada de consciência do que está acontecendo, levando em consideração seus **sujeitos** (quem, para quem), seus **objetos** (o quê/disciplina), seu **contexto** (onde, quando) e suas **necessidades** (porquê), ou seja, deve-se partir da realidade concreta dos sujeitos, do objeto de conhecimento e do contexto em que se dá a ação pedagógica.

2. Projeção de Finalidades

- Trabalha na construção de **objetivos** (para quê) e diz respeito à dimensão relativa aos fins da educação, aos objetivos do ensino, aos valores, à visão de homem e de mundo, expressando a intencionalidade e o desejo dos grupos, **articulados com os documentos institucionais**. À medida que o educador tem mais claros os objetivos, pode ir buscando conteúdos e metodologias melhores e mais adequados.

3. Formas de Mediação

- Processo de elaboração do encaminhamento da intervenção na realidade, ou seja, a maneira de viabilizar as finalidades, a partir das condições existentes, mediada pelo **conteúdo** (o quê), **metodologia** (como, onde, quanto tempo) e **recursos** (com o quê).

Espera-se que este processo de planejamento possa contribuir para:

- Dar coerência à ação da instituição, integrando e mobilizando o coletivo em torno de consensos (provisórios), possibilitando a superação do caráter fragmentário das práticas em educação;
- Ajudar a prever e superar dificuldades, fortalecendo o grupo para enfrentar conflitos e contradições;
- Possibilitar a reflexão e a (re)significação do trabalho;
- Resgatar o espaço de criatividade do educador;
- Favorecer a pesquisa sobre a própria prática;
- Estabelecer a comunicação com outros professores;
- Ser elemento de autoformação do professor, na medida em que possibilita o pensar mais sistematicamente sobre a realidade, sobre a proposta, sobre a prática, ajudando, pois, a diminuir a distância teoria-prática, evitando a rotina viciada e a improvisação;
- Ajudar o professor a definir os objetivos que atendam os reais interesses dos alunos, articulados com os saberes necessários para a formação profissional;
- Possibilitar ao professor selecionar e organizar os conteúdos mais significativos para seus alunos, articulados com os saberes necessários para a formação profissional;
- Facilitar a organização dos conteúdos de forma lógica, obedecendo a estrutura das disciplinas;
- Ajudar o professor a selecionar os melhores procedimentos de ensino e recursos didáticos;
- Ajudar a ter uma visão global de toda ação docente e discente;
- Facilitar uma melhor integração com as mais diversas experiências de aprendizagem;
- Ajudar o professor e os alunos a tomarem decisões de forma cooperativa e participativa;

“Planejar é um ato participativo e comunitário, e não simplesmente uma ação individualista ou de um grupo fechado no seu restrito mundo existencial ou profissional. O planejar individualista é um ato condicionante do pensar, do prever, do decidir e do fazer; ele é delimitador, e reduz o campo de ideias, diminuindo a possibilidade de evolução de transformação da realidade.” (MENEGOLLA e SANT’ANA, 2014, p. 59)

Demais orientações

O registro do planejamento neste documento é fundamental para o processo educativo, além de subsidiar a construção do Plano de Permanência e Êxito do Campus Canoinhas. Após o registro, todos os presentes deverão assinar este documento que servirá de base para consulta, assim como para outros planejamentos.

PLANO ESTRATÉGICO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção	
INSTRUMENTOS PARA SISTEMATIZAÇÃO DE REUNIÕES, PLANEJAMENTO E AÇÕES PARA SUPERAÇÃO DA EVASÃO E RETENÇÃO	
Instituto Federal de Santa Catarina IFSC – câmpus: _____	
Meta: Realizar momentos de formação: encontros, seminários, jornadas, planejamento coletivo que promovam a reflexão da prática pedagógica.	
Ação: Planejamento semestral e coletivo	
Data:	Nome do curso:
1. Metodologia proposta para este planejamento:	
<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho pedagógico coletivo/construção coletiva do planejamento • Utilização do Método dialógico¹; • Análise da Realidade, Projeção de Finalidades e Formas de Mediação; • Utilização de documentos produzidos no ano anterior e de sugestões de projetos e procedimentos (anexos); • Consideração dos saberes das diferentes áreas de conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar²; • Registro e sistematização dos resultados do planejamento; 	
2. Documentos e dados para auxiliar este planejamento:	
<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento coletivo do semestre anterior elaborado para o Plano Estratégico de Permanência e Êxito; - Plano de Permanência e êxito – Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção; - Ata final do Conselho de Classe (sistematização do Conselho de Classe Final do semestre anterior) - Sugestões de projetos de outras instituições; - Sugestão de recepção de curso, conforme abordado no planejamento coletivo; - Diagnóstico inicial (levantamento de dados) da turma; - Avaliação das Unidades Curriculares do semestre anterior. 	
3. Questões norteadoras para este planejamento:	
3.1. Principais dificuldades do curso (no mínimo 3 principais);	
3.2. Possíveis soluções e encaminhamentos;	
3.3. Estratégias planejadas para recepção/acolhimento do estudante no curso neste módulo:	
3.3.1. O curso fará levantamento de informações sobre a turma?	
4. Reuniões ou eventos previstos para o curso:	
5. Planejamento relacionando as Unidades Curriculares (Interdisciplinaridade) Prever o tratamento interdisciplinar entre as Unidades Curriculares e deixar claro para os estudantes, pois isso é critério avaliativo do MEC no SINAES.	

²Interdisciplinaridade: É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas estabelecem relações de método, análise e interpretação de conteúdos, objetivando a apropriação de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. SINAES, MEC, 2016)

Em uma sociedade em que os saberes estão cada vez mais fragmentados, individualizados, especializados, desconexos, face aos problemas e às realidades que são, por outro lado, “cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários” (MORIN, 2011b, p.33), faz-se necessária a construção de um conhecimento que seja capaz de analisar os problemas fundamentais da contemporaneidade, religando, tramando, tecendo os saberes. Neste sentido, a metodologia interdisciplinar representa uma possibilidade de superação dessa fragmentação do conhecimento, de forma que as unidades curriculares possam dialogar e interagir entre si, compartilhando epistemologias, conceitos, terminologias, métodos de ensino, procedimentos a partir de um eixo integrador, de um objeto de conhecimento. A interdisciplinaridade pode ser compreendida como um método de pesquisa e ensino, abrindo perspectivas para uma melhor compreensão dos objetos de estudo, partindo-se de um problema de interesse geral, contextualizado, e materializando-se por meio de estudos, pesquisas, entrevistas, seminários compartilhados, feiras culturais, exposições, projetos, construção de produtos e etc.

Propostas de projetos ou ações relacionando as Unidades Curriculares:

6. Sugestão de Itens que poderiam ser acrescentados no planejamento coletivo 2019.1 ou encaminhamentos para inserir no planejamento 2019.1:

7. Plano anual do curso – Linhas gerais

7.Referencial Bibliográfico

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 35ª edição, 2003.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** Currículo – Área – Aula. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011b. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho.

VASCONCELLOS, Celso dos S.. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 25. ed. São Paulo: Libertad, 2015.

Assinatura dos presentes